

O livro negro de Courtois & Cia.

Os autores globais e os divulgadores locais desta coisa abjecta que dá pelo nome de «Livro negro do comunismo» sabem que estão envolvidos num vergonhoso processo de falsificação da História que visa ilibar os crimes do capitalismo através da vergonhosa equivalência que estabelecem entre comunismo e nazismo.



■ José Casanova Pág. 20

A profissionalização militar

A questão da profissionalização nas Forças Armadas, que desde 1990 vem sendo objecto de um debate contínuo, vai em breve estar em debate na Assembleia da República com a votação da lei do serviço militar.

■ João Amaral Pág. 21

União Europeia

A definição do quadro financeiro comunitário até ao ano 2006 encontra-se numa fase crucial, devendo o debate estar concluído durante o primeiro semestre de 1999. Os deputados do PCP no Parlamento Europeu alertam para as dificuldades que aí vêm, caracterizando a situação como «complexa e gravosa» para Portugal.

Pág. 22 e 23

TRABALHADORES

Contra o pacote laboral AR não pode ignorar 1500 pareceres

A CGTP prepara uma acção de protesto para quando for discutida no Parlamento a proposta de lei sobre a generalização do trabalho a tempo parcial.

Pág. 13

INTERNACIONAL

Abu Jamal mais perto da morte



O Tribunal Supremo da Pensilvânia rejeitou todos os recursos apresentados pelos advogados do jornalista Abu Jamal, condenado à morte por alegado assassinato de um polícia. Jamal é conhecido como «a voz dos sem voz» nos Estados Unidos.

Pág. 14

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 19 de Novembro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1303 • Director: José Casanova

Reunião do Comité Central do PCP Reforçar o Partido para a alternativa de esquerda

Págs. 5, 18 e 19

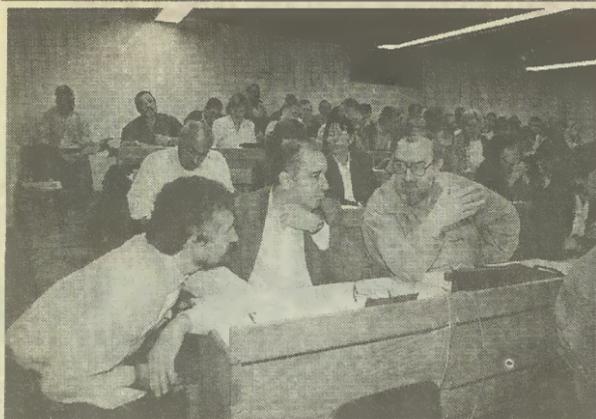


Na sua reunião de 14 de Novembro de 1998, o Comité Central do PCP analisou os resultados do Referendo de 8 de Novembro, debateu aspectos centrais da situação política nacional e as tarefas do Partido no futuro imediato, na perspectiva do fortalecimento da sua intervenção em defesa dos interesses populares e da afirmação de uma política de esquerda alternativa à política do Governo PS.

Orçamento de Estado para 1999 As propostas comunistas

A Assembleia da República aprovou na generalidade o Orçamento de Estado para 1999, com os votos contra dos comunistas. Divergências profundas quanto à natureza do OE e os princípios e prioridades que o norteiam fundamentam esta posição. O Grupo Parlamentar do PCP acompanhou as suas críticas com propostas alternativas, orientadas para uma política de esquerda ao serviço dos trabalhadores e do País.

Centrais



O Comité Central do PCP reuniu-se no fim-de-semana

RESUMO

11 Quarta-feira

O Governo apresenta na Assembleia da República a proposta de Orçamento de Estado para 1999 ■ Os estudantes da Universidade de Coimbra e da FSCH de Lisboa iniciam uma greve contra a lei de financiamento do Ensino Superior ■ Os funcionários da ONU abandonam Bagdad no dia em que os EUA afirmam que as suas tropas estão prontas para atacar o Iraque caso o acordo sobre desarmamento não for respeitado ■ O Governo de Israel aprova condicionalmente o acordo de Wye Plantation ■ Os estudantes indonésios continuam a manifestar-se contra o Governo.

12 Quinta-feira

Várias faculdades de todo o País juntam-se à greve no Ensino Superior ■ A França pede oficialmente a extradição do ex-ditador chileno Augusto Pinochet ■ A Casa Branca anuncia que a qualquer momento poderá ser ordenado um ataque contra o Iraque, enquanto o governo de Bagdad pede a intervenção da ONU ■ A polícia indonésia tenta dispersar os manifestantes com armas, canhões de água e gás lacrimogénico ■ Durante a Cimeira das Alterações Climáticas em Buenos Aires, os Estados Unidos anunciam que irão assinar o acordo de Quioto ■ Abdullah Ocalan, líder do PKK, é preso pelas autoridades italianas.

13 Sexta-feira

Carlos Carvalhas visita a Festa da Vinha e do Vinho, em Borba ■ O PCP promove um encontro sobre o poeta Papiniano Carlos, na cidade do Porto ■ O Parlamento aprova na generalidade o Orçamento de Estado para 1999, com os votos a favor do PS, contra os do PCP e do PP e a abstenção do PSD ■ Na Indonésia, um balanço provisório revela que pelo menos 11 pessoas morreram nas últimas 48 horas na sequência dos confrontos com a polícia.

14 Sábado

O Comité Central do PCP inicia uma reunião de dois dias, em Lisboa ■ O Presidente da República visita a região de Viseu e Arouca ■ No dia em que o governo de Bagdad se afirma disposto a retomar a cooperação com os inspetores da ONU, o canal televisivo CNN revela que Bill Clinton abortou uma operação de ataque ao Iraque.

15 Domingo

Os Estados Unidos aceitam as garantias de cooperação dadas por Bagdad e excluem a intervenção militar ■ Várias organizações indonésias pedem a demissão do general Wiranto, chefe do Estado Maior e ministro da Defesa e Segurança, devido à violência usada pelo exército durante as manifestações estudantis ■ O Presidente da Guiné-Bissau convoca os partidos políticos do país para audiências separadas, a fim de designar um novo governo até às eleições do próximo ano.

16 Segunda-feira

O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares, desloca-se à Indonésia ■ O Instituto Nacional de Estatística revela que, entre Janeiro e Junho de 1998, Portugal comprou à Indonésia produtos no valor de 4,3 milhões de contos e vendeu artigos calculados em 99 mil contos ■ O presidente da Federação Portuguesa de Futebol responsabiliza a Nike por a selecção de futebol ter usado em 1997 equipamento fabricado na Indonésia ■ Jaime Gama pede a reabertura do inquérito sobre os massacres em Timor à alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos ■ Os estudantes indonésios exigem que o ex-presidente Suharto seja julgado pelo seu enriquecimento pessoal ilícito ■ Os inspetores da ONU começam a regressar ao Iraque ■ O governo israelita ameaça voltar a adiar a retirada da Cisjordânia.

17 Terça-feira

Visita de João Soares a Jacarta levanta polémica no meio político português ■ Relatório anual do Tribunal de Contas, apresentado em Estrasburgo, revela a existência de «irregularidades» na ordem dos cinco milhões de contos ■ O Tribunal de Versalhes reduz para metade a pena de ineligibilidade de dois anos a que Jean-Marie Le Pen havia sido condenado ■ A Justiça francesa condena a prisão perpétua o dirigente da ETA, José Arrieta-Zubimendi ■ O Conselho da União da Europa Ocidental (UEO) aprova, na capital italiana, a Declaração de Roma, em que os dez países membros se comprometem a aprofundar a «reflexão» sobre a definição de uma Política de Segurança e Defesa Comum na Europa ■ Dez mil curdos e simpatizantes desfilar em Roma, onde Ocalan se encontra preso, na tentativa de forçar a Europa a resolver a questão curda ■ Os peritos da ONU em desarmamento retomam, em Bagdad, o trabalho de cooperação com o Iraque.

EDITORIAL

Por uma política de esquerda

«A necessidade de uma rápida intensificação da acção e iniciativa do Partido e das suas organizações em torno dos problemas que mais preocupam os portugueses e mais afectam a sociedade portuguesa» - incisivamente acentuada pelo Comité Central do PCP na sua reunião do passado fim-de-semana - é uma orientação que se reveste de decisiva importância.

Com efeito, a eficaz concretização desta linha de trabalho, conduzindo inevitavelmente a um reforço do Partido, é condição indispensável para tornar mais forte a oposição de esquerda à política e ao Governo do PS; para aumentar a influência social, eleitoral e política do PCP; para lançar sólidas bases de uma alternativa de esquerda à política praticada pelo PS com o apoio ou a convívência do PSD e do PP. A realidade, visível nas consequências negativas, em muitos casos dramáticas, da política de direita para a maioria dos portugueses, mostra todos os dias a necessidade da congregação de forças e esforços de todos os que entendem a necessidade de mudança, de todos os que são vitimados pela política do Governo do PS - e isso passa, obviamente, pela crescente intervenção e empenhamento dos comunistas nas grandes batalhas do futuro imediato.

O PCP destaca-se não só como a oposição de esquerda mas como a única oposição, de facto, à política de direita

A última semana foi fértil em práticas e ocorrências que põem a nu a «maneira de estar na política» e os objectivos fundamentais dos partidos que constituem o sustentáculo da política de direita.

As frenéticas e hilariantes exibições de «oposicionismo» protagonizadas por Marcelo Rebelo de Sousa e por Paulo Portas - procurando esconder a sua concordância com a essência da política do Governo e apresentar-se como alternativa a essa política - são exemplos perfeitos do conceito histriónico de prática e intervenção política adoptado pelos líderes do PSD e do PP. E se alguma utilidade têm as palhaçadas da mediática parelha, é a de mostrarem a quem é que eles se estão a referir quando dizem o que dizem sobre «os partidos», «os políticos», «a política».

A intervenção de Paulo Portas no decorrer do espectáculo deprimente que foi a comemoração do aniversário da velhíssima «Juventude Popular», se é certo que pode ser atribuída, parcialmente, ao ambiente em que foi produzida... não deixa de ser elucidativa da hipocrisia, da insolência, da desfaçatez, da reaccionarice que percorrem o discurso da salazarenta personagem. E há que reconhecer que o Chefe do PP tem a mocidade PP que merece - e vice-versa.

E que dizer da sua «exigência» de 15 milhões de contos para aumentar as pensões na base do argumento de que «se havia essa verba para a regionalização tem de haver essa verba para aumentar as pensões»? Demagogia barata? Sem dúvida. Mas não só: a prática e o discurso de Portas contêm todos os condimentos que ao longo da história têm cozinhado sucessivos «caudilhos». E é isso, porventura, que explica o carinho, o desvelo, o enlevo com que a comunicação social dominante o acompanha e reproduz e divulga tudo o que ele quer que se saiba que disse...

Espectacular foi, igualmente, a prestação de Marcelo Rebelo de Sousa no Congresso dos TSD. Afirmando a sua profunda preocupação «com o egoísmo neoliberal» que faz com que «ao aumento da riqueza produzida não tenha correspondido uma diminuição da pobreza», o líder do PSD está, de facto, a divertir-se com a pobreza. Mas não se ficou por aqui: de social inflamado e, presume-se, de lágrimas nos olhos, gemeu que «um em cada três portugueses é pobre» e que «a riqueza nacional está mal distribuída». Por tudo isto, proclama este intrépido defensor dos explorados: «é preciso baixar os impostos à classe média e aos mais pobres». E disse tudo isto sem sequer sorrir, bem pelo contrário, com ar reivindicativo, crítico e irritado - com o ar de quem passou uma vida a lutar pelos humilhados e ofendidos...

Marcelo e Portas só pensam nas eleições do próximo ano e é certo e sabido que daqui até lá vão repetir, refinando-os, o discurso, o método, a prática que utilizaram na recente campanha do referendo. É certo que se a desvergonha, a hipocrisia, a demagogia e o ridículo pagassem imposto, ficariam ambos na miséria. Mas, não tenhamos dúvidas,

estas são as suas armas e é com elas que continuarão a disparar.

Entretanto, o PS prossegue diligentemente e em ritmo acelerado as orientações e políticas económicas e sociais características da sua bem-amada política de direita: cumpre com a máxima fidelidade - e, diga-se em abono da verdade, com visível prazer - as directrizes traçadas pelos patrões da União Europeia, do FMI e de outras instâncias internacionais; e passará a dispor do Orçamento de Estado que melhor serve todos os seus objectivos essenciais e que, por isso mesmo, tem como preocupações básicas o cumprimento dos constrangimentos ditados pela moeda única e pelo «Pacto de Estabilidade», o prosseguimento do escandaloso processo de privatizações, as fortes restrições aos aumentos salariais, os privilégios fiscais aos rendimentos de capitais, às empresas e operações financeiras e aos grupos económicos - um Orçamento de Estado que, de positivo, pode dizer-se que apenas conterà as propostas feitas pelo Grupo Parlamentar do PCP (as que forem aceites, obviamente...). Para além disso, ou complementarmente, tenta aprovar um pacote laboral que contém matéria altamente lesiva dos interesses e direitos dos trabalhadores. Enfim, o Governo do PS persiste e insiste na aplicação de uma política com marcado conteúdo de classe, claramente favorável aos interesses do grande capital e claramente contrária aos interesses de quem trabalha e vive do seu trabalho.

Neste contexto, o PCP destaca-se não só como a oposição de esquerda mas como a única oposição, de facto, à política de direita. Daí a importância decisiva do seu reforço organizativo de forma a tornar maior e mais eficaz a força de que dispõe; do seu papel na dinamização da luta social, nomeadamente da luta contra o sinistro pacote laboral; do aumento da sua influência. São estes os caminhos que conduzirão à afirmação, na sociedade portuguesa, da necessidade de construção de uma alternativa de esquerda à política de direita que PS, PSD e PP pretendem prosseguir.

Avante!

ALTERAÇÃO AO CÓDIGO POSTAL

Chama-se a atenção para o novo Código Postal da Redacção do Avante!

Proletrários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes, 3
- 1600 - 196 Lisboa - Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» - Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
- 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linhó - 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 - 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

| PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas) | EXTRA-EUROPA |
|---|--|
| 50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00 | 50 números: 46 100\$00 |
| EUROPA | GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU |
| 50 números: 28 600\$00 | 50 números: 33 850\$00 |

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____
Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

E-mail: avante.pcp@mail.telepac.pt

Web: <http://www.pcp.pt>

Feliz encontro

Francamente, há coisas que não se fazem. Após anos e anos de doutrinação nacional e universal sobre os malefícios, piores que os do tabaco, da intervenção do Estado na economia e sobre as maravilhas da «economia de mercado» e sobre os esplendores da «sociedade civil», estava o signatário à beira de finalmente se render a estes grandes dogmas deste nosso fim de século.

Acontece, porém, que bastou uma notícia de dezasseis linhas na última página do «Expresso» de sábado passado para deitar por terra o que poderia ter sido uma modesta mas não desprezível conversão.

Com efeito, com pormenores remetidos para as interiores, aí se podia ler que «empresas agro-industriais associadas a multinacionais e a grandes grupos económicos e financeiros encontram-se entre os principais beneficiários da linha de crédito bonificado, que o Governo criou para ajudar ao desendividamento do sector agrícola. Entre estas empresas, encontra-se a Finagra (904 mil contos de crédito bonificado), de José Roquette, a Italagro (800 mil), ligada à Parmalat, a Atlantic Company (287 mil), do

Banco Espírito Santo e a Sociedade de Vinhos Borges e Irmãos (438 mil), na posse do Banco com o mesmo nome».

Acrescente-se ainda que ainda que a bonificação de juros (9,5 milhões de contos no ano passado e 6,5 este ano) desta linha de crédito é obviamente suportada pelo Orçamento do Estado.

Contado isto, não venha nenhum leitor perguntar coisas do género: mas então estas empresas agrícolas ligadas a bancos endividaram-se junto de que bancos? E a que bancos é que vão recorrer agora, com bonificações pagas por todos nós, para anular o anterior endividamento? É que isso, sinceramente, já é areia de mais para a nossa camioneta.

Ocorre este caso, que não passa de uma pequena lasca da ponta de um imenso icebergue, nos gloriosos tempos de um não menos glorioso Governo do PS, no ano da graça de 1998. Mas, por causa dele, veio-nos à memória uma notícia de Junho de 95 - governava então o igualmente glorioso Cavaco Silva - segundo a qual, numa tranche de 2,5 milhões de contos, referente ao 1.º tri-

mestre daquele ano, de subsídios à formação profissional, um milhão de contos tinha ido parar a duas entidades flagrantemente necessitadas - o BCP e o BPA!

Só falta acrescentar que, neste mesmo «Expresso», o seu director se ocupava a determinar importantíssimas diferenças entre o PS e o PSD que podem ser resumidas na tese saraiviana de que o PS «é, por essência, idealista» e «tem a ambição de mudar a sociedade para melhor» enquanto o PSD «pelo contrário, não é idealista» pois «o que está, basta-lhe - desde que os seus apoiantes e simpatizantes tenham condições para fazer a sua vida e desenvolver os seus negócios».

Embora sem a proverbial fecundidade analítica e o célebre espírito dedutivo do Arq. J. A. Saraiva, parece-nos, bem pelo contrário, que este caso de subsídios a agricultores tragicamente endividados, manifestamente desesperados e clamorosamente necessitados pode ficar como mais um bom exemplo do feliz encontro sempre possível entre as «culturas» do PS e do PSD.

■ Vítor Dias

Teimosa e irremediavelmente sem princípios

Seria tempo de dar por encerrada a concentração de opiniões e comentários sobre o referendo do passado dia 8 de Novembro. Não porque a questão em si, os seus objectivos e importância o não mereçam. Mas porque muito, senão quase tudo, já foi dito, e há outras causas não menos importantes por que lutar.

Mas o prolongamento, por alguns, do rasteiro nível de argumentação patenteado na fase pré-referendo, no comentário e conclusões quanto aos seus resultados justificarão talvez ainda algumas palavras mais.

Vêm elas a propósito das afirmações de alguns dos mais altos dignitários da campanha de embuste e trapaça que o Não ostentou. Segundo estes, a vitória do Não e os votos que lhe deram corpo teria sido a vitória da «sabedoria popular», reservando para os eleitores do SIM o significado de um voto arregimentado e não esclarecido.

Já depois da descarada confissão de Pacheco Pereira a três dias do referendo de que o Não se apresentava em vantagem por ser mais fácil fazer demagogia em torno dessa posição, retém-se agora esta lúcida conclusão de que o voto Não - alimentado num pasto de equívocos, de falsidades, de mentiras e de apelo aos instintos mais primários e conservadores - é o voto genuinamente esclarecido e sabedor!

Fique-se pois sabendo que aqueles votos que se fundaram na convicção alimentada por dirigentes e responsáveis sem escrúpulos da campanha do Não de que com a criação das regiões se tinha de ir a uma consulta no Centro de Saúde ao distrito ao lado, se não podia caçar em região diversa daquela a que se pertenceria, se não podia

vender em feiras ou mercados em regiões fora do de origem, que os jovens estudantes do superior colocados por falta de alternativa em outras regiões veriam a sua permanência aí posta em causa, que o acesso à pensão de reformas se tornaria mais difícil e incerta, para citar apenas alguns dos medos difundidos, esses votos é que são a opção sábia e esclarecida que os arautos do Não sublinham e valorizam.

Não cometeremos a injustiça de culpar e responsabilizar muitos dos que assim votaram convencidos, como sinceramente estavam, que ao assim votar estavam apenas a defender interesses seus.

O que queremos aqui e por fim deixar é a acusação a muitos daqueles que, passando de um dia para o outro de uma posição favorável à regionalização para a contrária, engrossaram qual rebanho a corrente do Não a mando de uns quantos dirigentes partidários; e que em vez de contribuírem com pedagogia para elevar conhecimentos e afastar o medo que é novo, apostaram na mais rasteira linha de argumentação e de tentativa de estupidificação de mentalidades.

Um nível tão rasteiro que nem a vivência «in», a frequência do Jet Set ou a posse de uns montes no Alentejo conseguem disfarçar de facto, o nível a que conduziram o debate é a expressão do seu próprio nível de seriedade intelectual. Mantenham-no, desenvolvam-no, requitem-no. Estão no seu direito. A cada um o que é geneticamente seu. Mas, por favor, façam-no em circuito fechado. Não poluam vontades e consciências.

■ Jorge Cordeiro

LTCM

Chicos-espertos, compadres e padrinhos

Há 2 meses, foi notícia fugidia nos jornais, submersa nas sucessivas ondas do turbilhão financeiro, a quase-falência duma prestigiada firma dos EUA, o LTCM - Long Term Capital Management. Trata-se de um *hedge fund*, sofisticado tipo de empresa financeira que tem tido um crescimento exponencial nos últimos anos. Em teoria, o seu objectivo é fornecer garantia a investimentos de risco; na prática, os "hedge funds" tornaram-se dos mais arriscados agentes da especulação. Cada fundo "hedge" (vedação) é limitado a menos de 100 sócios grandes investidores - escapando por isso a qualquer regulamentação prudencial e entidade de controlo. Praticam por isso as mais secretas e aventureiras operações. E dão enormes lucros aos seus donos e clientes. Usando o chamado "efeito de alavanca", erguem sobre um diminuto vértice de capitais próprios monstruosas pirâmides financeiras invertidas.

Exemplifiquemos com o LTCM: em início deste ano, os capitais próprios eram apenas de 4,8 mil milhões de dólares; com eles obteve dos maiores bancos mundiais, seus clientes, empréstimos de 200 mil milhões; e com eles movimentava uma enorme massa de "produtos" ditos "derivados", estimados em 1.250 mil milhões de dólares! Um estremeção no topo, e a pirâmide desmorona-se. Mas o LTCM dava aos seus clientes, depois de ter retido para si uma grossa fatia (comissões de 3% e 25% dos lucros), miríficos rendimentos da ordem dos 40%. Com tão chorudos lucros, não faltavam conspícuos banqueiros a emprestar aos especuladores do LTCM. Em Setembro deste ano, com a baixa da cotação dos títulos e obrigações do Tesouro dos EUA, devido ao afluxo de capitais fugidos dos "mercados emergentes" em "busca de qualidade" - a pirâmide estremeceu, esmagando o vértice, e o colapso tornou-se iminente.

Não se pense que os gestores do LTCM eram uns quaisquer aventureiros. Aventureiros sim, mas quaisquer é que não. John Meriwether, um dos sócios da célebre Salomon Brothers, que dela saiu com aura de feiticeiro das finanças, fundou a LTCM e dirigia um "board" que contava com um ex-vice-presidente da Reserva Federal, David Mullins, e Myron Sholes e Robert Merton, ambos Nobéis de Economia em 1997 precisamente pelos seus sábios trabalhos neste domínio, à cabeça de um *staff* altamente qualificado de matemáticos e outros peritos bolsistas e financeiros. Com tantas sumidades juntas, afinal, em poucos anos se revelaram uns chicos-espertos, vítimas das próprias feitiçarias. "Vítimas" que afinal se safaram muito bem, porque nestes negócios há sempre compadres e padrinhos - todos cúmplices.

O caso era mesmo sério. Os bancos credores eram os nomes mais sonantes da grande finança mundial. Por isso o circunspecto FED - o Banco de Reserva Federal dos EUA - pôs-se de imediato em campo, reuniu a 23 de Setembro a fina-flor financeira, e em poucas horas juntou 3,65 mil milhões de dólares para injectar no doente em coma e salvar o LTCM da falência virtual. O padrinho, os compadres e os chico-espertos puderam respirar de alívio - e continuar com o negócio! Como se justificou o Sr. Greenspan, *chairman* do FED, perante o Congresso dos EUA, se não se tivesse agido, a bola de neve da falência, além de arrastar os trutas da banca, poderia "ter arruinado as economias de muitas nações, incluindo a nossa própria" (F.T., 2/10).

Para terminar, duas breves observações: 1.ª) Há ainda empresas *too big to fail* (grandes de mais para deixar falir), mas virão (há já!) empresas *too big to save* (grandes de mais para poderem ser salvas) - e aí o caso vai ser mais sério, e quem se lixa é sempre o mexilhão, os povos; 2.ª) Quem foi que apontou o dedo acusador àqueles "asiáticos incivilizados", Japão, Coreia & Cª, em que a banca era só mãos largas para os compadres, os negócios não eram transparentes, não se observavam as regras de prudência, não havia controlos independentes, e os dinheiros públicos, via Estado, apadrinhavam (que horror) os privados? Onde não floresce nestes tempos o *crony capitalism* - o capitalismo dos compadres?

■ Carlos Aboim Inglez

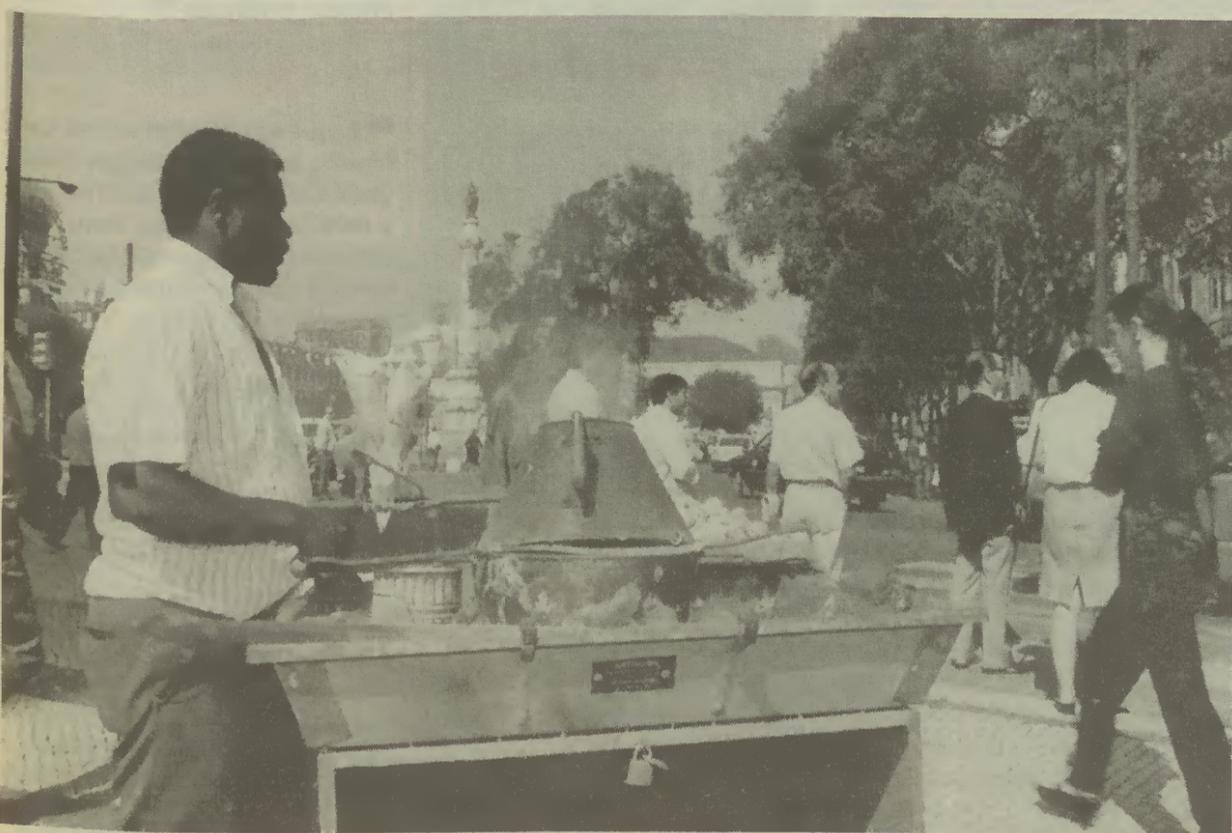


Foto: Jorge Caria

Castanhas - Quentes e boas... e caras?

SEMANA



Conferência Atlântica em Armção de Pera

Realizou-se esta semana em Armção de Pera, no Algarve, a XV sessão da Conferência Atlântica, reunindo representantes de 16 países da Europa e América, entre membros de governo, ex-governantes, académicos e empresários. A sessão durou quatro dias e debateu «O papel da Europa na era da globalização». A iniciativa da Conferência Atlântica começou em 1970 e junta, de dois em dois anos, um grupo representativo de dirigentes à escala mundial para discussões informais sobre questões políticas, económicas e sociais de relevo a nível internacional.

Durante os quatro dias que duraram os trabalhos, que foram coordenados pelo senador John Chafee, de Rhode Island, EUA, os participantes debateram o papel reservado à Europa até 2025, no âmbito da integração económica e monetária, o sistema de segurança e de defesa europeu no século XXI e o impacto, na América do Sul, das medidas que a Europa venha a adoptar naquelas duas vertentes. A última sessão dos trabalhos, realizada no domingo, versou ainda o impacto, na América do Norte, da integração económico-monetária e da política de segurança europeias.

Primeira exposição de Siza Vieira em Espanha

O arquitecto português Siza Vieira inaugurou no passado dia 12, em Madrid, a sua primeira exposição em Espanha de trabalhos escultóricos, no caso realizados expressamente para a Fundação do Instituto de Crédito Oficial (ICO), onde estão patentes.

Coincidindo com a inauguração da exposição, Siza Vieira recebeu também a Medalha de Ouro do Círculo de Belas-Artes.

A mostra, denominada «Escultura. O Prazer de Trabalhar», estará aberta ao público até ao próximo dia

10 de Janeiro e é composta por 55 desenhos e 17 esculturas de pequeno formato, em que o arquitecto português joga com as possibilidades de trabalhar com materiais como o ferro, a madeira e o latão.

Em conferência de imprensa, Siza Vieira afirmou que, em seu entender, «não há fronteiras entre a

escultura e a arquitectura», confessando que lhe deu «uma grande satisfação controlar a evolução do objecto criado», apesar de isso ser «algo que resulta cada vez mais difícil na arquitectura devido aos condicionamentos económicos e à

execução da obra».

Em relação à Medalha de Ouro com que foi distinguido pelo Círculo das Belas-Artes, uma das instituições culturais de maior prestígio na capital espanhola, o arquitecto português definiu os prémios como um «reconhecimento e apoio de que os

arquitectos necessitam para continuar a sua luta».

Siza Vieira tem já no seu curriculum um importante conjunto de obras em Espanha, entre elas o projecto do Museu de Arte Contemporânea da Galiza e o Centro Meteorológico da Vila Olímpica de Barcelona.



Primeiro-Ministro inaugura comboio na Ponte 25 de Abril

Acompanhado de numerosa comitiva, o Primeiro-Ministro António Guterres inaugurou esta semana a passagem ferroviária entre Lisboa e a Margem Sul através da Ponte 25 de Abril, embora os trabalhos desta obra só fiquem concluídos no final de Março do próximo ano e a sua entrada em serviço apenas se possa concretizar depois dessa data, provavelmente em Abril de 1999, segundo a previsão para o transporte de pessoas entre as duas margens do Estuário do Tejo. A comitiva governamental iniciou a «viagem inaugural» na Estação do Oriente em composições puxadas por uma tradicional locomotiva a diesel, fazendo depois paragens em todas as estações previstas no

percurso: Entre Campos, Sete Rios, Campolide, Pragal, Corroios, Foros da Amora e Fogueteiro. Cada composição é constituída por duas unidades motoras e dois reboques com capacidade total para 1256 passageiros. Um problema que ainda está por resolver é a construção

dos acessos às várias estações situadas na Margem Sul, onde, à excepção do Fogueteiro, os trabalhos estão bastante atrasados ou nem sequer começaram, não havendo nenhum responsável que garanta a concretização, a tempo, dessas infra-estruturas fundamentais.



Continuam as «fugas» à Segurança Social

Segundo uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas (TC) aos sistemas de controlo e de cobrança das contribuições para a Segurança Social, a que a Agência Lusa teve acesso, os contribuintes que realizaram acordos de pagamento de dívidas à Segurança Social não estão a cumpri-los mas, apesar disso, o Estado não tem rescindido a maior parte desses contratos. O relatório pormenoriza, afirmando que, apesar de haver um escasso cumprimento por parte dos contribuintes dos acordos celebrados para a regularização destas dívidas (localizadas, geralmente, nas empresas), verifica-se que existe uma «incapacidade de acompanhamento e controlo permanentes», destacando-se o «reduzido número

de acordos rescindidos» por parte do Estado.

O TC atribui esta situação a uma orientação superior no sentido de esgotar todas as hipóteses de sensibilizar o contribuinte não cumpridor, mas também à «manifestada dificuldade [da parte dos contribuintes] em assumir os seus compromissos». Neste contexto, o TC recomenda à tutela governamental que reveja

«todo o enquadramento legal da recuperação da dívida, de modo a tornar o sistema funcional e harmónico», assinalando igualmente que, na análise efectuada, a maior parte da dívida «refere-se a grandes devedores, ou seja, acima dos 50 mil contos» e frisando a constatação da «ausência de instrumentos legais dissuasores de um comportamento falto, que permitam

uma actuação rápida e eficaz dos serviços».

A auditoria foi feita nos cinco centros regionais da Segurança Social no continente e refere-se ao final do ano de 1997. Outras críticas presentes no relatório referem-se à obsolescência dos sistemas de informação, a falta de normalização dos serviços e a escassa qualidade profissional dos funcionários.

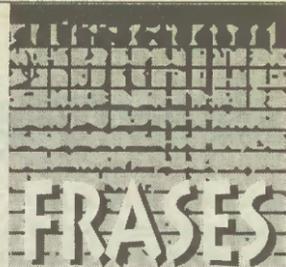
Cônsul Aristides de Sousa Mendes homenageado no Parlamento Europeu

Em apenas uma semana, no longínquo mês de Junho de 1940, Aristides de Sousa Mendes, cônsul português em Bordéus, concedeu mais de 30 mil vistos a refugiados do regime nazi que, entretanto, já invadira a França e tinha em pleno desenvolvimento a sua política de extermínio em massa nos campos de concentração. Os vistos concedidos pelo cônsul português permitiram a essa multidão enorme de refugiados, na maioria judeus, a fugir para Lisboa e, daí, para os EUA, salvando assim a própria vida. Aristides de Sousa Mendes tomou esta decisão impressionante em frontal desobediência às instruções expressas de Salazar, um apoiante encapotado do nazi-fascismo que ordenara a todas as chancelarias portuguesas que se abstivessem de conceder vistos a quaisquer perseguidos do regime nazi. Salazar nunca perdoou a desobediência de Sousa Mendes, apesar dela ter salvo mais de 30 mil vidas

e o próprio Sousa Mendes ser um monárquico conservador e apoiante sincero do Estado Novo, expulsando-o da carreira diplomática e condenando-o à miséria, que o cônsul enfrentou corajosamente na sua terra natal, Cabanas de Viriato, com a sua mulher e os seus 14 filhos.

A heróica história de Aristides Sousa Mendes manteve-se praticamente no limbo durante todos estes anos, tendo saltado para a ribalta internacional sobretudo no ano passado graças a um artigo do jornalista do Le Monde, José Alain Fralon, relatando e divulgando o caso.

É neste quadro que o Parlamento Europeu homenageou esta semana a figura e a acção de Aristides Sousa Mendes, «um dos raros que se deixou guiar pela sua consciência, mesmo sabendo que pagaria o preço», como afirmou Emmanuel Nahshon, primeiro secretário da missão de Israel junto da União Europeia, em Bruxelas.



“O PSD partilha com o PS um núcleo duro de opções estratégicas da democracia portuguesa, nomeadamente em termos da organização da vida económica e na frente externa. Ou seja, alternativa programática praticamente não existe.”

(M. Bettencourt Resendes, *Diário de Notícias*, 17.11.98)

“Guterres e Cavaco. Um com mais sorrisos, mais simpatia, mais lábia, o outro mais austero, mais distante, mais repetitivo. Os dois, por debaixo da bonomia ou da severidade, indecisos.”

(Victor Cunha Rego, *idem*)

“Quando ainda agora atravessasse a ponte ao lado do maquinista, não deixei de me lembrar que, com apenas oito anos, já tinha conduzido um comboio.”

(Primeiro-Ministro António Guterres, *Diário de Notícias*, 16.11.98)

“Quanto mais o PS e o Governo diluem as suas convicções, mais o PC se afirma como factor de refúgio e estabilidade ideológica da esquerda. O PC está de volta.”

(Luís Delgado, *idem*)

“Reconhecemos que houve algumas falhas nos controlos [da BSE] e não podemos permitir que isso volte a acontecer. Vamos reforçar a periodicidade dos controlos.”

(Ministro da Agricultura, Capoulas Santos, *Expresso*, 14.11.98)

“Estão ainda disponíveis cerca de sete milhões de contos [de linha de crédito agrícola]. Se mais agricultores a ela não recorreram é porque não quiseram ou porque não puderam.”

(*idem, ibidem*)

“As garantias bancárias exigidas para aceder a este crédito beneficiavam logo à partida os grandes devedores que são as grandes empresas.”

(Deputado comunista Lino de Carvalho, *idem*)

“E quando finalmente há uma legislação estrangeira que consegue deitar-lhe o laço [a Pinochet], a nobilíssima casa dos lordes tem de passar semanas a deliberar se a sinistra figura é ou não passível de extradição?”

(Clara Pinto Correia, *Diário de Notícias*, 15.11.98)

“A História está a dar-nos razão. O mundo fez a condenação moral de Pinochet e ele nunca voltará a ser o mesmo (...) Era disto que o Chile estava a precisar, vai ser muito saudável. Até agora, a reconciliação era um simulacro. E pode evitar futuras ditaduras (...) Sabe o que é que me irritava? Duas palavras: que se dissesse ‘senador’ em vez de ‘ditador’, e ‘excessos’ em vez de ‘assassínios’”

(Isabel Allende, *Visão* nº 295, de 12 a 18.11.98)

Comité Central alerta Política do Governo acentua desigualdades

O Comité Central do PCP reuniu, nos passados dias 14 e 15 de Novembro, para analisar os resultados do referendo sobre regionalização, a situação política e as tarefas imediatas do Partido (ver documento na íntegra, nas páginas 18 e 19). O Orçamento do Estado para 1999 e a situação difícil por que estão a passar alguns sectores produtivos nacionais, particularmente a agricultura, foram, em resumo, algumas das questões analisadas pelo Comité Central que, considerando, ainda, a importância para o futuro do nosso país do futuro quadro financeiro comunitário, defendeu que o Governo PS junte «a sua voz e pressão à dos governos francês, italiano... no sentido de pelo menos se obter uma flexibilização do Pacto de Estabilidade».

Na opinião do Comité Central, «o carácter negativo dos resultados do referendo» de 8 de Novembro - realizado em circunstâncias particularmente difíceis - «irão provavelmente comprometer por longo tempo a concretização da regionalização administrativa do Continente».

Por outro lado, o Comité Central sublinha o significado das vitórias do «sim» na região do Alentejo, no distrito de Setúbal e em municípios e freguesias de outras regiões, revelador da influência do PCP e dos efeitos positivos da sua campanha.

Sem prejuízo de outros factores, o Comité Central salienta que, para a expressiva vitória do não, terão concorrido, de forma conjugada, «a real complexidade» da questão em debate e a «falta de informação»; «o desgaste» provocado pelos compromissos e atitudes do PS ao longo de dois anos; e uma campanha do «não» (designadamente do PSD e PP), deliberadamente apostada «na exploração de medos» e no recurso «à mentira e à demagogia mais primárias».

O comunicado do Comité Central considera, entretanto, que os comunistas têm «legíti-

mas razões para se orgulharem de terem lutado e actuado com coerência, de acordo com os seus compromissos programáticos e com os seus princípios, favoráveis à descentralização e à democracia participativa», combate que não abandonarão.

Impõe-se melhorar OE

Na apreciação à política do Governo PS, o Comité Central considerou que um dos traços desta política se expressa na política de «concentração da riqueza» com a consequente acentuação das desigualdades, como revelam, entre outros, os dados da distribuição do rendimento nacional.

Por outro lado, o Orçamento de Estado agora aprovado na generalidade, submetido às orientações do Pacto de Estabilidade - com a continuação do escandaloso processo de privatizações, o aumento dos benefícios fiscais a favor do capital financeiro e fortes restrições aos aumentos salariais e às pensões de reforma - vai continuar a acentuar aquela política.

Neste sentido, o PCP «bater-se-á com propostas suas, quer em relação aos impostos quer em relação às despesas, para que o O.E. possa ser melhorado, embora pontualmente, em benefício dos trabalhadores e das populações, em prol da justiça fiscal».

O Comité Central considerou também que apesar das considerações optimistas do Governo a profunda crise no Sudoeste Asiático, a sua propagação ao Brasil e à América Latina, o afundamento económico e social da Rússia, a crise bolsista internacional, «são já uma ameaça real e factores de perturbação séria das economias europeias e, directa e indirectamente, da economia nacional». Entre outros impactos negativos, o Comité Central salienta «as quebras nos mercados externos, com um andamento particularmente desfavorável das exportações no 3.º trimestre do ano e afectando já especialmente o sector têxtil» e «a subida do número total de desempregados inscritos nos centros de emprego verificada no mesmo período».

Fortunas acumulam-se à custa de baixos salários

A agricultura é um sectores produtivos que enfrentam grandes dificuldades, agravadas pelas quebras das exportações nos mercados suíno e bovino, que se acrescentaram a um ano agrícola com uma perda global de produção estimada em mais de 100 milhões de contos. O Comité Central entende que o Governo «não pode ficar indiferente a esta grave situação, ou pensar que as medidas que já tomou são suficientes».

Em contrapartida, «continuaram a acumular-se fortunas e a verificarem-se ganhos de milhões de contos, à custa dos baixos salários e da sangria dos sectores produtivos». Particularmente significativo foi o novo e espectacular salto dos lucros nos sectores bancário e da grande distribuição comercial.

Um outro dado de grande

considera necessária uma grande firmeza negocial, devendo o Governo PS juntar «a sua voz e pressão à dos governos francês, italiano... no sentido de pelo menos se obter uma flexibilização do Pacto de Estabilidade».

Pela sua parte, o PCP tudo fará para defender os interesses nacionais, para que o princípio da coesão económica e social

nhou a necessidade de uma «rápida intensificação da acção e iniciativa política do Partido e das suas organizações em torno dos problemas que mais preocupam os portugueses e mais afectam a sociedade portuguesa».

O Comité Central recomendou ainda a todas as organizações do Partido que comecem desde já a programar um con-

PCP reclama baixa das taxas de electricidade

Na conferência de imprensa em que se deu a conhecer os resultados da reunião do Comité Central, o Secretário-geral do PCP, respondendo a algumas questões, sublinhou que o PCP iria bater-se para que a baixa das tarifas eléctricas se viesse a concretizar com brevidade.

Carlos Carvalhas lembrou que a Assembleia da República aprovou já uma resolução exigindo a baixa das tarifas eléctricas em 15% mas que o Governo tem feito até agora «ouvidos de mercador».

Na opinião do PCP, os portugueses estão a pagar um verdadeiro imposto para favorecer os

escandalosos lucros da EDP e a sua privatização.

E embora a baixa das tarifas para as empresas e para as famílias pudesse ir até aos 18%, o que é necessário é que ela seja significativa e não apenas uma pequena descida formal.

Esta é uma medida que não só facilita a concorrência das empresas, nomeadamente com os nossos vizinhos espanhóis, mas também alivia os orçamentos das famílias, especialmente as de mais baixos rendimentos. É, assim, uma medida de eficácia económica e de eficácia social.

importância para o futuro do nosso país é o do futuro quadro financeiro comunitário até ao ano 2006.

De acordo com estudos elaborados pelo próprio Governo, as incidências da proposta da Comissão para a Agenda 2000 em Portugal equivaleriam a uma «diminuição de transferências da ordem dos 500 milhões de contos no período de 1999-2006». Outros estudos, não menos credíveis, apontam para valores ainda mais elevados e sugerem um decréscimo médio anual de cerca de 200 milhões de contos, refere a resolução do Comité Central.

Alertando para o conteúdo do novo documento da Comissão sobre os recursos próprios comunitários, o Comité Central

seja concretizado e para potenciar o poder negocial de Portugal.

Contra o pacote laboral

O Comité Central alerta também os trabalhadores e as suas organizações para o pacote laboral e as recentes medidas e propostas para a Administração Pública que, articuladas com as alterações ao sistema de Segurança Social e das reformas antecipadas, «têm como objectivo central desactivar a geração de trabalhadores com direitos e substituí-la por uma nova geração precarizada».

Sobre as tarefas imediatas do Partido, o Comité Central subli-

junto de iniciativas sobre as comemorações do 78.º aniversário do Partido e do 25.º aniversário da Revolução de Abril, defendendo e afirmando os objectivos e ideais do Partido e os valores democráticos e transformadores da Revolução de Abril.

O Comité Central saudou todos os seus militantes e organizações partidárias «pelo seu empenhamento nas grandes batalhas políticas, pela afirmação confiante dos objectivos, princípios e valores do Partido e que com os trabalhadores, os jovens, as mulheres, os agricultores com todos os que fazem frente à política de direita e com a sua luta preparam as condições para uma verdadeira alternativa, uma alternativa de esquerda».





Os melhores propagandistas antivoluntariado são, diz o PCP, os jovens que cumprem ou já cumpriram serviço militar

Serviço Militar PCP exige debate

A proposta de Lei de Serviço Militar recentemente anunciada pelo Governo tendente à profissionalização das Forças Armadas, mereceu no passado dia 11 de Novembro, o seguinte comentário do Gabinete de Imprensa do PCP:

1 - Face ao anúncio do Governo de uma proposta de Lei de Serviço Militar tendente à eliminação, a prazo, do Serviço Militar Obrigatório (SMO), o PCP entende que os objectivos nela contidos não se inserem na defesa dos interesses nacionais, mas antes no objectivo de aumentar a participação externa das nossas forças armadas, no esteio das caríssimas opções tomadas em matéria de reequipamento militar.

2 - As iniciativas agora anunciadas, tendentes à profissionalização das nossas FA's e visando proporcionar capacidade atractiva

va junto da juventude, não só não constituem novidade como se sucedem a medidas, já existentes, de incentivo ao voluntariado, sem consequências práticas no plano do emprego, nem da formação e certificação profissional, nem no acesso ao ensino superior. Os melhores propagandistas antivoluntariado são, seguramente, os jovens que cumprem ou já cumpriram serviço militar nessa condição e se sentem hoje profundamente enganados e injustiçados.

3 - Para atingir os objectivos agora anunciados, que dificilmente se repercutirão nesta

legislatura, tornar-se-á necessário, nomeadamente, rever o Estatuto dos Militares, alterar o conteúdo dos cursos e garantir o seu reconhecimento pelo Ministério da Educação, adequar os sistemas de formação interna das FA's e estabelecer os adequados protocolos com entidades civis, etc.

4 - Neste quadro, o PCP reafirma a necessidade da realização de um amplo debate nacional sobre esta matéria, por diversas vezes anunciado pelo Governo, e chama a atenção para o facto de, mais uma vez, o SMO ser utilizado quando se aproximam eleições com óbvios fins demagógico-eleitoralistas junto da juventude, perdendo de vista aqueles que são os verdadeiros interesses para a Defesa Nacional.

Montijo

Suicultura em situação preocupante

A Comissão Concelhia do Montijo do PCP está preocupada com a situação existente no sector da suicultura, de que, em grande parte, o concelho depende económica e socialmente.

Aliás, a entrada sem controlo, no nosso país, de produtos agrícolas e pecuários levou à apresentação pelo PCP e aprovação na Assembleia da Repú-

blica de um projecto de lei que cria o Observatório de Importação e Exportação, no sentido de «garantir o escoamento dos nossos produtos e a garantia de qualidade dos produtos importados.» Uma lei que - acusa o PCP -, ao não ser aplicada pelo Governo, tem conduzido a suicultura à situação existente.

Segundo os comunistas, «a política neoliberal do Governo, a par de uma política nacional de defesa da agricultura e de produção de carne, onde reina o subsídio para não produzir, tem levado ao desaparecimento das explorações nacionais, nomeadamente da pequena e média exploração familiar, permitindo que os produtos estrangeiros invadam os nossos mercados, introduzindo a má qualidade com preços de contornos indistigáveis de dumping, como é o caso da carne de porco quer para a indústria quer para o consumo fresco».

Assim, o PCP, solidário com a suicultura nacional, aponta aos produtores o caminho da luta em defesa dos produtos nacionais, pela apoio efectivo à produção e pela recusa da PAC.



PCP recebe suicultores

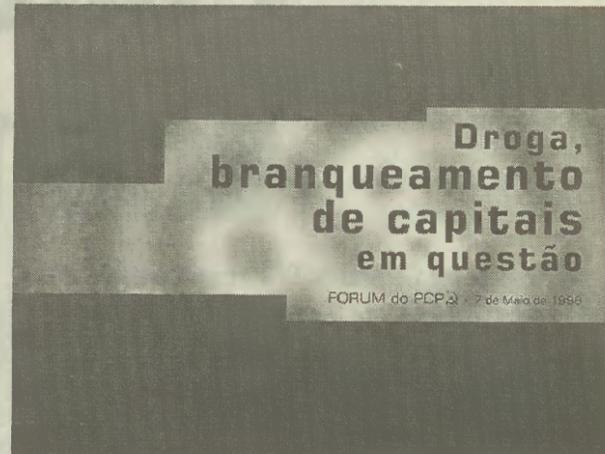
Uma delegação do PCP, constituída por Carlos Carvalhas, Secretário-geral, e Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, recebeu, na passada terça-feira, no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, a Comissão de Suicultores para a Crise de 1998.

Branqueamento de capitais PCP propõe Programa de Prevenção e Combate

Na próxima 5ª feira, 19 de Novembro, pelas 17h00, decorre no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, uma sessão de apresentação pública das Contribuições do PCP para um Programa Nacional de Prevenção e Combate ao branqueamento de capitais oriundo do tráfico de drogas e outras actividades ilícitas.

Tendo lugar enquanto decorre a Semana Europeia da prevenção das toxicodependências, esta iniciativa procura chamar a atenção para um dos problemas conexos com este flagelo e em que se registam significativas debilidades e mesmo graves vazios na resposta nacional e internacional.

O combate ao branqueamento de capitais deve ser assumi-



do como a linha de acção de maior eficácia na luta contra o tráfico de droga, porque atinge os seus lucros e patrimónios ilícitos e permite assim limitar ou liquidar o poder económico das organizações criminosas.

Na ocasião será também apresentada a brochura

“Droga: branqueamento de capitais em questão” que integra as comunicações proferidas no Fórum do PCP sobre este tema que decorreu em Maio do corrente ano.

Na sessão intervirá Francisco Lopes, da Comissão Política do CC do PCP.

Célula da CML Assembleia discute reforço

Realiza-se, no próximo sábado, no Centro de Trabalho Vitória, a 5.ª Assembleia de Organização da célula do PCP na Câmara Municipal de Lisboa.

Um projecto de Resolução, intitulado «Um Partido mais forte na CML - Sempre com os Trabalhadores», serve de base à preparação da discussão que irá ser travada pelos militantes comunistas da Câmara.

O reforço do PCP é «o caminho da alternativa», começa por dizer o documento, invocando uma conclusão do último Congresso do PCP que afirma que «a construção de uma alternativa à política de direita e aos governos que a têm realizado só será possível com uma sensível alteração na correlação de forças» existentes e uma «expressiva ampliação da influência social, política e eleitoral do PCP».

Assim, entre os grandes objectivos que vão nortear o trabalho da célula nos próximos tempos encontra-se o fortalecimento da capacidade de direcção do seu secretariado, a melhoria da ligação aos militantes, o alargamento do núcleo activo, a divulgação da imprensa e materiais do Partido.

Mas como o reforço do Partido «tem de estar associado às grandes batalhas políticas», os comunistas da Câmara de Lisboa vão também discutir as que neste momento se lhes vão colocar: a luta contra o pacote laboral, a defesa da Segurança Social e dos direitos dos trabalhadores, as comemorações do 25 de Abril e as próximas eleições para o Parlamento Europeu e Assembleia da República.

Quanto ao trabalho organizativo, o debate vai centrar-se na necessidade de reorganizar os militantes dispersos por vários locais de trabalho, que não pagam quotas e não recebem os documentos do Partido, potenciando o trabalho político da célula.

O recrutamento, a criação de núcleos de direcção nos principais locais de trabalho, a recolha de fundos, a realização de plenários, a saída regular do Boletim de célula, são outros objectivos que o projecto de Resolução apresenta à discussão da Assembleia.

Mas também a participação dos militantes nas várias estruturas dos trabalhadores e o acompanhamento do trabalho realizado pela coligação que gere o município, particularmente dos eleitos do PCP, são questões que o documento analisa e aprecia.

PIDDAC/99

Verbas aquém do esperado

Jorge Gouveia Monteiro, vereador comunista eleito pelas listas CDU na Câmara Municipal de Coimbra, manifestou, na terça-feira passada, em reunião do executivo camarário, a preocupação do PCP com «o mau tratamento dado a Coimbra» pelo Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para 1999.

O Plano para este ano «fica muito aquém do esperado», assegura o vereador da CDU, enumerando os diversos projectos - conclusão do Conservatório de Música, metro de superfície, Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e novos edifícios da Penitenciária, do Tribunal de Coimbra e do Hospital Pediátrico - que ou não são contemplados ou são-no com verbas inferiores às previstas em 1998.

Ilda Figueiredo, vereadora da CDU na Câmara do Porto, por sua vez, chama a atenção para as verbas inscritas em 1998 para a construção do Centro de Saúde de Aldoar e de Ramalde - respectivamente 105 e 140 mil contos - que, no PIDDAC/99, são contempladas, cada um, com apenas 10 mil contos.

Outra situação denunciada por Ilda Figueiredo prende-se com a construção de um novo Centro Materno-Infantil, no Porto, para a qual em 1998, estavam previstos 2,1 milhões de contos, e agora apenas lhe tem destinados 80 mil.

Para a vereadora comunista - «espantada» com estes números -, o Governo, face à aproximação de eleições legislativas, está a «chutar a responsabilidade para outro».

ÉVORA

Saramago homenageado

José Saramago foi homenageado, no passado dia 28 de Outubro, pela Câmara Municipal de Évora, que lhe entregou a Medalha de Ouro da Cidade. A esta homenagem, prestada por motivo da atribuição a este reconhecido escritor e militante comunista do Prémio Nobel da Literatura, associou-se também o Sector Intelectual de Évora do PCP.

Assim, no final da sessão de entrega da Medalha, um grupo de militantes comunistas ofereceu a José Saramago um capote alentejano. O escritor, muito sensibilizado, prometeu que o capote o acompanharia na cerimónia de recepção do Prémio Nobel, pelo que, num futuro próximo, os alentejanos esperam um acréscimo de exportação de capotes para a Suécia.

VIANA DO CASTELO
Contra pacote laboral

No âmbito da acção de esclarecimento, que hoje termina, sobre as consequências para os trabalhadores da aprovação do pacote laboral, a Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP, denunciando a gravidade «indesmentível» da mesma, mobiliza contra ela os trabalhadores.

Particular denúncia tem merecido a proposta de trabalho a tempo parcial. Um folheto, distribuído à porta das principais empresas, alerta, assim, para o facto de, com esta proposta, o trabalhador nunca saber quais os dias e quantas horas que trabalharia por semana; ser criada uma nova categoria de trabalhadores que, pelo horário e salário reduzidos, não teria as condições mínimas de vida e, logo, necessitaria procurar dois ou mais trabalhos (com a desorganização da vida pessoal e familiar que isso implicaria); diminuir os direitos no desemprego, na doença e na reforma; reduzirem-se contratações a tempo inteiro.

TERCEIRA

«Atentado» na baía de Angra

O Secretariado do PCP da Ilha Terceira está alarmado com o comportamento da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, da Câmara de Angra e da Junta Autónoma de Portos em relação ao Porto de Recreio na baía de Angra, que querem concluir sem estarem definidas todas as questões legais ou estudar outras alternativas. Um processo que, na opinião do PCP, a «irresponsabilidade e incompetência» do PSD e do PS sempre conduziram mal.

Assim, os comunistas da Terceira propõem que se analise a proposta da GÊ-QUESTA, que prevê a construção da Marina dentro da baía do Porto da Pipa, com a demolição de cerca de metade do cais e a consolidação do seu lado oeste, para atracagem de embarcações de passageiros e o reforço e alargamento do actual quebra-mar. Trata-se de uma proposta «mais equilibrada» e que «evita a construção de um muralhão de 7 metros de altura, praticamente no meio da histórica baía de Angra».

PORTALEGRE

Crise instala-se no Hospital

A crise instalada no seio do Conselho de Administração do Hospital Dr. José Maria Grande «ameaça corroer o prestígio e a função desta instituição», afirma a Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP, para quem a referida crise é resultante do estilo de gestão hospitalar em prática e dos critérios irresponsáveis utilizados pelos dirigentes do PS na escolha dos membros do actual Conselho.

A situação criada «é o culminar do amplo descontentamento dos trabalhadores de todos os sectores do Hospital contra o estilo arrogante, prepotente e conflituoso do Conselho de Administração», patente na moção de censura aprovada pelo corpo clínico, sublinham os comunistas, ao mesmo tempo que de novo reclamam a reforma democrática da gestão hospitalar. A DORPOR exige ainda do Governo, do responsável da ARS do Alentejo e dos responsáveis políticos do PS a rápida «clarificação e correcção» da situação, de forma a evitar a degradação do clima laboral e da assistência médica prestada pelo Hospital.

AÇORES

PCP questiona Governo

Face ao indeferimento, pela Secretaria de Estado da Educação e Assuntos Sociais, do funcionamento nocturno do 12.º ano da reforma anterior, na Escola Secundária Básica Dr. Manuel de Arriaga, na Horta, a Representação Parlamentar do PCP dirigiu ao Governo Regional um requerimento através do qual pretende saber quais os fundamentos da decisão tomada e se ele está disposto a revê-la e anulá-la.

Lembrando que a única razão para fundamentar a decisão - evidenciadora de um profundo desrespeito pelos alunos adultos trabalhadores - seria a inexistência de alunos, o PCP esclarece que o número de matrículas completas só não é maior por recomendação da própria Secretaria de Estado, a aguardar decisão superior.

Regionalização
Uma reforma necessária e justa

Prosegue nas organizações do PCP, a nível regional e local, a análise aos resultados do referendo sobre regionalização, realizado no passado dia 8 de Novembro. A tónica das conclusões é, contudo, quase sempre colocada na mesma ideia: o povo português perdeu uma boa oportunidade para aprofundar a democracia, proceder a uma distribuição mais equitativa da riqueza nacional e a uma gestão mais participada e transparente dos dinheiros públicos.

Esta é, aliás, a opinião do Organismo Inter-Regional do Alentejo que, saudando o povo alentejano pela prova de «maturidade e consciência política» mais uma vez dada, ao votar Sim à regionalização e à Região do Alentejo, lamenta, contudo, a vitória do Não a nível nacional, que vai significar o adiamento desta importante reforma, «com todos os prejuízos que isso acarreta para o Alentejo e para o País.»

«Significativo» é, também, para o OIRA o facto de ter sido nas zonas de maior influência do PCP que, tal como em relação à despenalização da interrupção voluntária da gravidez, o Sim venceu e obteve os seus melhores resultados. São resultados que confirmam «que é no PCP que as causas justas e progressistas encontram o seu melhor, mais coerente e mais empenhado defensor».

Por outro lado, o PCP entende que «valeu a pena» a luta pela Sim já que, com ela, se obrigou «os defensores do Estado centralista e burocrático, mesmo os mais empedernidos, a reconhecer que a situação que temos está mal, a reconhecer a necessidade da descentralização e as suas virtualidades e a valorizar o papel do poder local democrático». Sublinha, entretanto, que, «nada do que se possa fazer em matéria de descentralização, poderá substituir a existência das regiões administrativas com os seus órgãos democraticamente eleitos, as suas atribuições e competências próprias e o seu financiamento consagrado em lei da República».

Évora

«Ao votar maioritariamente no Sim às duas questões referendadas e com uma participação superior à média nacional, a população do concelho de Évora

mostrou que se situa na primeira linha das batalhas justas e pelo progresso que se travam na região e no País», diz, por sua vez, a Comissão Concelhia de



Os resultados do referendo traduzem-se, na opinião dos comunistas, pelo adiamento de uma distribuição mais equitativa da riqueza nacional

Évora do PCP, para quem os resultados no concelho e no Alentejo, para além da consciência política da sua população, evidenciaram a existência de uma identidade regional alentejana.

O PCP saúde, pois, a população de Évora pelos resultados alcançados e denuncia «como ofensivas» para ela as «análises» de alguns órgãos de comunicação social que atribuem esses resultados à «incapacidade dos alentejanos em se libertarem de uma pretensa tutela mental do PCP».

Ainda no Alentejo, a Comissão Concelhia de Avis, depois de referir a grande afluência às urnas verificada no concelho, saúda os militantes e simpatizantes do PCP, cujo empenho e dedicação nesta batalha contribuíram para a vitória do Sim no concelho de Avis e na Região do Alentejo.

Lamenta, entretanto, a Concelhia do PCP que a falsidade, demagogia e calúnias dos parti-

dários do Não tenham impedido a concretização desta importante reforma democrática, que é a regionalização, ao mesmo tempo que realça os objectivos e valores por que os comunistas se bateram e de que não abdicarão, já que permanecem «necessários, justos e honestos».

Setúbal

Também a Direcção da Organização Regional de Setúbal se congratula com os resultados do

Administração Central (PID-DAC), as propostas que mais correspondam aos anseios da população do distrito, designadamente com vista ao combate ao desemprego.

Pelo País

Mas é um pouco por todo o lado que as organizações do PCP fazem a análise aos resultados do referendo.

Por seu turno, a Direcção da Organização Regional de Coim-

bra do PCP lamenta que se tenha perdido uma oportunidade para concretizar a regionalização e considera que a campanha e os resultados mostraram que «se mantêm muitos sinais de falta de convicções, receios e calculismo por parte de sectores e personalidades do PS».

Atendendo, ainda, a que o ano de 1999 é um ano de eleições (Parlamento Europeu e Assembleia da República), os comunistas de Coimbra manifestam a sua preocupação face à permanência no distrito de órgãos dependentes do Governo - Governador Civil, Directores Regionais e CCRC.

A Direcção da Organização Regional de Castelo Branco, por sua vez, lamenta o pouco empenhamento do PS na batalha política do referendo, e que, mais uma vez, o preceito constitucional da regionalização fique por cumprir. Entretanto, no âmbito da discussão do OE, o PCP «tudo fará» para que os resultados do referendo não penalizem o distrito.

Por último, a Comissão Concelhia de Ovar considera que a resposta em massa da população do concelho ao apelo das forças de direita para o referendo reflecte a luta desigual travada no concelho entre os defensores do Sim - empenhados no esclarecimento e na seriedade - e os partidários do Não que, à força da mentira e do marketing político, conseguiram transformar regionalistas convictos em seus acérrimos apañiguados.

CAMARADAS FALECIDOS

Adelino Ferreira

Faleceu recentemente, com 62 anos de idade, o camarada Adelino Ferreira. Estava organizado na Freguesia de Stº António da Charneca, Barreira, sendo membro da respectiva Comissão Concelhia do PCP.

José Joaquim Rodrigues

Faleceu no passado dia 10 de Novembro, vítima de doença prolongada, o camarada José Joaquim Rodrigues, de 81 anos de idade, natural de Abela - Santiago do Cacém, e residente na Parede.

Devido à sua idade avançada, havia diminuído a sua contribuição militante, fazendo, no entanto, sempre tudo o que as suas fracas possibilidades físicas lhe permitiam. Quando da saída da cadeia de Maria Machado, a sua casa foi local de acolhimento desta destacada militante comunista, que aí terminaria os seus dias. Actualmente estava organizado na freguesia da Parede.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

OE para 1999 O final anunciado com privilégios ao capital

O Orçamento do Estado para 1999 foi aprovado, na generalidade, com os votos favoráveis do PS, a abstenção do PSD e a oposição do PCP e do CDS/PP. Depois de três dias de debate, o documento obteve nesta fase processual o desfecho esperado, sem surpresas, seguindo agora o seu curso em sede de especialidade, após o que voltará de novo a plenário para debate e votação final global no dia 10 de Dezembro.

A história do debate, como assinalou o líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, foi, assim, a «história de um final anunciado». Tudo porque o PSD, pela voz do seu presidente, desde Tavira, numa espécie de «profissão de fé», independentemente dos juízos objectivos ao seu conteúdo, cedo anunciou a intenção de viabilizar este Orçamento.

Nem mesmo desenvolvimentos analíticos mais recentes, considerando-o um documento inaceitável, fizeram mudar o rumo traçado pela bancada laranja. Para tanto, e talvez para que o descrédito não fosse total, contaram com a preciosa ajuda do Primeiro-Ministro, logo na intervenção de abertura, quando este se mostrou disponível para «aceitar a inclusão de uma cláusula de garantia» que impeça o aumento de impostos para as famílias com menos de 700 contos de rendimento por mês.

Com esta tábua de salvação - Manuela Ferreira Leite acabaria por cometer um «lapsus linguae» chamando-lhe «cláusula de salvação» -, estava encontrado o pretexto para o PSD não desdizer a sua pré-anunciada viabilização, como sublinhou Octávio Teixeira, e justificar mais esta sua cambalhota política. Tudo, entenda-se, em nome da estabilidade política e nunca, argumentaram, em função da qualidade ou do rigor da proposta do Governo.

Para dar alguma verosimilhança ao número, Marques Mendes, presidente do Grupo Parlamentar do PSD, ainda acusou o primeiro-ministro de ter recuado na componente fiscal do Orçamento de Estado para 1999, revelando, «tal como no ano passado, má consciência», depois das críticas que lhe foram dirigidas por todos os partidos da oposição.

Linha de continuidade

Mas se este é um episódio que apenas serve para atestar o grau de manobristo e calculismo eleitoral que animam a direita parlamentar - quando é certo, como salientou Lino de Carvalho, que «os interesse que defende a nova/velha aliança revêem-se obviamente no núcleo duro deste Orçamento e desta política do PSD» - o que foi verdadeiramente marcante no debate da passada semana foram as críticas oriundas da bancada do PCP, quer quanto à natureza essencial do Orçamento quer quanto às suas orientações políticas centrais.

Sustentadas numa sólida argumentação, as críticas dos deputados comunistas ao Orçamento para o próximo ano incidiram sobretudo no que Octávio Teixeira resumiu nestes termos: «continuidade quanto à preocupação primeira e fundamental de cumprimento dos constrangimentos ditados pela moeda única e pelo "pacto de estabilidade", ao prosseguimento do processo de privatizações, às orientações restritivas para os aumentos salariais, aos privilégios fiscais aos rendimentos de capitais, às empresas financeiras e aos grupos económicos».

Estas, em síntese, é que são as linhas determinantes do Orçamento que justificaram o voto contra do PCP, e não - foi ainda o presidente da bancada comunista a lembrá-lo -, as alterações propostas para a tributação dos rendimentos do trabalho dependente em IRS, as quais, embora «tímidas e insuficientes», não deixaram de ser saudadas e acolhidas positivamente pelo Grupo comunista.

Políticas neoliberais

O que foi vivamente criticado pelos deputados comunistas foi o facto de estarmos em presença de mais um OE de obediência às políticas neoliberais inerentes ao Pacto de Estabilidade, do mesmo que condenaram as opções do Governo que o levam, por estritas razões financeiras e ideológicas, a prosseguir desalmadamente o processo de privatizações, contribuindo para uma maior centralização e concentração do capital e para o incremento da especulação bolsista.

Com o que o PCP não se conforma - e no debate os seus deputados não se cansaram de o reiterar - é com o facto de os rendimentos do trabalho continuarem a ser sacrificados, enquanto os «rendimentos do capital prosseguem o manjar à mesa do Orçamento». Por outras palavras, a manutenção de um sistema fiscal profundamente injusto que penaliza os trabalhadores por conta de outrem, ao mesmo tempo que se mantém a evasão e a fraude fiscais, por um lado, e os benefícios fiscais para o capital, por outro, com um valor previsto para o próximo ano a rondar os 300 milhões de contos.

Reivindicaram, por isso, medidas de combate à evasão e à fraude fiscais, como exigiram a eliminação dos benefícios fiscais ao capital. Da mesma maneira que defenderam, determinados, o desagravamento fiscal dos contribuintes com rendimentos mais baixos e rendimentos médios, subscrevendo, para o efeito, um conjunto de propostas de alteração no âmbito da fiscalidade, consideradas manifestamente razoáveis e com sustentabilidade financeira no Orçamento.

Foi, pois, com este enquadramento que a bancada do PCP se posicionou no debate. Sem perder de vista que na base das suas críticas e propostas, como explicou Octávio Teixeira, estavam motivações e um sentido claro: «porque defendemos mais salários, mais justiça social, mais dignificação e valorização dos que trabalham».

Clarificar posições

(...) O senhor Primeiro-Ministro verá o seu Orçamento para 1999 viabilizado pelo PSD, e provavelmente pelo PP. Mas isso não altera a natureza essencial do Orçamento, as suas orientações políticas centrais, que, sem subterfúgios, sustentam o voto contra do PCP.

Como V. Exa. expressamente o reconheceu, «o Orçamento de 99 vem numa linha de perfeita continuidade em relação aos três Orçamentos anteriores». Continuidade quanto à preocupação primeira e fundamental de cumprimento dos constrangimentos ditados pela moeda única e pelo «pacto de estabilidade», ao prosseguimento do processo de privatizações, às orientações restritivas para os aumentos salariais, aos privilégios fiscais aos rendimentos de capitais, às empresas financeiras e aos grupos económicos.

São estas as linhas determinantes do OE para 1999. Não as alterações propostas para a tributação dos rendimentos do trabalho dependente em IRS.

Estas últimas são, sem dúvida, como já o afirmámos e não temos pejo em repeti-lo, alterações de sentido positivo que, aliás, há muito o PCP defende e reivindica. Mas são propostas tímidas e insuficientes. São uma gota no copo de água da reforma fiscal que o Governo e o PS prometeram mas não cumpriram.

Porque se aquelas alterações vão no caminho da justiça relativa entre os tais senhores A e B que pagam IRS, a verdade é que em nada combatem a profunda injustiça, que permanece, entre estes e aqueles outros senhores C e D, quer eles sejam pessoas singulares ou empresas, que continuam a evadir-se ao fisco ou são obsequiados à mesa do Orçamento com isenções e outros chorudos benefícios fiscais.

(E em relação a isso, tal como em relação às privatizações e ao pacto de estabilidade, é evidente que o PSD não poderia votar contra.)

Por isso as propostas de alteração que, no âmbito da fiscalidade, o PCP já apresentou. E esperamos que o facto de o Governo ter agora, se tal ainda não tivesse, a certeza absoluta de que o seu Orçamento passará de qualquer maneira, não leve o Grupo Parlamentar do PS, qual cego rolo compressor, a recusar, pura e simplesmente, todas as benéficas propostas que publicamente apresentámos. Pela nossa parte, podemos o Governo, os senhores Deputados e os portugueses ter a certeza que por elas nos bateremos no debate e votação na especialidade.

(...)

Promessas não cumpridas

Este é o último Orçamento desta legislatura, o último Orçamento deste Governo do Partido Socialista. É, pois, legítimo, que façamos aqui não somente a leitura crítica do Orçamento de Estado para 1999 mas, nas áreas em que isso já é possível, se faça uma leitura comparada entre as promessas e compromissos do PS, no seu contrato de legislatura, e os resultados alcançados.

Na Educação, que o Primeiro-ministro, Eng.º António Guterres, elegera como a sua paixão, o compromisso do PS era, de no final da legislatura, a despesa pública ter crescido 1% no PIB. A verdade é que em 1995 o total consolidado da despesa pública com a educação era de 5,2% do PIB e em 1999 será de 5,7%. Do 1% prometido, afinal, ficamos-nos por 5 décimas. Metade do prometido!!! A Saúde era outra das áreas onde o PS fez grandes promessas. Mas também aqui, a despesa pública, que era de 4,4% do PIB em 1995 está, hoje, nos mesmos, 4,4%. (...)

Mas se viajarmos até às funções económicas, o panorama não é melhor. O esforço da despesa pública do Estado na dinamização e vitalização de sectores económicos que pela sua fragilidade estrutural mais necessitariam do impulso das políticas públicas também diminuiu seriamente nesta legislatura. Globalmente há uma diminuição de 2,6% para 2,4% da Despesa Pública, em percentagem do PIB, nas funções económicas do Estado. A agricultura e as pescas, o sector industrial e energético bem como o sector de transportes e comunicações, todos eles sofrem os efeitos da desresponsabilização crescente do Estado traduzida numa diminuição da despesa pública nacional em percentagem do PIB.

É uma evidência, constatada nos próprios dados dos Orçamentos de Estado a que recorreremos, que este recuo das políticas e da despesa pública em áreas essenciais para o progresso social e para o reforço sustentado da nossa economia é o resultado conjugado de duas variáveis: a aplicação dos critérios de Maastricht e do Pacto de Estabilidade e as opções ideológicas, de modelo de sociedade, do Governo. A redução do *deficit* resulta sobretudo da diminuição dos juros da dívida pública, das receitas das privatizações e da contração relativa da despesa pública nos sectores que sublinhei. Sacrificam-se assim as políticas públicas de progresso social e de reforço estrutural da economia à moeda única e aos constrangimentos impostos no quadro do Pacto de Estabilidade.

(...)

Concentração da riqueza

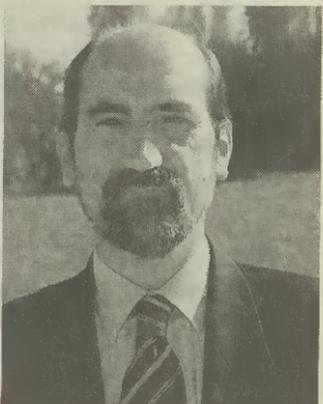
As Grandes Opções do Plano e o Orçamento de Estado para 1999, no que se refere ao mundo do trabalho e à Segurança Social, seguem e perspectivam o aprofundamento da política neoliberal que vem sendo praticada pelo Governo do PS, continuadora, aliás, da anteriormente levada a cabo pelos governos do PSD.

Logo na caracterização da evolução recente da economia portuguesa e em relação à política salarial se afirma que, em 1997 e 1998, «a evolução salarial tem-se mantido moderada».

E nas perspectivas para 1999 admite-se «que a economia portuguesa continue a crescer... a um ritmo elevado (entre 3,5% e 4%)»; contudo, e cito de novo: «Os aumentos



Octávio Teixeira



Lino de Carvalho



de salários não deverão ultrapassar o ritmo de 1998..." Isto é, continua a defender-se a moderação salarial para manter uma cada vez maior acumulação de lucros e de riqueza à custa dos trabalhadores.

Para isso e para cumprir o todo-poderoso "Pacto de Estabilidade", aponta-se uma taxa de inflação de 2% - que a previsão da União Europeia (2,4%) descredibiliza - e considera-se aque-



Alexandrino Saldanha

la taxa como o factor determinante para os aumentos salariais.

Tudo isto, quando se sabe que o nosso país é, na União Europeia, aquele que atribui ao factor trabalho a menor percentagem do rendimento nacional e, apenas para manter essa percentagem, os salários terão de ser anualmente acrescidos com a soma da taxa de inflação e a da produtividade. Mas o Relatório Geral do Orçamento reconhece expressamente que, em 1998, "a taxa de variação estimada para as remunerações por trabalhador... mantém-se... inferior ao crescimento estimado para a produtividade" e que houve "uma desaceleração do crescimento dos custos unitários do trabalho, devido à moderação dos salários".

A propósito, será sacrilégio falar em moderação dos lucros?

E por que é que não se toma como objectivo a inversão da injusta situação actual, em vez de a continuar e agravar?

Para esse efeito, podia desde já aproveitar-se o actual processo de negociação salarial com os Sindicatos da Função Pública.

(...)

Lucros à custa da Saúde

Ano após ano a situação repete-se. As verbas orçamentadas para a Saúde não chegam para pagar as despesas existentes. A dívida aumenta, mesmo quando os prazos de pagamento são alargados. A situação chegou a tal ponto que o Governo já apresenta como grande vitória a diminuição da taxa de crescimento da dívida. Note-se bem: não é a dívida que diminui nem deixa de crescer; apenas cresce percentualmente menos, o que não significa sequer que os valores absolutos em dívida tenham aumentos pouco significativos.



Bernardino Soares

Mas o problema maior não é sequer o aumento da despesa. Que a despesa pública com a saúde aumentasse seria até desejável, para pôr fim ao crónico subfinanciamento e à falta de recursos que causam muitas das dificuldades hoje existentes no Serviço Nacional de Saúde. O problema é que o aumento da despesa não tem levado nem a mais nem a melhores cuidados de saúde. O grande problema é que estes recursos adicionais não servem para engrossar a capacidade do Serviço Nacional de Saúde; antes se esvaem para os bolsos ávidos dos que acumulam lucros colossais à custa do Orçamento de Estado e à custa da saúde dos portugueses.

A verdade é que cada milhão de contos, cada escudo consumido nesta voragem não controlada é um escudo que se retira, que se desvia do que devia ser o seu fim - aumentar e melhorar os cuidados de saúde.

(...) O Orçamento da Saúde tem por um lado que acabar com a suborçamentação das despesas - tem de ser orçamentado aquilo que realmente se vai gastar; e por outro tem que haver rigor e honestidade nas receitas previstas, não inscrevendo ano após ano montantes que acabam sempre por ficar acima das receitas efectivamente cobradas, o que aliás volta a acontecer este ano.

O Orçamento da saúde só será ele próprio saudável quando disciplinar as despesas desnecessárias e parasitárias que impedem que uma boa parte dos recursos se apliquem na melhoria dos cuidados de saúde.

(...)



População do Barreiro manifesta-se contra os resíduos perigosos. Uma luta que continua

Barreiro contra resíduos perigosos

A luta da população do Barreiro contra a instalação de uma Estação de Tratamento de Resíduos Industriais Perigosos no município vai prosseguir.

Amanhã, dia 20, pelas 17 horas no Palácio de S. Bento, será entregue ao primeiro-ministro o abaixo-assinado com cerca de 35 mil assinaturas recolhidas por todo o concelho.

Nesse mesmo dia serão entregues cópias do abaixo-assinado ao IPAM - Instituto de Promoção Ambiental, ao Ministério do

Ambiente, à Presidência da República e à comissão especializada da Assembleia da República sobre esta matéria.

Dia 23, pelas 12 horas, terá lugar um «buzinão» de protesto levado a cabo pelos automobilistas do concelho, numa concentração com a população, em que será dada uma informação sobre a questão da localização no concelho do Barreiro da Estação de Transferência e Pré-Tratamento de Resíduos Industriais Perigosos.

Estas iniciativas surgem na sequência de uma reunião com a ministra do Ambiente, na qual não houve qualquer indicação de uma alteração de decisões neste processo.

Em nota divulgada à imprensa, o presidente da Câmara do Barreiro reafirma a recusa da população do Barreiro de "manter para o próximo século o espectro de sermos um concelho, mais uma vez, afectado negativamente pela imagem industrial".

"Queremos uma indústria moderna, amiga do ambiente, e pensamos que temos o direito, 100 anos depois de termos esta indústria tão poluente, de beneficiar de um modelo de desenvolvimento em que o espectro dos problemas ambientais seja definitivamente afastado", conclui.

Também a população da Baixa da Banheira participa na iniciativa de protesto de dia 20.

Pela Paz no Sahara

Caravana de solidariedade

Uma caravana de solidariedade, entre Lisboa, Sevilha e Tindouf, vai realizar-se de 2 a 9 de Dezembro, para entrega nos acampamentos de refugiados no Sahara, do material recolhido durante a campanha de solidariedade entretanto promovida.

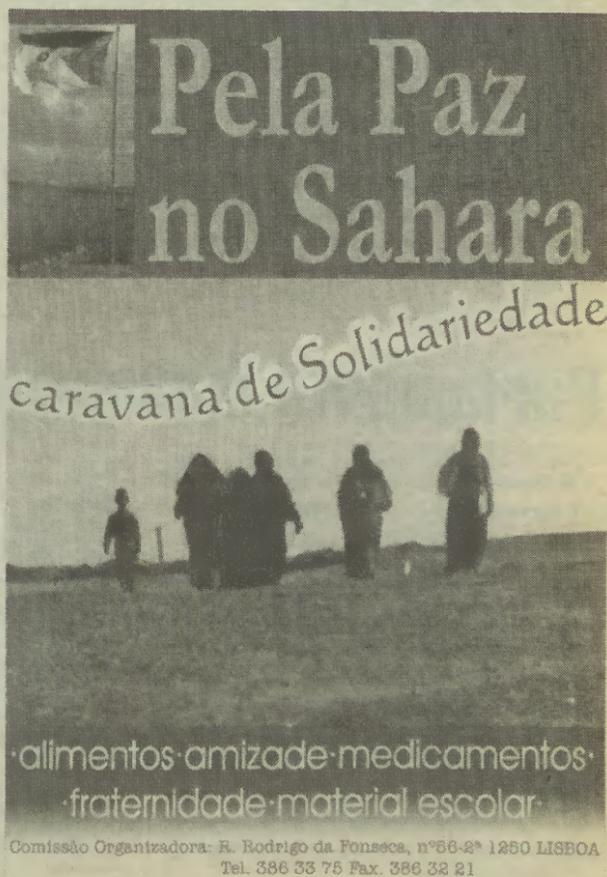
Esta campanha teve como objectivo, «com espírito de amizade, solidariedade e cooperação proporcionar às crianças saharauis calçado, alimentos e o nível de instrução até agora mantido».

No folheto distribuído no quadro desta iniciativa, «Pela Paz no Sahara», afirma-se que a ajuda alimentar, material, económica e humanitária se destina aos acampamentos de refugiados no sudoeste da Argélia, onde vivem cerca de 165.000 pessoas, o grosso da sociedade saharauí.

Na nota de divulgação sublinha-se, em particular, que, apesar de condições de vida inimagináveis, «não se registam quaisquer epidemias, as crianças são vacina-

das, não há nenhum caso de SIDA. Todas as crianças recebem escolaridade básica (9 anos)».

Uma realidade que se deve também à ajuda e solidariedade internacionais.



Homenagem a Ferreira de Castro

Por iniciativa da ARE - Associação de Reencontro dos Emigrantes, vai realizar-se em Lisboa uma sessão pública de homenagem ao escritor Ferreira de Castro, que se insere no quadro de outras iniciativas pelo seu centésimo aniversário.

Esta sessão pública terá lugar no próximo dia 26 de Novembro, pelas 18 horas, na Biblioteca Camões, em Lisboa.

A iniciativa conta com diversas intervenções em que será abordada a obra de Ferreira de Castro em ligação com as suas preocupações sociais, sendo de particular interesse para a associação promotora o seu romance «Emigrantes», que este ano completou 70 anos da sua publicação e já vai na 25.ª edição.

alimentos · amizade · medicamentos · fraternidade · material escolar

Comissão Organizadora: R. Rodrigo da Fonseca, nº56-2º 1250 LISBOA
Tel. 386 33 75 Fax. 386 32 21

Fórum Seixal Saudável "Juntos pela saúde"

No âmbito do Projecto Seixal Saudável, realizou-se dias 16 e 17 deste mês, na Quinta Valenciana, o 1.º Fórum Seixal Saudável "Juntos pela Saúde".

Um projecto da Câmara Municipal a que já aderiram 62 entidades com responsabilidades na promoção do bem-estar das populações do concelho.

O Fórum abordou as principais conclusões do Inquérito de Saúde e do Perfil de Saúde do Concelho, entretanto realizados, avaliou as estratégias definidas no Plano de Desenvolvimento de Saúde aprovado pela Câmara em Abril passado e constituiu, assim, um momento privilegiado de discussão destas estratégias e consolidação de novas parcerias.

A saúde é muito mais do que estar doente

No âmbito do Projecto Saudável, considera-se que a saúde é muito mais do que não estar doente. É um conceito que implica o bem-estar não só físico, psicológico e social do indivíduo mas tam-

bém todos os aspectos relacionados com o ambiente que o rodeia.

Nas respostas ao Inquérito de Saúde já realizado, mais de uma centena de representantes de instituições do Concelho apontaram os estilos de vida e comportamentos, a pobreza (incluindo o desemprego), a qualidade dos serviços de saúde, as condições de habitação e o ambiente, como factores com mais impacto na saúde dos indivíduos, das famílias e da comunidade.

No que respeita ao Perfil de Saúde, foram detectados como problemas não só o aumento de diferentes tipos de doenças mas também a toxicoddependência e as grandes carências no número de profissionais de saúde.

Foram ainda considerados, como factores com impacto negativo em saúde, os problemas de habi-

tação e desemprego, o elevado número de pensionistas e idosos com pensões muito baixas, a existência de crianças negligenciadas e maltratadas, uma insuficiente rede de transportes e algumas zonas de insegurança rodoviária.

Plano de Desenvolvimento

O Plano de Desenvolvimento de Saúde foi elaborado de acordo com as necessidades detectadas no Inquérito e Perfil de Saúde.

Foram assim definidas, como estratégias do Plano - combater as desigualdades em saúde; garantir um ambiente físico de qualidade; melhorar as acessibilidades e as condições de habitação; combater o tabagismo; promover a higiene e qualidade alimentar; fomentar a actividade física; promover a saúde mental; diminuir as doenças cardiovasculares e a mortalidade por cancro; prevenir os acidentes; evitar doenças transmissíveis; combater a toxicoddependência; promover a saúde da mulher, das crianças e

dos idosos; melhorar a vida das pessoas com deficiências; promover a saúde ocupacional; promover a saúde das minorias étnicas e das populações em bairros degradados; aumentar a acessibilidade e qualidade da prestação de cuidados de saúde.

Objectivos do Fórum

O Fórum teve como objectivo contribuir para um aprofundamento da reflexão sobre o Projecto Cidades Saudáveis e o seu desenvolvimento nas comunidades locais, regionais e no plano nacional e internacional e enraizar o Projecto no Concelho, mobilizando quadros, estruturas e populações para a concretização do Plano de Desenvolvimento de Saúde.

O Fórum é constituído por todas as estruturas que manifestem o seu compromisso com o Projecto e é um órgão fundamental da estrutura organizativa do Projecto Seixal Saudável e do Plano de Desenvolvimento de Saúde do município.



A toxicoddependência continua a ser um problema generalizado

Toxicoddependência Uma semana pela prevenção

Seminários, conferências e debates, no total de mais de 100 iniciativas em todo o País, inserem-se na III Semana Europeia de Prevenção da Toxicoddependência (SEPT 98), que encerra no próximo domingo, dia 22.

Sob o lema "Dialogar é o primeiro passo", a SEPT 98 começou segunda-feira com uma conferência internacional, na Fundação Gulbenkian, sobre a "Prevenção do uso de Ecstasy e de outras drogas de confeção".

A par desta conferência, a SEPT 98, que a nível europeu congrega várias centenas de iniciativas nos 15 Estados da União Europeia e na Noruega, engloba mais de 100 acções de norte a sul do país e Região Autónoma da Madeira, incluindo seminários, concursos, exposições e até o lançamento de um disco.

De entre as iniciativas em destaque contam-se a edição de um guia e de uma agenda de prevenção destinada a estudantes, campanhas publicitárias nos órgãos de comunicação social e nos transportes públicos.

Em Coimbra haverá uma acção que vai levar os pais e educadores de jovens da região a conhecer os locais da noite por onde os filhos circulam, o que poderá permitir um maior diálogo - o lema da SEPT 98.

Entretanto, no Casal Ventoso, em Lisboa, está em curso o programa de realojamento de toxicoddependentes, estando ainda prevista a criação, dentro de um ou dois meses, de equipas de rua compostas por psicólogos e assistentes sociais para apoiar toxicoddependentes que recusam recorrer aos serviços de apoio.

Barreiro aposta na prevenção primária

O projecto "Prevenir em Colecção" foi ontem apresentado pela Câmara Municipal do Barreiro, no Auditório da Biblioteca Municipal.

O projecto envolve um universo de 500 alunos das escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho e tem como objectivo a prevenção primária das toxicoddependências e a promoção da saúde mental e da saúde global. Neste sentido, será desenvolvida uma intervenção em locais circundantes às escolas, tais como instituições e estruturas comunitárias, proporcionando às crianças o conhecimento dos seus direitos e deveres de cidadania.

Criado com base num protocolo entre a autarquia e a ARISCO - instituição para a Promoção Social e da Saúde, este projecto assenta numa metodologia acção-reflexão, que visa potenciar junto das crianças o desenvolvimento afectivo, social e intelectual, como um processo progressivo e contínuo de intercâmbio. Neste âmbito, a partilha de experiências constitui um ponto de partida para um debate dentro e fora da sala de aula.

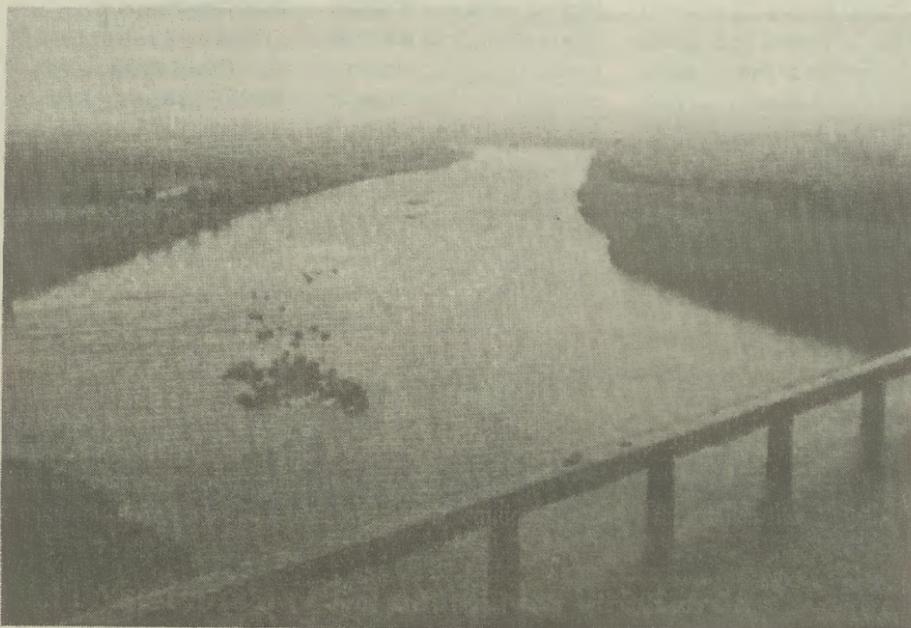
Quem polui as águas do Tejo?

O Partido Ecologista "Os Verdes" denunciou, uma vez mais, um caso de poluição do Tejo e entregou novo requerimento na Assembleia da República para apuramento da origem das poluições visíveis na zona de Santarém.

Na manhã de terça-feira da semana passada, resíduos sólidos em suspensão sob a forma de "espuma acastanhada", eram visíveis à superfície das águas do Tejo e junto às suas margens, na zona ribeirinha de Santarém.

Situações que se têm repetido com regularidade nos dois últimos anos e para as quais o colectivo regional de Santarém de "Os Verdes" tem vindo insistentemente a alertar.

A 19 de Agosto passado, e perante a denúncia de uma situação do mesmo tipo, a Direcção Regional do Ambiente de Lisboa e Vale do Tejo confirmou pela primeira vez publicamente a ocorrência e afirmou quer estava a ser feita uma investigação para detectar o tipo de poluição e a sua origem. Uma investiga-



O Tejo continua a ser impunemente poluído

ção cuja conclusão se continua a aguardar.

A 16 de Outubro, "Os Verdes" levaram o governo a plenário da Assembleia da República para responder sobre esta questão. Então, o secretário de Estado dos Recursos Naturais redu-

ziu os problemas de poluição do Tejo às descargas dos efluentes urbanos dos concelhos ribeirinhos, ignorando as inúmeras fontes possíveis de poluição, em particular as indústrias que, dispendo ou não de estações de tratamento, continuam a lançar

impunemente efluentes não tratados para o rio.

"Os Verdes" continuam a exigir meios de fiscalização e controlo e a aguardar respostas concretas aos requerimentos apresentados na Assembleia da República.

Parlamento madeirense chumba voto de saudação a Saramago

A maioria social-democrata do parlamento madeirense chumbou um voto da CDU e do PS de congratulação e saudação a José Saramago pelo Prémio Nobel da Literatura.

No voto, apresentado por comunistas e socialistas, era salientada a "atitude ético-social e filosófica de Saramago perante o Mundo e a História", pelo que se pode atribuir ao escritor "a definição que alguém atribuiu a Camões, empunhando sempre numa mão a pena e noutra a espada".

A escrita de José Saramago - afirma-se no voto de saudação - "não se consigna aos diletantes jogos florais das feiras palavrosas, antes se deve afirmar como um nobre e combativo instrumento de luta pela descoberta da luz contra o negrume obscurantista da cegueira ideológica".

De acordo com o voto apresentado ao parlamento madeirense, Saramago é "pela vitória irrefragável da justiça contra o cerco asfíxiante da exploração do homem pelo homem, ele próprio exemplo vivo da luta contra a penosa condição do trabalho rural até alcançar pela força gigantesca do seu braço o galarim da consagração universal".

Os sociais-democratas rejeitaram ainda um voto de protesto do PS, apoiado pela CDU e UDP, contra a "presença abusiva de elementos da PSP numa reunião dum Sindicato desta Região".

Segundo o voto de protesto, este incidente, ocorrido em 17 de Setembro deste ano, no Sindicato das Bordadeiras, "é de todo inaceitável e representa uma rasgada violação de princípios e direitos constitucionais e uma intolerável ofensa ao Estado Democrático de Direito".

Pedreiras

Agressão ambiental

No quadro de uma visita a duas pedreiras e britadeiras no sítio dos Moinhos, freguesia do Faial, no concelho de Santana, o deputado da CDU-Madeira, Edgar Silva, denunciou a total insensibilidade do governo regional à política ambiental.

Edgar Silva referiu que, nesta área, o governo "é pouco responsável" dado que "para além das duas pedreiras e britadeiras já existentes, já está licenciada e numa fase de instalação uma terceira pedreira e britadeira naquele local". Isto apesar da situação actual constituir uma agressão ao ambiente, incomodar a população e prejudicar a agricultura.

Estudantes em luta

“A grande adesão dos estudantes à greve nacional demonstrou novamente que esta Lei de Financiamento não serve o País, pela elitização e privatização que introduz no sistema do ensino superior.”

Esta a primeira apreciação, da Comissão Política da JCP, da greve nacional dos estudantes do ensino superior contra a lei do financiamento, a que algumas universidades do País aderiram a quase cem por cento.

Em Coimbra, o protesto, que se prolongou por três dias, teve percentagens de adesão entre os 80 e os 95%. Na continuidade desta luta, está nomeadamente prevista a utilização do cortejo dos archotes da “Tomada da Bastilha”, para manifestar o descontentamento com a actual situação no ensino superior.

Na Universidade de Évora, apesar da opção nos alunos de deixar o estabelecimento aberto, poucos foram os que assistiram às aulas. Segundo o presidente da associação académica, a Universidade esteve completamente deserta, com a adesão à greve a rondar os 90 por cento.

No Porto, a adesão à greve dos estudantes rondou os 100 por cento em algumas faculdades.

Uma adesão de 100 por cento foi também registada na Universidade da Beira Interior, Covilhã, onde os estudantes contestam a lei de financiamento e os cortes orçamentais ao ensino superior público.

Em Lisboa, embora sem a organização da Associação Académica, várias faculdades e institutos registaram uma adesão entre os 80 e os 100 por cento.

A Universidade da Madeira esteve fechada a cadeado,

enquanto, no Algarve, uma faixa negra nos portões assinalava o dia de protesto.

Significativa foi a adesão à luta de academias onde não havia tradição de greves, como é o caso, inequívoco, da Beira Interior e mesmo do Algarve.

A luta vai continuar e uma nova acção nacional poderá vir a ter lugar em Dezembro.

Protesto contra OE

Mais de uma dezena de associações académicas manifestaram uma “profunda indignação e perplexidade” perante as verbas que o Orçamento de Estado consagra ao Ensino Superior.

“O desinvestimento e o consequente desrespeito face aos compromissos anteriormente assumidos ascendiam já no ano passado a oito



Grande adesão ao protesto nacional de dia 12

milhões de contos, sendo que este ano tais cortes perspectivavam-se vir a ascender a mais de 12 milhões de contos”, sublinham as associações em nota divulgada em Coimbra.

A nota refere que, para 1999, o crescimento do Orçamento de Funcionamento com o PRODEP (investimento) é, em termos nominais, de 2,7 por cento, prevendo-se uma inflação de 3,1 por cento

e um crescimento médio do número de alunos inscritos de 3 por cento.

“O decréscimo das verbas por aluno é, sem sombra de dúvidas, um problema que afectará gravemente as universidades e a qualidade do ensino”, consideram os estudantes que alertam para a “incompatibilidade e consequente desenquadramento entre as dotações orçamentais

previstas e as obrigações das instituições”.

As associações académicas de Coimbra, Beira Interior, Évora e Algarve, a Federação Académica do Porto e as associações de estudantes das faculdades de Letras e de Psicologia de Lisboa e do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), são algumas das 14 estruturas que subscrevem o comunicado.

“Verdes” e Frente Anti-Racista contra linha telefónica racista

A divulgação, pela comunicação social, da existência de uma linha de telemóvel, cujo número tem vindo a ser distribuído e afixado em várias cidades, que difunde mensagens de conteúdo racista, gerou protestos e tomadas de posição por parte de várias organizações.

A Frente Anti-Racista apresentou uma queixa-crime na Procuradoria-Geral da República, exigindo que as autoridades competentes desenvolvam a necessária investigação e descubram rapidamente qual a organização que está por detrás de

mensagens que vêm a utilizar termos e frases vulgarmente usados por grupos de extrema-direita (“orgulho branco”, “honra, raça e fidelidade”, “viva a raça branca”).

A Frente Anti-Racista (FAR) condena a existência destes grupos e apela à população que se abstenha de ligar para o número em causa, como forma de manifestar o seu protesto.

Em nota de imprensa, a Frente alerta que, “depois do julgamento, em Junho de 1997, do grupo de 17 skinheads acusados do assassinato do cida-

dão Alcindo Monteiro, houve um *adormecimento* dessas organizações, devido ao apertado controlo policial”. Surgem, entretanto, indícios de um ressurgimento de organizações fascistas. A FAR refere, em particular, a cruz suástica entre algumas claques de futebol e o frequente aparecimento de “palavras de ordem nas paredes, panfletos e publicações

com mensagens racistas, que indicam a existência de uma rede a nível europeu de movimentos politicamente inconstitucionais”.

“Perante tais factos”, sublinha a Frente, “nem o governo português nem a operadora TMN, cuja parte do capital social é detida pela Portugal Telecom (empresa pública), podem daí lavar as mãos.”

O Partido Ecologista “Os Verdes” apresentou na Assembleia da República um voto de protesto e exige a imediata suspensão dessa linha de telemóvel, considerando que esta constitui “uma violação grosseira da Constituição da República Portuguesa, um apelo directo ao ódio, à violência e ao racismo, particularmente contra as comunidades de imigrantes”.



JCP comemora aniversário

O 19.º aniversário da JCP tem vindo a ser comemorado em vários pontos do País, em iniciativas que também se inserem na preparação do próximo Congresso Nacional dos jovens comunistas, que irá decorrer em 27 e 28 de Março deste ano.

No âmbito das comemorações do aniversário, a JCP-Algarve realizou, sexta-feira passada, uma festa-convívio na sua sede em Vila Real de Santo António, com muita música, convívio e também muita conversa sobre o seu passado e futuro na região, assim como sobre a preparação do Congresso.

Esta noite, em Olhão, tem lugar um jantar-debate sobre educação sexual, com a participação de Mário Peixoto, responsável pela Organização Nacional do Ensino Secundário.

Nos Açores, o aniversário dos jovens comunistas foi assinalado, sábado passado, pelo Núcleo de S. Miguel, com uma reunião na sede, em Ponta Delgada, a que se seguiu um convívio aberto a todos os jovens. Uma comemoração com que se pretende marcar o arranque de uma JCP renovada.

Álvaro Cunhal em Beja A arte como valor humano e social

No dia 12 de Novembro, em Beja, a convite do Sindicato dos Professores da Zona Sul, Álvaro Cunhal, numa intervenção inicial, propôs aos participantes procederem a uma reflexão comum sobre questões relativas ao tema proposto para debate: “A arte e a vida social”. Nomeadamente sobre a arte como valor humano e valor social; a criatividade artística do povo; os elementos formais básicos do valor estético e o valor estético da mensagem levada à sociedade pela obra de arte; a criação artística como uma afirmação de liberdade, de fantasia e de sonho. Na animada troca de opiniões dos participantes, abordaram-se problemas da literatura, das artes plásticas, da arquitectura e da música. O debate teve também a animá-lo numerosas projecções de slides e audição de cassetes.

Terminado o debate, os jornalistas perguntaram se a política podia considera-se uma arte. Álvaro Cunhal respondeu que a política é uma intervenção das instituições e dos cidadãos na vida social com o objectivo, que a legitima como política, de resolver os problemas de um país e de um povo. Mas se se chama arte política ao uso da mentira, da demagogia, das promessas que se não cumprem, das calúnias contra os adversários, da habilidade de tornar impunes os abusos do poder, as fraudes e a corrupção, tudo com o fim de enganar o povo e ganhar votos, então não se chame a isso arte de fazer política, mas uma vergonhosa política de malas-artes.

Colectividades em festa pela humanização da cidade

“Com o Associativismo Humanizar a Cidade” foi o lema da Festa das Colectividades, promovida pela Federação Portuguesa das Colectividades de

Cultura e Recreio – FPCCR, que decorreu em vários espaços de Lisboa, entre 24 e 31 de Outubro.

A Festa desdobrou-se em diferentes iniciativas de carácter cultural, recreativo e desportivo.

Na Junta de Freguesia de Alcântara esteve aberta ao público uma exposição dedicada aos últimos 150 anos da música nas colectividades, com instrumentos, partituras e outro material das diferentes épocas da já longa história deste movimento associativo.

O mercado de Alcântara foi o espaço de uma mostra regionalista, da gastronomia ao artesanato, com a participação de nove Casas Regionais.

A animação e as iniciativas culturais estiveram sempre presentes com o teatro, as noites especiais de fado e também espectáculos de acordeão, fanfarra, coros, dança, jazz, sapateado e diferentes conjuntos musicais.

Na área do desporto, que abarcou as mais diversas modalidades, merece particular destaque a Corrida das Colectividades, uma prova que está inserida no calendário da Associação de Atletismo de Lisboa.

No Plenário de encerramento da Festa foram aprovadas duas reivindicações fundamentais: o reconhecimento da FPCCR/Coordenadora das Colectividades de Lisboa como uma estrutura que os órgãos municipais devem ouvir em matérias do interesse do movimento associativo da cidade e a adopção de medidas urgentes de apoio às colectividades e ao movimento associativo do País.



TRABALHADORES

Alentejo

Continuam na ordem do dia a regionalização e a criação da Região Administrativa do Alentejo, afirma a União dos Sindicatos do Distrito de Évora. Numa nota de imprensa divulgada dia 12, a USDE/CGTP considera que, «embora o resultado nacional do referendo não tenha sido favorável à criação deste modelo de regionalização e de descentralização administrativa, a regionalização continua a ser um desígnio nacional consignado na Constituição». Com a vitória do «sim» no Alentejo, «está assegurado que este espaço, com as suas quatro sub-regiões, será uma região a instituir, no quadro de um processo de desenvolvimento sustentado que potencialize os recursos endógenos existentes», declarando a USDE a sua «disponibilidade para, com outras entidades, instituições, associações públicas e privadas, encetar um processo de desenvolvimento integrado, que deverá ser articulado com medidas de carácter político e administrativo, que visem a descentralização de competências e financiamentos, num processo evolutivo que venha a culminar com a criação da região».

TAP/Porto

A redução de 30 postos de trabalho é contestada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos, numa carta-aberta entregue na semana passada ao presidente da TAP. O Sitava contrapõe, no documento citado pela Agência Lusa, que «há outras soluções, que não passam pelo despedimento traumatizante e injusto», pois «o zelo e a dedicação de tantos anos não merecem um "prémio" desta natureza». O sindicato contesta ainda a transferência para Lisboa dos serviços administrativos e contabilidade, reservas de grupos e tarifas. «Reduza-se o trabalho suplementar, acabe-se com a subcontratação e mantenham-se os trabalhadores a laborar, pois só assim a TAP continuará a manter o prestígio de que ainda goza», defende o Sitava.

Regina

Ao secretário de Estado da Economia os trabalhadores da Fábrica de Chocolates Regina foram perguntar, na quinta-feira passada, se o Governo vai permitir que a gerência continue a descapitalizar a empresa. A concentração na Rua da Horta Seca foi promovida pelo Sindicato da Alimentação do Sul e Tabacos, que expressou a sua surpresa por continuarem a aparecer à venda produtos com a marca «Regina», quando a empresa não labora desde Janeiro, nem paga salários, nem apresenta qualquer processo de viabilização.

Administração Pública prepara luta nacional

Conta-gotas nos salários e carreiras para não cumprir

Ontem o primeiro-ministro teve à porta da sua residência oficial os sindicalistas. Na próxima quarta-feira, também por iniciativa da Frente Comum, chegará ali uma manifestação nacional de trabalhadores do Estado.

Os representantes do Governo nas negociações para a actualização dos salários em 1999 já são comparados aos «regateiros de feira», no comunicado da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, distribuído dia 11. É que estão a apresentar «propostas de aumentos às pinguinhas», em cada sessão negocial. O Governo «começou por 2 por cento, passou para 2,15, chegou aos 2,4 e marcou nova reunião para, eventualmente, dar mais uma gota e

poder aparentar perante a opinião pública estar a fazer um grande esforço», protesta a Frente Comum.

Os sindicatos, face a tal posição - «pouco séria, extremamente injusta e penalizadora dos trabalhadores da Função Pública» - reafirmam a sua exigência fundamental: que o vencimento-base no Estado (índice 100 da tabela geral) tenha o mesmo valor que o salário mínimo nacional. Admitem que a diferença de mais de 5 por cento seja supe-

rada escalonadamente, mas não abdicam do princípio.

Na reunião negocial de dia 9, o Governo revelou que a lei de autorização legislativa para o diploma sobre carreiras está promulgada pelo PR e que o diploma autorizado iria hoje ser analisado no Conselho de Secretários de Estado - o que os sindicatos encaram como «mais uma desculpa para atrasar» o cumprimento do acordado.

Entretanto, denuncia a Frente Comum, já houve representantes do Governo que, em reuniões sectoriais (Saúde, Segurança Social e Ensino) anunciaram que o Executivo não tenciona cumprir a futura lei no sentido e com o alcance nela fixados, excluindo as quatro propostas

sindicais que obtiveram acolhimento da maioria dos deputados na AR. Em vez da lei, ao que declararam, os responsáveis do Governo naquelas áreas prepararam-se para cumprir um acordo com a UGT que é pior para os trabalhadores do que a lei.

Como tal não bastasse, protesta a Frente Comum, o Governo «prepara-se para adiar a publicação da alteração de carreiras para depois da votação do OE, prevista para 9 de Dezembro, por forma a que, se for forçado a cumprir a lei, essas obrigações só seja aplicadas através do Orçamento no ano 2000 e anunciadas em ano de eleições».

Neste contexto, «aos trabalhadores compete lutar», conclui a nota da Frente Comum.

As pausas estão na lei publicada dia 10

«A Inspeção Geral do Trabalho não pode agora continuar calada aos patrões, tem de agir, corrigir e punir aqueles que teimam em não cumprir a Lei», clama a União dos Sindicatos de Braga, reagindo à publicação oficial («Diário da

República» de 10 de Novembro) do diploma que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária sobre organização do tempo de trabalho.

A lei 73/98, aprovada com os votos favoráveis do PCP, do PS

e do PEV, define um conceito de tempo de trabalho onde são incluídas as pausas e intervalos, que várias empresas quiseram eliminar quando entrou em vigor a redução da semana de trabalho para o máximo de 40 horas.

A federação dos Têxteis, Vestuário e Calçado - um dos sectores onde mais se agudizou a luta contra as pretensões patronais de eliminar as pausas - congratulou-se por, a partir de agora, ficarem esclarecidas dúvidas que resultaram da aplicação da Lei 21/96, consagrando claramente o direito dos trabalhadores a pausas de 10 minutos em cada período de trabalho nas linhas de trabalho intensivo e cadenciado, e a intervalos de 30 minutos nos turnos, bem como interrupções ocasionais para satisfação de necessidades pessoais e inadiáveis, por razões técnicas ou por razões de segurança, higiene e saúde no trabalho.

A USB considera «obrigatório devolverem aos trabalhadores as pausas que indevidamente foram retiradas e não pagas em diversas empresas», enquanto a Fesete reafirma a disponibilidade dos sindicatos para «em cada empresa, procurar a melhor solução para o cumprimento integral dos direitos».



A lei 73/98 vem ao encontro da luta travada desde Dezembro de 1996 pelos trabalhadores (foto da manifestação nacional dos têxteis, vestuário e calçado, em Lisboa, a 17 de Janeiro de 1997)

Fenprof quer acordo ainda em Novembro

A Federação Nacional dos Professores entregou sexta-feira no Ministério da Educação um documento-síntese, em sete pontos, com aquilo que a estrutura sindical mais representativa da classe docente considera serem as «bases para o consenso». A Fenprof reafirma o seu acordo a que, como ficou estabelecido no protocolo assinado com o ME a 30 de Outubro (e que levou à suspensão da greve anunciada), as negociações sobre a carreira fiquem concluídas em Novembro.

Foram ainda apresentadas propostas concretas para a resolução de cada um dos aspectos em aberto na mesa negocial, esperando a federação «que o ME se empenhe na procura de soluções consensuais que permitam a assinatura de um acordo global no decurso deste mês». A Fenprof salienta que, «se esse consenso não for construído, não só ficará inviolado qualquer acordo, como se transferirá de novo o processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente para o

plano da luta reivindicativa», «que os professores não desejam, mas que não temem, como demonstraram no mês de Outubro».

As «bases para o consenso» - apresentadas para o reinício de negociações, marcado para segunda-feira à tarde - são constituídas por sete reivindicações: resolução positiva das questões que ficaram em aberto no protocolo de 30 de Outubro (parte II); revalorização do 9.º escalão, tendo em conta o equilíbrio com o 10.º; resolução de problemas, como a dupla penalização dos bacharéis no Nível 1 dos vencimentos, que constam da acta negocial de dia 30; participação da Fenprof na definição do articulado final do diploma sobre a estrutura da carreira; criação de uma comissão técnica de acompanhamento da aplicação do ECD; globalização do Estatuto (fundindo os dois diplomas e corrigindo aspectos negativos); e estabelecimento de um prazo para o próximo processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente.

Solidariedade

O despedimento de Conceição Marques, trabalhadora da Grundig Auto-Rádio Portugal e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte, foi classificado pela Coordenadora das CTs do Distrito de Braga como «uma autêntica perseguição pidesca, feita pelo administrador Rui Enes, na tentativa de calar uma voz que sempre foi vertical na defesa dos direitos de quem trabalha». Numa nota de imprensa que divulgou dia 12, a direcção da coordenadora informa que, na sua última reunião, tratou «em pormenor» aquele caso, ocorrido no Complexo Grundig/Blaupunkt, decidindo alertar «todos os trabalhadores para a importância da sua unidade, pois o objectivo deste despedimento é mais grave do que parece». Também na semana passada, a direcção do STIEN/CGTP decidiu enviar à administração da GARP uma moção de repúdio contra o despedimento, lembrando que «a posição mais correcta a tomar, e porventura indiciadora de uma nova fase de relacionamento da gerência com os ORTs, passará pelo puro e simples arquivamento do processo, decidindo pela sua anulação».

Falência

Os trabalhadores da Friolax decidiram realizar uma vigília na noite de quinta-feira passada, junto da residência do principal sócio da empresa, para exigir aos accionistas que evitassem a falência na assembleia de credores, convocada para segunda-feira. A vigília, de acordo com o Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes, começou com uma concentração junto da Caixa Geral de Depósitos, no Largo do Toural, deslocando-se depois para junto da residência de Carlos Freitas, próximo do Tribunal Judicial de Guimarães. Em causa estão 170 postos de trabalho, ocupados, na esmagadora maioria, por mulheres.

Reformados

O Ano Internacional do Idoso, a decorrer desde 31 de Outubro, está a ser assinalado em iniciativas da Inter-Reformados, que liga o evento à discussão sobre os problemas dos reformados portugueses e as anunciadas reformas para a Segurança Social. No sábado, em Braga, teve lugar um convívio-magusto distrital, no Patronato da Senhora da Torre, em que participaram Carvalho da Silva, Carlos Almeida (coordenador da Inter-Reformados) e uma delegação das Comissões Obreras da Galiza. No Porto realizou-se anteontem, com a participação de Maria do Carmo Tavares (da Comissão Executiva da CGTP), um encontro distrital de comissões de reformados dos sindicatos.

TRABALHADORES

Contra o pacote laboral AR não pode ignorar 1500 pareceres

«Indesejáveis»

Na Sociedade de Transportes Colectivos do Porto está em preparação uma lista de «indesejáveis», que a administração parece querer concretizar em segredo e a coberto de um clima de intimidação, denunciou segunda-feira a Comissão de Trabalhadores. Num comunicado que fez chegar à nossa Redacção, a CT comenta a «pseudo-reestruturação» da empresa, «instituída por ordenação de 30 de Setembro, mas ainda não publicada», alertando para o facto de que «a concentração de toda a manutenção da actual frota em Francos só pode ter como objectivo a criação de uma larga lista de excedentários que, dentro do clima instituído, tende a virar trabalhadores contra trabalhadores e chefes contra chefes». Tal medida deverá ter ainda como consequência «a impossibilidade de resposta às necessidades de manutenção programada por parte de uma única estrutura centralizada».

A CT vai reunir novamente com os sindicatos da STCP «no sentido da convergência na acção» para contestar o comportamento do conselho de administração. Um primeiro objectivo é realizar «um grande plenário geral» dos trabalhadores.

A CGTP vai marcar presença em São Bento, quando o Parlamento discutir a proposta de lei sobre a generalização do trabalho a tempo parcial, a peça mais grave deste lote legislativo.

Ao longo de quase três dezenas de páginas, a Comissão de Trabalho da Assem-

bleia da República elaborou a lista dos pareceres recebidos no quadro da discussão públi-

ca da proposta de lei 202/VII. Aqui figuram, com posição contrária à aprovação do diploma do Governo PS, a CGTP, 15 uniões, 12 federações e 115 sindicatos. Mas o peso maior vai para os pareceres de comissões sindicais de

empresa (561), plenários de trabalhadores (327), delegados sindicais (167), comissões de trabalhadores (157) e comissões intersindicais de empresa (39).

A muito grande participação dos trabalhadores e das suas estruturas na discussão pública foi valorizada no Conselho Nacional da CGTP. «O Parlamento não pode deixar de ter em conta tão significativa demonstração da recusa daquele projecto», salienta-se numa resolução aprovada e divulgada dia 12, em conferência de imprensa, por Carvalho da Silva. O coordenador da central considerou «impensável» que os deputados dêem a sua aprovação à proposta governamental sem o alterarem, o que seria visto como «uma afronta».

Se a lei se ficar pela definição das grandes linhas de enquadramento jurídico do trabalho a tempo parcial, o restante será matéria para a negociação colectiva, a nível de empresas e sectores con-

cretos, defende a CGTP. Ao divulgar as conclusões do Conselho Nacional, Carvalho da Silva apontou como prioridade o combate ao projecto sobre trabalho a tempo parcial e a denúncia dos objectivos do patronato e do Governo quando pretendem alterar o conceito de retribuição, o regime de férias e o limite dos contratos a prazo sucessivos. Realçou ainda, refere a Agência Lusa, a importância da luta reivindicativa em defesa da Segurança Social, contra as privatizações, por uma mais justa política fiscal e pela redução gradual dos horários para o máximo de 35 horas.

Quanto aos aumentos salariais, a Intersindical Nacional insiste em que, para além do valor da inflação (que no Orçamento de Estado para 1999 fica aquém das previsões da UE), devem ter em linha de conta o crescimento do Produto Interno Bruto (4,2 por cento) e da produtividade (3 por cento).



A discussão pública coincidiu com a campanha do referendo, o que não impediu a mobilização dos trabalhadores e das suas estruturas (foto da manifestação no Porto, durante a jornada nacional de 29 de Outubro da CGTP)

Agrícolas

Sábado, em Alpiarça, vai ter lugar um encontro de trabalhadores agrícolas do distrito de Santarém, que contará com a participação do coordenador da CGTP. Promovido pelo Sindicato da Agricultura, com o apoio da União dos Sindicatos de Santarém, o encontro tem por objectivo definir as reivindicações a apresentar ao patronato na revisão da contratação colectiva. Vão ser também analisadas as propostas do Governo para alteração de leis laborais e sobre a reforma da Segurança Social.

Irredutíveis

Cerca de 120 fábricas de calçado dos distritos de Aveiro e Coimbra continuam a não respeitar a lei que obriga à redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas semanais, com respeito pelas pausas de 10 minutos em cada um dos períodos de laboração. A denúncia pública foi feita anteontem, pelo sindicato do sector, que salienta o facto de as empresas manterem tal posição mesmo depois de publicada a Lei 73/98, que «veio fazer justiça aos trabalhadores do sector do calçado», como se afirma num comunicado sindical citado pela Agência Lusa.

Resposta de luta nos Correios

Na próxima quarta-feira, o Sindicato Nacional dos Correios e Telecomunicações, juntamente com outras organizações sindicais com representatividade nos CTT, inicia uma vigília junto ao edifício da administração. Esta culmina com uma concentração de dirigentes e delegados sindicais, na tarde de 26 de Novembro.

As acções inserem-se na luta pela redução do horário de trabalho, pela igualdade de direitos, contra a sobrecarga de serviço e contra a prepotência da administração chefiada por Norberto Pilar - como refere uma nota anteontem divulgada pelo SNTCT.

O descontentamento dos trabalhadores dos CTT levou já à realização de uma greve nos dias 15 e 16 de Outubro, com plenários dia 14 nos locais de trabalho. Aos erros de gestão e administração da empresa, à falta de disponibilidade para o diálogo na negociação do Acordo de Empresa (perante uma proposta comum dos sindicatos), às horas extraordinárias não remuneradas, às injustiças na distribuição de lucros e ao clima de intimidação criado nas grandes centrais postais veio somar-se a decisão de castigar com falta injustificada os trabalhadores que participaram naqueles plenários.

Dirigentes do sindicato salientaram ao «Avante!» que este comportamento, inserido numa lógica de corrida ao lucro em prejuízo das preocupações sociais, causa especial indignação pelo facto de ocorrer com uma administração PS nomeada por um Governo PS, que não se cansaram de apregoar as suas paixões pelo social e pelo diálogo e que criaram, assim, uma esperança de mudança para melhor na empresa.

Já após a greve, o SNTCT decidiu que, mantendo a administração a sua posição intransigente face às reivindicações dos trabalhadores, seria necessário dar continuidade à luta, prosseguindo a greve ao trabalho extra e propondo uma paralisação em toda a empresa a 9, 10 e 11 de Dezembro, com uma concentração nacional em Lisboa num destes dias.



Avolumam-se os motivos de descontentamento dos trabalhadores dos CTT (foto de arquivo)

Tempo parcial à solta na Brisa

A concessionária das auto-estradas «está a enveredar pela prática de trabalho a tempo parcial, sem regra nem justificação, numa aplicação antecipada da péssima proposta de lei do Governo», afirma a comissão intersindical da Brisa, num comunicado que distribuiu após a sua reunião, na semana passada, em Coimbra.

A denúncia foi feita a propósito da forma como a empresa está a reagir à obrigação de integrar nos seus quadros o pessoal contratado através da Psicoemprego. «A Brisa, primeiro, resistiu para além daquilo que devia, inventou dificuldades à integração dos trabalhadores e agora está a propor condições e horários, pela sua pequena duração, inaceitáveis para os trabalhadores, com o objectivo de dificultar a regularização de uma questão social que deveria merecer maior e melhor tratamento», comenta a comissão intersindical.

Na proposta de revisão do Acordo de Empresa para 1999, aprovada na reunião de dia 10, é precisamente avançado, pela primeira

vez, um quadro regulamentador do trabalho a tempo parcial. Entre as matérias que os representantes dos trabalhadores querem ver melhoradas figuram ainda o sistema de promoções e carreiras profissionais, a organização dos horários de trabalho e os critérios de avaliação de desempenho.

Reafirmando a sua posição contra a alienação de mais uma fatia do capital social da Brisa (perdendo o Estado a maioria), a estrutura intersindical da empresa expressa a «profunda preocupação» dos trabalhadores, pois os outros processos de privatização acarretaram «despedimentos, redução de direitos, precariedade, insegurança e instabilidade laboral; para aumentar os lucros dos novos proprietários». A comissão salienta os elevados lucros obtidos em 1997 e que, segundo todas as previsões, serão ultrapassados em 1998, salientando que «nada justifica a privatização, excepto uma deliberada vontade política de transferir para a iniciativa privada tudo quanto é público, tem valor e dá lucro».

Guerra iminente em Angola

O enviado das Nações Unidas em Angola, Issa Diallo, alertou na semana passada para o perigo do regresso da guerra civil neste país. «A situação em Angola vai de mal a pior e encaminha-se para a guerra», afirmou Issa Diallo, apelando aos organismos regionais e internacionais para se unirem contra esta situação. Em questão está a oposição armada da Unita ao Governo e o incumprimento dos acordos de Lusaca por parte do partido liderado por Jonas Savimbi. Entretanto, a divisão interna acentua-se na Unita. Mais de 30 mil soldados já abandonaram as suas fileiras para se juntar ao Comité da Unita Renovada, grupo liderado por Jorge Valentim e Eugénio Manuvakola que pretende ser interlocutora do Governo e reactivar o processo de paz, contestando a atitude de Savimbi. «Se Savimbi lutou pela democracia, já existe uma democracia pluralista há mais de seis anos, existem muitos partidos políticos de oposição. Que medo tem Savimbi, que continua a fazer política com armas na mão?», perguntou recentemente o governador da província de Cunene, Pedro Mutindi.

Plano de ajuda para a América Central

O Programa Alimentar Mundial aprovou um plano de emergência no valor de 58 milhões de dólares para as vítimas do furacão Mitch, que assolou a América Central há duas semanas. Cerca de 600 mil pessoas nas Honduras, 400 mil na Nicarágua, 65 mil na Guatemala e 60 mil em El Salvador receberão durante os próximos seis meses uma ração diária de 565 gramas de arroz, milho, legumes, peixe enlatado e óleo vegetal. Os idosos, as crianças e as mulheres recebem adicionalmente bolachas nutritivas, leite em pó e cereal de soja. Segundo a PAM, dos quase dois milhões de pessoas afectadas pelo furacão apenas 31 por cento (quem perdeu todos os seus bens) receberá ajuda.

França pede extradição de Pinochet

O Ministério da Justiça francês pediu a extradição do antigo

Abdullah Ocalan preso em Itália

Curdos exigem libertação

O líder do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), Abdullah Ocalan, detido pelas autoridades italianas na quinta-feira passada, não será extraditado para a Turquia. O primeiro-ministro italiano, Massimo D'Alema, pôs de lado essa possibilidade no início da semana, referindo que a extradição obedecerá aos «procedimentos do nosso país, os quais não permitem extradições para países com pena capital» e deixou claro que não se submeterá a «pressões ou chantagens».

Depois de referir as graves consequências para as relações bilaterais com a Itália caso Ocalan não seja extraditado, a Turquia anunciou que a pena de morte será abolida no seu país ainda durante esta semana.

Não se sabe ainda se Abdullah Ocalan foi preso devido ao mandato de captura emitido pela Turquia ou se a sua detenção foi fruto de um acordo entre o PKK e a polícia italiana. O líder curdo pediu o asilo político a Itália,

decisão defendida por numerosas personalidades da vida pública italiana nomeadamente por Fausto Bertinotti, chefe do Partido de Refundação Comunista, Walter Veltroni, do Partido dos Democratas de Esquerda, e Francesco Cossiga, ex-presidente da República e presidente da União Democrática para a República.

Entretanto, milhares de pes-

soas manifestaram-se pela libertação imediata de Ocalan em Itália, França, Grécia, Hungria, Arménia e Líbano. Na Turquia, mais de 600 presos curdos iniciaram na segunda-feira uma greve da fome em solidariedade com o seu dirigente.

Numa declaração difundida pela Frente Nacional de Libertação do Curdistão, Abudallah Ocalan defendeu que «os pro-

blemas da região não se resolvem pela guerra, mas com métodos civis e políticos. Tal é uma necessidade e um dever».

Afirmando ter ido a Itália «para abrir essa via, para construir as condições necessárias a uma solução política», Ocalan convida «as Nações Unidas, a União Europeia e as organizações internacionais para a defesa dos Direitos Humanos a empenharem-se nessa direcção».

Ocalan lembra ainda «a guerra terrível e destruidora» contra o povo curdo, que já causou cerca de 37 mil mortos desde 1984.

Indonésia

«Transição pacífica» já provocou 14 mortos

Mais de uma dezena de mortos e pelo menos quatro centenas de feridos, no curto espaço de uma semana, é o trágico balanço da nova fase da chamada «transição pacífica» da Indonésia para a democracia. Os confrontos entre manifestantes e militares registaram-se enquanto decorria a reunião da Assembleia Consultiva Popular (MPR), que ao som do tiroteio marcou para 1999 a realização de eleições «livres», passando ao lado de questões tão importantes como o papel das Forças Armadas na vida política do país.

A violência registada nas ruas de Jacarta e noutras cidades indonésias, que acabou, como em Maio do ano passado, por levar ao saque de vários estabelecimentos

comerciais, traduz a revolta popular contra a permanência em funções de uma Assembleia cuja legitimidade não é reconhecida. É o edifício institucional erguido por Suharto a funcionar, sob a batuta dos homens fortes do antigo regime, como afirmam os próprios indonésios.

A MPR aprovou a semana passada doze decretos para a reforma do regime, incluindo a realização de eleições gerais em Maio, ou o mais tardar em Junho de 1999, a limitação do mandato presidencial a dois mandatos, e a adopção de medidas contra a corrupção. O decreto «anticorrupção» faz vagas referências à família Suharto, o que é considerado manifestamente insuficiente

num país onde se exige o julgamento de quem, durante mais de três décadas, terá amealhado à custa de todo o tipo de expedientes uma fortuna estimada em 40 000 milhões de dólares. Quanto aos militares, em vez de regressarem aos quartéis, permanecem com o seu estatuto de guardiões intocáveis do regime, omnipresentes em todos os sectores da sociedade.

O Presidente Habibie, sucessor de Suharto nomeado pelo próprio, não só não manifesta qualquer intenção de pedir contas às figuras gradadas do regime, como perde com facilidade a máscara de reformador democrata com que gosta de se apresentar. Começou por afirmar que

considerava as manifestações como «um direito democrático»; encarregou depois o ministro da Defesa de «intervir de acordo com a lei» para pôr fim aos distúrbios. As forças militares dispararam a matar e não houve mais comunicados, até porque Habibie achou por bem deslocar-se à Malásia para participar na cimeira de chefes de Estado e de Governo do Foro Económico Ásia-Pacífico.

Enquanto isso, com a duplicidade de critérios que tão bem caracteriza a diplomacia norte-americana, o porta-voz do departamento de Estado, James Rubin, veio a público pedir «contenção» aos indonésios. «É muito importante que a comunidade

internacional reforce neste momento a mensagem de que a Indonésia tem que continuar uma transição pacífica», disse Rubin, sublinhando que o processo de transição da Indonésia «deve reflectir as aspirações dos seus habitantes». Como é que isso pode ser possível no actual contexto, não se diz, mas em contrapartida deixa-se no ar a velada ameaça de que se este processo fracassar «tudo será posto em causa» como «a credibilidade e grau de confiança internacional e nacional essencial para a recuperação da Indonésia». Pede-se «contenção», mas fica-se sem saber a quem: se aos que dão ordem para disparar, se à população em luta pelos seus direitos.

EUA

Mumia Abu Jamal mais perto da morte

O jornalista negro norte-americano Mumia Abu Jamal, conhecido como «a voz dos sem voz», está mais perto do corredor da morte. O Tribunal Supremo da Pensilvânia rejeitou recentemente todos os recursos apresentados pelos advogados daquele que é visto como o porta-voz das vítimas das condições sociais degradadas nos EUA.

Condenado à morte em 1982, na sequência de um tiroteio que em Dezembro de 1981 custou a vida a um polícia e no qual Mumia ficou gravemente ferido, o jornalista nunca teve direito a um processo justo. Não foi possível citar nenhuma testemunha ocular, e, quando as principais testemunhas indirectas da acusação foram confrontadas pelos defensores de Mumia, recuaram nas suas declarações.

A única «prova», fabricada pela polícia dois meses após os factos, seria uma «confissão» do jornalista aquando da sua chegada aos serviços de urgência do hospital. O registo policial desse dia indicava que o ferido não tinha pronunciado uma única palavra. Mais ainda: a

bala que matou o polícia era de calibre 45, enquanto a pistola que pertencia a Mumia era de calibre 38. Não foi feito qualquer estudo balístico.

Todos estes factos foram rejeitados pelo Supremo Tribunal como «não credíveis». Esta instância eleita inclui nomeadamente Ron Castille, considerado como «o homem do ano» pela organização policial «Fraternal Order of Police», que domina o aparelho político-judicial de Filadélfia. O único recurso era o Tribunal Federal. Mas depois do presidente Bill Clinton ter assinado a lei de «aplicação efectiva da pena de morte», esta instância já não poderia fazer um julgamento de fundo.

Mais grave ainda, o governador republicano da Pensilvânia, Tom Ridge, após a sua reeleição, confirmou a sua intenção de assinar uma ordem de execução de Mumia. Os advogados de Mumia estão a reunir os elementos num dossier para tentar pôr em causa a afirmação do Supremo Tribunal de que o juízes teriam ouvido todos os argumentos da defesa. Isto é falso, pois os advo-

gados foram várias vezes impedidos de apresentar vários argumentos, a pretexto de que não estavam directamente ligados ao assunto, um pretexto tanto mais suspeito quanto a rejeição dos recursos de Mumia ser assinada pelos juízes Cappy e Ron Castille, cujas ligações com «Fraternal Order of Police» são publicamente conhecidas.

Se Tom Ridge assinar a ordem de execução, Mumia será colocado em «fase 2», isto é, em espera de execução. Será então totalmente isolado, as visitas serão suprimidas, e não voltará a ter acesso ao telefone ou outra forma de contacto com o exterior, salvo autorização expressa dependente



Mumia Abu Jamal

da boa vontade da administração da penitenciária. Porque, como escreveu Mumia, «é preciso que o condenado seja morto antes de morrer».

Iraque

A crise adiada

O povo iraquiano é a primeira vítima do braço-de-ferro entre Clinton e Saddam Hussein

Pela terceira vez no espaço de um ano, o Iraque esteve na iminência de um ataque norte-americano, evitado à última da hora pelo recuo de Saddam Hussein. A crise não foi resolvida, apenas adiada. Os inspectores da ONU voltam a Bagdad, mas as ameaças ao regime iraquiano adensam-se com o reconhecimento oficial, por parte dos EUA, de que Saddam Hussein é «um alvo a abater».

«O Iraque retrocedeu, mas não o suficiente; agora tem de cumprir as suas obrigações.» As palavras são de Bill Clinton, na conferência de imprensa em que anunciou a aceitação, por parte da administração norte-americana, da proposta iraquiana para pôr fim à crise que levou à saída dos inspectores da ONU do Iraque. Antes, Clinton tinha ordenado um ataque com centenas de mísseis a partir de barcos e aviões, e uma esquadilha de bombardeiros B-52 voava já a caminho do Iraque. A acção foi suspensa meia hora antes das

viragem na posição iraquiana registou-se no sábado, quando pelas vias diplomáticas fez saber estar na disposição de aceitar as exigências da ONU. Até aí isolado internacionalmente, o Iraque conseguiu com este recuo fazer inverter o curso dos acontecimentos. Segundo as informações disponíveis, os membros do Conselho de Segurança começaram a travar a lógica de guerra na noite de sábado para domingo, deixando isolados os norte-americanos e os britânicos na sua intenção de «punir» o Iraque. Aceitando a «boa vontade»



ram os «louros» atribuindo a cedência iraquiana à pressão militar a que foram sujeitos. Na conferência de imprensa convocada de urgência para a Casa Branca, no domingo, Clinton não se cansou de sublinhar que o regresso dos inspectores da ONU era «incondicional» e que a sua presença «é o melhor instrumento para que o Iraque não reconstrua as suas armas de destruição massiva». Palavras que não conseguiram esconder a frustração provocada pela suspensão do ataque, que se anunciava devastador, a Saddam Hussein, sobretudo tendo em conta, como não se coibiram de comentar algumas cadeias televisivas, o facto de se terem gasto pelo menos 1000 milhões de dólares - de acordo com dados do Pentágono - sem ter efectuado um único disparo. Não faltou mesmo quem lamentasse que o ataque não se tivesse efectuado no início da semana passada, quando os iraquianos se encontravam ainda numa posição de intransigência. De acordo com a imprensa norte-americana, cerca de dois terços da população do país acredita que Saddam é «uma ameaça para a segurança do mundo», como afirma Clinton, pelo que ninguém parece ter-se surpreendido com a declaração do presidente de que a administração dos EUA vai intensificar os esforços para o «derrubar».

Sob a capa desta aparente unanimidade subsistem no entanto muitas interrogações. O problema é que não parece existir uma alternativa credível a Saddam Hussein, de tal forma a incipiente oposição ao regime, para além de se encontrar dividida, é inexpressiva. Receia-se que a unidade do Iraque não resista à queda de Saddam, o que daria ao Irão um estatuto de potência regional susceptível de pôr em causa a correlação de forças no precário equilíbrio do Médio Oriente, o que obviamente as potências ocidentais, e em particular os EUA, não desejam. Acresce que a presença militar norte-americana na região é um factor potenciador do fundamentalismo islâmico, tal como de resto a manutenção das sanções ao Iraque, o que está longe de contribuir para a paz na região.

Lógica de guerra

A primeira vaga dos «bombardeamentos cirúrgicos» que os EUA se propunham efectuar sobre o Iraque provocariam, segundo cálculos do Pentágono revelados segunda-feira pelo *Washington Post*, dez mil mortos. Um número impressionante em qualquer circunstância, mas mais ainda se se tiver em conta que os tais bombardeamentos são aqueles que os norte-americanos - e todos os seus indefectíveis admiradores - apresentam como sendo o último grito da tecnologia, ou seja, capazes de apenas atingirem alvos pré-definidos, evidentemente apontados como militares ou estratégicos, sem provocar vítimas ou estragos secundários. A diferença entre a ficção e a realidade das consequências dos «bombardeamentos cirúrgicos» não impressiona os altos responsáveis norte-americanos, como o chefe de Estado-Maior interarmas, William Shelton, o secretário da Defesa, William Cohen, ou a secretária de Estado, Madeleine Albright, que, como refere ainda o *Washington Post*, continuaram a defender o ataque mesmo depois de Saddam Hussein ter aceite as exigências da ONU, que é como quem diz as exigências dos próprios EUA. O que fez Clinton recuar não foi o número de mortos que a intervenção norte-americana iria provocar no Iraque, mas a certeza de que, apesar de tudo, a reacção internacional não seria a mais favorável. Tivessem os membros do Conselho de Segurança ignorado a capitulação de Saddam e o povo iraquiano estaria hoje a sofrer os efeitos da devastação «cirúrgica». É esta lógica de guerra que importa questionar. Porque a crise foi adiada, não resolvida. Todos, incluindo o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, afirmam duvidar que, «numa próxima vez, haja tempo para iniciativas diplomáticas». Segundo Tony Blair, se voltar a haver retirada dos inspectores do desarmamento, o Iraque «será atingido», «sem avisos, sem negociações, sem cartas de última hora». Até a França, mais moderada nesta matéria, e que veio a público afirmar não estar na disposição de seguir os EUA em medidas para derrubar Saddam Hussein - «a França não tem por tradição, política e diplomaticamente, fazer aquilo que os EUA, em virtude de um direito que se auto-atribuem, pensam poder dizer e fazer», declarou o ministro dos Negócios Estrangeiros, Hubert Védrine -, até a França, dizia-se, fez questão de alertar o Iraque que paira sobre o país a «ameaça imediata de um recurso à força». Esta lógica de guerra pretende-se estribada na defesa das resoluções das Nações Unidas, mas a verdade é que as resoluções da ONU são sistematicamente desrespeitadas um pouco por todo o mundo - de Israel a Angola, da Turquia à Indonésia, para citar alguns exemplos - e nem por isso os infractores estão sob a ameaça dos «bombardeamentos cirúrgicos» norte-americanos. Tudo depende, afinal, do posicionamento do infractor: se são ou não aliados dos EUA. Sete anos depois da Guerra do Golfo, os inspectores da ONU continuam à procura do «armamento de destruição massiva» iraquiano que os EUA dizem existir, enquanto a população morre de fome e de doença devido ao embargo a que está submetida. Que nova ordem internacional é esta, comandada por uma única superpotência ao sabor das suas conveniências? Que sistema «democrático» é este, em que a vida dos povos é ameaçada por «bombardeamentos cirúrgicos» sem qualquer contemplação? Que conviências se estabeleceram entre Estados que se pretendem soberanos, quando basta (quase) só a palavra de um deles para os restantes fazerem suas motivações que levam ao extermínio de populações? E quanto tempo se espera que falte para a derrocada de um império (como a História prova que sucede a todos os impérios) que ameaça arrastar-nos a todos na sua queda? As respostas podem não ser fáceis, mas há que convir que são urgentes.

■ Anabela Fino

ditador chileno Augusto Pinochet. A acção, entregue na passada quinta-feira, segue-se a um pedido de prisão preventiva solicitada no início do mês pela Procuradoria de Paris às autoridades de Londres. O pedido de extradição baseia-se nas acusações de sequestro e tortura apresentadas por familiares de franceses desaparecidos no Chile durante a ditadura.

EUA assinam protocolo de Quioto

Quase um ano depois da aprovação do Protocolo de Quioto sobre a redução das emissões de gases com efeito de estufa, os Estados Unidos assinaram finalmente o documento juntando-se aos 170 países que já o tinham feito. O protocolo exige que os 39 países industrializados reduzam 5,2 por cento as emissões de gases entre 2008 e 2012. A assinatura do documento foi imediatamente contestada pela indústria americana que considera que o acordo de Quioto prejudica economicamente o país. Esta posição é partilhada pelo Senado, que ameaça não ratificar o acordo.

Oposição brasileira questiona privatizações

Os partidos de esquerda brasileiros reuniram-se, na segunda-feira em Brasília, para analisar a possibilidade de instituir uma comissão de inquérito parlamentar sobre as privatizações realizadas pelo Governo. A reunião, convocada pelo PT, surge na sequência das denúncias sobre o suposto favorecimento governamental de grupos empresariais. Como referiu o presidente do PT, José Dirceu, escutas telefónicas feitas ao ministro das Comunicações e publicadas pela imprensa revelam a existência de «tráfico de influências privilegiadas no processo de privatizações». «O país precisa de saber o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, porque são biliões e biliões que emprestou em subsídios a grupos nacionais e estrangeiros», declarou Dirceu, acusando o governo de transferir «o controlo das privatizações para grupos privados, financiados pelo poder público».

Recuo incondicional

A carta entregue pelo embaixador iraquiano Nizar Hamdoun na ONU afirma expressamente que o governo de Saddam Hussein levanta «incondicionalmente» as restrições que havia imposto aos inspectores das Nações Unidas.

É o seguinte o texto da missiva, que foi revisto duas vezes para satisfazer as exigências dos EUA e as dúvidas do Conselho de Segurança:

«Segundo as instruções do meu Governo, reafirmo o que já disse durante a reunião realizada esta noite [sábado]. Ou seja, que a carta de Tarek Aziz, vice-primeiro-ministro do Iraque, continha um anexo que expressa as opiniões e as preferências do Governo iraquiano no respeitante às inspecções. Estas opiniões não estão vinculadas à decisão incondicional do Governo iraquiano de reiniciar a sua cooperação com a UNSCOM [a comissão de inspecções da ONU] e a OIEA [Organismo Internacional para a Energia Atómica].

«É evidente que a decisão iraquiana de 14 de Novembro de 1998 significa que as decisões anteriores que impediam ou suspendiam a cooperação com a UNSCOM e o OIEA são agora anuladas, e que a UNSCOM e o OIEA podem recommençar imediatamente todas as suas actividades segundo as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança.»

bombas começarem a cair, mas o presidente norte-americano garante que os EUA permanecerão vigilantes até comprovarem que as inspecções de desarmamento retomam o seu curso «sem restrições nem condições», mantendo-se «dispostos a actuar» a qualquer momento. Enquanto isso, Washington assume como objectivo da sua política oficial o derrube de Saddam, recorrendo, se necessário, ao seu assassinato. O ponto de

iraquiana, a maioria dos membros do Conselho, com particular destaque para a Rússia, China e França, deram a Kofi Annan a possibilidade de dar por terminada a crise, de uma forma pacífica.

Interrogações

O desfecho desagradou aos EUA, que no entanto reivindicam

Jogos perigosos

Ataco, logo existo é o lema de Bill Clinton desde que transformou Saddam Hussein num «perigo para a Humanidade». Reduzido a uma luta pela sobrevivência, o Iraque continua a ser apresentado como um «império do mal» que a Casa Branca agita perante a opinião pública sempre que baixam os índices de popularidade. Não deixa de ser curioso, de resto, a paradoxal sintonia que parece existir entre Bagdad e Washington, com a primeira a fornecer pretextos à segunda no tempo mais oportuno, e esta a reforçar aquela com a sua permanente pressão e ameaças. O embargo ao Iraque flagela a população, mas faz cerrar fileiras em torno de Saddam, reforçando a sua liderança. Jogos perigosos, estes, com peões de carne e osso.



As críticas Benefícios fiscais

Traço significativo das opções do Governo, e contraditório com o seu discurso em defesa da moralização do sistema fiscal, é o continuado aumento dos benefícios fiscais. De 132,6 milhões de contos em 1995 estamos, no Orçamento para 1999, em 292,9 milhões de contos, mais 120,9%. No escândalo que representam os benefícios concedidos às operações na bolsa o aumen-

to é de 70,6%, nas isenções temporárias ou definitivas em sede de IRC o incremento é de 359,6% e em benefícios de IRS para OPV's o aumento é de 2736,1%. Aqui sim, ao contrário das despesas com a educação e com a saúde, o peso da despesa pública com benefícios fiscais sobe estrondosamente de 0,8% do PIB em 1995 para 1,44% do PIB em 1999.



Orçamento do Estado para 1999 As razões de um Não

O Orçamento do Estado para 1999 mereceu, em debate na generalidade, o voto contra do Grupo Parlamentar do PCP. Esta posição dos deputados comunistas radica em divergências profundas quanto à natureza do Orçamento e dos princípios e prioridades nele expressos. Interpretando-o como um documento fiel aos desígnios da moeda única e do pacto de estabilidade, para o Grupo comunista resulta ainda claro que este documento foi talhado à medida das opções ideológicas do Governo PS, facto particularmente visível no plano da economia em que são patentes as políticas em favor dos grupos económicos e dos interesses privados. A única nota positiva, e como tal deve ser destacada, é a alteração introduzida em sede de IRS, transferindo os abatimentos para deduções à colecta e criando um novo

escalão abaixo dos 15 por cento. Vindo ao encontro de soluções desde há muito por si preconizadas, tais alterações, não obstante o seu grau de timidez, foram saudadas pelo Grupo comunista.

Quanto ao mais, pode dizer-se, o panorama é desolador. Verberado pelos deputados do PCP (Octávio Teixeira, Lino de Carvalho, Alexandrino Saldanha e Bernardino Soares) foi, sobretudo, o facto de o Governo - como bem reflecte o Orçamento - continuar a beneficiar o capital e as operações financeiras, mantendo simultaneamente uma comprovada inércia no combate à evasão e fraude fiscal. Significativa não deixa de ser igualmente a incapacidade revelada para promover políticas públicas capazes de salvaguardar e estimular a actividade produtiva, como recentemente sucedeu com a questão da BSE e do embargo à exportação de carne e gado bovino nacional, bem como,

noutro plano, o não cumprimento de compromissos e promessas eleitorais - facilmente identificável, agora que se entrou na recta final da Legislatura - em domínios fundamentais para a vida dos cidadãos, como sejam a educação ou a saúde.

Mas a postura da bancada comunista, a exemplo do que sempre a caracterizou, não se pautou apenas pela crítica. A acompanhá-la, de um modo geral, esteve sempre uma proposta alternativa, construtiva, um cenário diferente, um rumo diverso, do mesmo modo que esteve presente uma total abertura ao diálogo, mas um diálogo profícuo, que, foi sublinhado, esteja orientado para uma política de esquerda ao serviço dos trabalhadores e do País. São algumas dessas críticas e propostas que deixamos nestas páginas com base nas intervenções dos deputados comunistas intervenientes no debate.



Evasão fiscal

Para além de todos os tacticismos eleitorais, o PSD e os interesses que defende a nova/velha aliança revêem-se obviamente no núcleo duro deste Orçamento e da política do PS. É essa convergência em interesses comuns que explica que falando o Governo tanto na necessidade da reforma fiscal e do combate à fraude e à evasão fiscal não intervenha decididamente, ou só o faça de maneira tímida, em áreas que são hoje responsáveis pela fuga de milhões de contos aos impostos, sem que se ouça uma palavra crítica do PSD/PP. Alguns exemplos: desde 1994 que dois terços das empresas não pagam IRC; o número de sociedades a declarar prejuízo triplicou em sete anos; 64% das empresas não são colectadas e 158 sociedades são responsáveis por 59% da receita do IRC; os prejuízos declarados anualmente montam a um valor médio de mil milhões de contos. Se este quadro fosse real o País estaria na falência.

A brutal evasão fiscal em matéria de comércio intracomunitário constitui outro caso. Desafiamos o Governo a dizer qual o valor, estimado que seja, da fuga ao IVA ou aos Impostos Especiais de Consumo. Perguntado de outra maneira: está o Governo em condições de confirmar que as taxas de evasão fiscal, só no sector das bebidas alcoólicas, se elevam acima dos 70% atingindo valores na ordem dos 120 / 130 milhões de contos/ano? Confirma o Governo que no plano internacional se diz que Portugal é, neste momento,

um paraíso para o branqueamento de dinheiro que utiliza os circuitos dos infundáveis entrepostos fiscais criados à sombra da permissividade e do laxismo do Governo português?

O imposto automóvel é outro exemplo, em que o Governo tem todos os elementos e soluções que lhe permitem uma alteração estrutural num imposto que todos reconhecem é injusto e faz aumentar artificialmente o preço de venda ao público das viaturas. Os estudos que o Governo entregou na Assembleia da República demonstram que é possível caminhar-se com tranquilidade para a substituição do actual IA por uma solução mista, sem perda de receita fiscal a prazo. Mas o Governo nada avança neste domínio.

Outro exemplo ainda. A criação do imposto único sobre o património, que deveria substituir a sisa, o imposto sobre as sucessões e doações e a contribuição autárquica, é uma opção que merece seguramente um largo consenso. O Governo criou uma Comissão constituída por prestigiados especialistas no sector que tem vindo, ao que sabemos, a trabalhar aturdidamente nesta questão. Mas a verdade é que no despacho do ministro das Finanças que cria a Comissão o Governo comprometeu-se a iniciar a discussão pública desta matéria no início de Outubro. Estamos em meados de Novembro e, até agora, no plano público, nenhum debate foi iniciado.

IRS

A intenção de dar início à alteração da estrutura do IRS, contribuindo para melhorar a justiça fiscal e a progressividade do imposto, constitui uma medida positiva que vem ao encontro de soluções desde há muito preconizadas pelo PCP. Tais propostas, contudo, são insuficientes e revelam demasiada timidez.

Agricultura

As divergências globais do PCP relativamente ao Orçamento de Estado para 1999 assentam no facto de toda a sua orientação estar subordinada aos ditames do Pacto de Estabilidade e da moeda única e a uma visão da sociedade em que às políticas públicas é concedido um lugar marginal e quase sempre de suporte aos interesses privados. A este respeito, os exemplos multiplicam-se, nalguns casos com graves implicações para sectores da actividade produtiva e para a saúde. É o caso da BSE e do embargo decretado pela União Europeia à exportação de carne e gado bovino nacional. Este embargo é hipócrita, desproporcionado e injusto para os produtores portugueses, a maioria dos quais tem o seu gado indenne. Mas esta decisão - resultante também de um determinado modelo de construção europeia com ingerências crescentes na área de soberania de cada Estado - só foi possível porque, deste lado, o Governo português, este Governo, na sequência do que já tinha feito o Governo do PSD, agiu de forma irresponsável e ligeira, desvalorizando a gravidade da situação e dos avisos que se iam acumulando, ignorando as sugestões e propostas da Assembleia da República, da comunidade científica e dos múltiplos serviços do Ministério da Agricultura. A Assembleia já condenou com severidade o comportamento da Comissão Europeia e do

Governo português. Mas quando se discute o Orçamento de Estado e quando este é criticado por sacrificar os interesses nacionais aos constrangimentos de Maastricht e do Pacto de Estabilidade, isto tem expressão concreta nesta questão tão importante que foi a de não terem sido aprovadas e postas em práticas medidas de controlo da doença, das explorações e das fábricas de alimentos compostos para animais e de subprodutos, dando margem de manobra à Comissão Europeia, porque, entre outras razões, não havia disponibilidades financeiras para suportar as despesas inerentes a essas medidas. Esta é também a expressão concreta de se sacrificarem no Orçamento de Estado as verbas destinadas a políticas públicas em nome da redução do défice e da Moeda Única. Expressão concreta que se estende ao facto de o Orçamento não prever as verbas necessárias para pôr em prática as medidas recente e tardiamente anunciadas - e que são necessárias para reduzir ao máximo o prazo do embargo - nem para compensar os produtores e toda a fileira pecuária das quebras de rendimentos e prejuízos resultantes de um embargo para o qual os agricultores portugueses não foram tidos nem achados. Como não prevê também as verbas necessárias à compensação dos prejuízos resultantes dos acidentes climáticos deste ano.

As propostas

Benefícios fiscais

Eliminação dos benefícios fiscais a rendimentos e actividades financeiras, nomeadamente no âmbito das operações de Bolsa e das empresas bancárias e seguradoras.

A tributação efectiva das mais-valias financeiras.

A eliminação das taxas liberatórias para residentes, obrigando ao englobamento de todos os rendimentos, característica básica de um sistema de imposto único.

Maior penalização do regime fiscal das despesas confidenciais.

Evasão fiscal

O Governo deverá entregar à Assembleia da República, até 31 de Março de 1999, um relatório sobre a situação da evasão fiscal no sector das bebidas alcoólicas e propostas de medidas a adoptar para a combater e para a controlar em sede do comércio intracomunitário.



IRS

A isenção de imposto de todos os rendimentos colectáveis até 300 contos, o que na prática significa a isenção de imposto para todos os casais com rendimentos brutos entre os 1700 e os 2000 contos anuais, isto é, cerca de 25% dos contribuintes em IRS.

O aumento de 25% para 30% a taxa de conversão dos abatimentos em deduções à colecta para as despesas sociais, como a saúde, a educação e a habitação, eliminando o limite à dedução nas despesas de saúde e aumentando os tectos para 101,5 contos nas despesas com educação e para 94,3 contos nas despesas com habitação.

O aumento do limite superior do escalão sujeito à taxa nominal de 25%, de 2560 contos para 2750 contos, com vista a evitar o agravamento fiscal dos rendimentos médios e médios-altos.

O aumento do limite da dedução específica pelos rendimentos do trabalho de 71% para 75% de doze vezes o salário mínimo nacional.

A autonomização das deduções à colecta relativa às quotizações sindicais, com a taxa de conversão normal de 25 por cento.

Este conjunto de propostas traduz-se num forte desagregamento da carga fiscal para os rendimentos até cerca de 550 contos mensais por casal, que constituem cerca de 95% dos contribuintes do IRS, e permitem ainda algum desagregamento de contribuintes com rendimentos médio-altos até cerca de 1000 contos mensais, por casal, contrariamente ao que resulta da proposta do Governo.

Agricultura

O Orçamento do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas deverá assegurar as verbas necessárias para fazer face aos prejuízos dos agricultores em resultado dos acidentes climáticos ocorridos na campanha agrícola de 1997/1998, bem como às quebras de rendimento dos produtores pecuários em consequência da proibição de importação de carne bovina nacional decidida pela Espanha e do embargo decretado pela Comissão Europeia e aos encargos decorrentes das medidas de combate e controlo da BSE.

Comunicado do Comité Central do PCP

Intensificar a acção e iniciativa política do Partido

Na sua reunião de 14 de Novembro de 1998, o Comité Central do PCP analisou os resultados do referendo de 8 de Novembro, debateu aspectos centrais da situação política nacional e as tarefas do Partido no futuro imediato, com a perspectiva do fortalecimento da sua intervenção em defesa dos interesses populares, da resposta a prementes problemas do País e da afirmação de uma política de esquerda alternativa à política do Governo do PS cujos eixos fundamentais têm sido apoiados pelo PSD e pelo CDS-PP.

I

O referendo sobre a regionalização

1. O Comité Central do PCP sublinha o carácter negativo dos resultados do referendo de 8 de Novembro, verificados em condições particularmente difíceis, e que provavelmente comprometerão por largo tempo a concretização da regionalização administrativa do Continente.

Ao mesmo tempo, o CC considera que os comunistas têm legítimas razões para se orgulharem de terem lutado e actuado com coerência, de acordo com os seus compromissos programáticos e com os seus princípios, favoráveis à descentralização e à democracia participativa, e em unidade e cooperação com múltiplos movimentos de opinião, onde a participação dos comunistas se mostrou essencial para o seu desempenho e para a coordenação da sua acção. São igualmente significativas as vitórias do «sim» na região do Alentejo, no distrito de Setúbal e em municípios e freguesias de outras regiões, mostrando o papel da influência do PCP e os efeitos positivos da sua combativa intervenção nesta campanha.

O Comité Central saúda todos os militantes e organizações do Partido que, com grande sentido de responsabilidade, contribuíram

ativamente para erguer uma campanha de grande vigor e seriedade, que prestigiou o PCP.

2. O Comité Central considera oportuno recordar que o PCP se opôs frontalmente à imposição, feita através da última revisão constitucional, por acordo do PS com o PSD e o PP, da obrigatoriedade de um referendo prévio à concretização da regionalização e que o PCP não apoiou a decisão tomada pelo PS em 29 de Junho, novamente com o PSD e o PP, de propor ao Presidente da República a convocação deste referendo.

Sem prejuízo de outros factores, o Comité Central salienta que, para a expressiva vitória do «não», terão concorrido, de forma conjugada, a real complexidade da questão em debate e a sua sujeição a referendo; o desgaste provocado pelos compromissos, comportamentos e atitudes do PS ao longo de dois anos; a falta de informação, as confusões e incompreensões muito generalizadas quanto à verdadeira natureza e efeitos das regiões administrativas propostas e uma campanha do «não» (e designa-

damente do PSD e do CDS-PP), deliberadamente apostada na difusão e exploração de medos e no recurso à mentira e à demagogia mais primárias.

3. O PCP não abandonará o combate pelos valores da democracia, da descentralização, do desenvolvimento justo, participado e harmonioso, no qual se insere o combate pela regionalização.

Pela sua parte, o PCP prosseguirá a sua batalha de sempre pelo reforço dos municípios e freguesias, tal como sempre fez, quer em matéria de atribuições e competências, quer em matéria financeira, quer em matéria associativa, quer em relação à participação em unidades de gestão e em Programas Operacionais de Desenvolvimento. Mas sublinha que estas medidas são complementares e não alternativas à regionalização e recorda que os mesmos que agora hipocritamente as afirmam defender são os mesmos que as combateram, ao longo dos anos, quando o PCP e os municípios as defenderam.

II

Alguns aspectos da situação política económica e social

1. Apesar das considerações optimistas do Governo, a profunda crise no Sudoeste Asiático e no Japão, o colapso económico e social da Rússia, a propagação da crise ao Brasil e à América Latina, o desaceleramento do crescimento nos EUA, a crise monetária e bolsista internacional, são já uma ameaça real e factores de perturbação séria das economias europeias e, directa e indirectamente, da economia nacional.

A ideia do euro como escudo protector destas economias será rapidamente arrumada na estante dos propagandistas da moeda única.

Diversos sectores e áreas de actividade económica nacional vivem já sob o impacto desses acontecimentos, a que se acrescentam, num sentido negativo ou positivo, factores de ordem interna:

- As quebras nos mercados externos, com um andamento particularmente desfavorável das exportações no 3.º trimestre do ano;

- A subida do número total de desempregados inscritos nos centros de emprego verificada no mesmo período, invertendo a tendência decrescente que se verificava desde Junho de 1996;

- As crises de Verão/Outono na bolsa nacional, com vultuosas perdas de milhões de contos de pequenas poupanças;

- As notícias vindas a público pondo em dúvida a continuidade, no médio prazo, de alguns grandes investimentos – AUTO-EUROPA, SIEMENS – largamente apoiadas por dinheiros públicos e representando milhares de postos de trabalho;

- A constatação que alguma manutenção da procura interna de habitação e consumo pelos agregados familiares continua a fazer-se por um crescente recurso ao crédito, agravando-se o já significativo endividamento das famílias portuguesas.

Dois sectores produtivos vivem uma situação particularmente difícil. Na agricultura, onde as dificuldades nos mercados de suíno e bovino decorrentes da quebra das exportações da União Europeia para a Rússia, e o problema do embargo decretado pela União Europeia, se acrescentaram a um ano agrícola com uma

perda global de produção superior a 100 milhões de contos. Nas pescas os novos condicionamentos à actividade da frota pesqueira nacional podem conduzir à redução de 80% ao esforço da pesca de sardinha, à forte possibilidade de não renovação do acordo de pescas entre a UE e Marrocos.

2. No reverso deste panorama continuaram a acumular-se fortunas e a verificarem-se ganhos escandalosos, de milhões de contos, à custa da exploração dos trabalhadores e da sangria dos sectores produtivos. Particularmente significativo foi o novo e espectacular salto dos lucros bancários em 1997, de 181 milhões de contos para 246 milhões de contos, mais 35,7%, depois de terem crescido 15,2% em 1996 e 8,1% em 1995, tendência que se manteve durante o 1.º trimestre de 1998. Também em forte alta estiveram os lucros dos sectores da grande distribuição comercial.

É neste contexto inaceitável o prosseguimento das principais orientações e políticas económicas e sociais do Governo PS, e em particular do seu Orçamento do Estado.

O Governo PS não avançou nem avança numa política de reequilíbrio na distribuição de riqueza nacional através de uma generalizada melhoria dos salários e pensões, especialmente para os níveis mais baixos, na redução de preços de bens essenciais, como os da energia eléctrica e das chamadas telefónicas. Simultaneamente, não realiza os investimentos públicos que eram necessários nas áreas sociais e no desenvolvimento económico do País, o que sendo efectivas respostas para problemas económicos que o País enfrenta (dinamização do mercado interno, por exemplo) no quadro da crise internacional, permitiria atenuar profundas desigualdades sociais e regionais.

O Governo PS prefere seguir as orientações neoliberais ao serviço dos interesses do grande capital preconizadas pela União Europeia, FMI e outras instâncias internacionais que, a coberto das preocupações com o «sobreaquecimento da economia» e de mais umas décimas na taxa de inflação, pretendem salvar os inte-

resses dos banqueiros e especuladores, sacrificando os trabalhadores e os povos.

São disso exemplo as escolhas pelo Governo de um Orçamento submetido às orientações do *Pacote de Estabilidade*, com a continuação do escandaloso processo de privatizações e o aumento dos benefícios fiscais a favor do capital financeiro e de um *Pacote Laboral* que contém matérias altamente lesivas dos interesses e direitos dos trabalhadores.

3. O Orçamento Estado para 1999 apresenta-se de facto numa linha de profunda continuidade em relação aos três anteriores orçamentos do Governo do PS, caracterizada pela preocupação primeira e fundamental de cumprimento dos constrangimentos ditados pela moeda única e pelo *Pacote de Estabilidade*, pelo prosseguimento do nefasto processo de privatizações, por fortes restrições aos aumentos salariais, e pela concessão de privilégios fiscais aos rendimentos de capitais, às empresas e operações financeiras e aos grupos económicos.

São estas as linhas essenciais e determinantes do OE para 1999, e não as alterações propostas para a tributação em IRS dos rendimentos do trabalho, que pecam pela timidez e pela insuficiência.

Como já foi afirmado pelo seu Grupo Parlamentar, o PCP bater-se-á, com propostas suas, para que o OE possa ser melhorado em benefício dos trabalhadores e das populações, em prol da justiça fiscal.

Mas a natureza e orientações essenciais do orçamento do Governo PS só poderiam ser invertidas com um orçamento completamente diferente, com um orçamento assente numa política de esquerda, um orçamento em que a orientação determinante visasse o privilégio do desenvolvimento económico e social, dos rendimentos do trabalho, da melhoria significativa das pensões de reforma, da justiça fiscal e social.

O Orçamento de Estado para 1999 só pode ser viabilizado por quem defende as políticas e os dogmas do neoliberalismo e a

EM FOCO



moeda única, por quem privilegia a concentração da riqueza, isto é, pelo partido do Governo que o apresenta com o apoio do PSD e do PP.

Por isso, o Comité Central reafirma a rejeição deste Orçamento pelo PCP.

4. O Governo PS prossegue uma política de reconstrução e reforço do poder dos grupos económicos e financeiros. Os últimos desenvolvimentos mostram mesmo uma aceleração e aprofundamento do processo de privatizações, o seu alargamento a novos sectores, designadamente na Administração Pública, e a ultrapassagem de limites que o governo dizia colocar a si próprio. Além da Brisa, cuja segunda fase da privatização, que eleva o capital privado a mais de 50%, acaba de ser concretizada, o governo anunciou a privatização de uma nova fatia da Portugal Telecom, e, o que é particularmente grave, avançou com o propósito de concretizar mais uma fase de privatização da EDP, que contrariando tudo o que o governo disse até agora, levará à perda da maioria do capital público, abrindo o caminho para o controlo pelo grande capital desta empresa estratégica fundamental para o país.

As consequências negativas das privatizações para a economia nacional, o financiamento do Orçamento de Estado e o desenvolvimento económico e social do país, para o emprego e os direitos dos trabalhadores, para os serviços públicos, sua qualidade e custos, para o desenvolvimento regional e para o próprio regime democrático, evidenciam cada vez mais a necessidade e urgência da interrupção deste processo.

O PCP reafirma que o País precisa de um sector público forte e de serviços públicos de qualidade e, neste sentido, sublinha a importância e oportunidade da realização em 12 de Dezembro do Encontro Nacional de Quadros sobre esta problemática.

5. O C.C. do PCP alerta os trabalhadores e as suas organizações para o facto de o Governo PS persistir na tentativa de avançar e fazer aprovar o pacote laboral. Esta ofensiva legislativa e as recentes medidas e propostas para a Administração Pública, articuladas com as alterações ao sistema de Segurança Social e das reformas antecipadas têm como objectivo central desactivar a geração de trabalhadores com direitos e substituí-la por uma nova geração precarizada.

É de salientar que a discussão pública da proposta mais gravosa consubstanciada no projecto de diploma do trabalho a tempo parcial, apesar de ter sido realizada no tempo em que decorreu a campanha do referendo sobre a regionalização, teve como resultado o envio à Assembleia da República de cerca de 1500 pareceres aprovados pelas organizações e plenários de trabalhadores, que se traduz numa das maiores participações das duas últimas décadas, participação acompanhada pela denúncia, pelo protesto e pela luta do movimento sindical unitário e da CGTP-IN.

O PCP, através da campanha nacional de esclarecimento de Maio - Junho e na semana de 23/9 a 3/10, contactando centenas de milhares de trabalhadores, deu uma valiosa contribuição no esclarecimento, na mobilização e na luta contra o pacote laboral.

Esta persistência do Governo em prosseguir a ofensiva legislativa, a par da sua contraproposta inaceitável para os trabalhadores da Administração Pública, está a constituir ponto de referência das associações do patronato e administrações das empresas do sector público para bloquearem as negociações da contratação colectiva, anular os seus conteúdos e recusar aumentos salariais.

A decisão da CGTP-IN de realizar uma grande acção de massas quando for agendado na Assembleia da República o projecto sobre o trabalho a tempo parcial, a manifestação nacional da Administração Pública a realizar em 25 de Novembro próximo, a decisão de greves e outras formas de luta nos CTT, na Portugal Telecom, nos Ferrovieiros, demonstram haver condições para o desenvolvimento da luta.

6. O Comité Central alerta para que, em consequência da política de direita, crescem em importantes camadas da sociedade atitudes de descontentamento, desânimo e descrédito em rela-

ção à vida política, o que também é potenciado por preocupantes desenvolvimentos na área da justiça, designadamente os que se prendem com eventuais arquivamentos de importantes processos. Neste quadro é também de referir o anúncio de casos de corrupção na JAE e outros e a acusação do envolvimento de partidos que têm estado no poder. As privatizações pelo volume de dinheiro envolvido e pelos interesses em jogo são outra área que favorece

as maiores negociações. Este clima de degradação da vida política tem facilitado algumas linhas de propaganda da direita e de extrema-direita contra os partidos (procurando meter todos no mesmo saco), os políticos e o regime.

É necessário dar firme combate a estas tendências e separar o trigo do joio quanto à postura política e à seriedade dos comportamentos.

III

Tarefas imediatas do Partido

1. Encerrado um período em que, mantendo embora um elevado nível de intervenção noutras áreas, o PCP foi obrigado a consagrar consideráveis esforços na batalha eleitoral de dois referendos, o Comité Central sublinha a necessidade de uma **rápida intensificação da acção e iniciativa política do Partido e das suas organizações em torno dos problemas que mais preocupam os portugueses e mais afectam a sociedade portuguesa.**

O Comité Central salienta que um audacioso desenvolvimento desta orientação se justifica não apenas, e já seria bastante, pelas responsabilidades do PCP na vida nacional mas também porque como já é patente, com a aproximação das eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República, o PSD e o PP procurarão fazer esquecer que, ao longo dos últimos três anos foram os principais apoiantes da política do Governo PS e apresentar uma provável nova «AD» como estando em radical oposição ao PS e à sua política.

Por outro lado, é igualmente previsível que, num contexto pré-eleitoral, tanto o PS como o PSD e o PP procurarão acentuar um discurso demagógico sobre os problemas sociais, na tentativa de escamotear as suas reais responsabilidades e convergências na política de direita seguida nesta legislatura.

Sendo de prever um aumento considerável da pressão bipolarizadora visando limitar as opções do eleitorado a um rotativismo centrado no PS ou no PSD (ou na AD) para o prosseguimento das mesmas orientações políticas fundamentais, o Comité Central sublinha que ganha uma acrescida importância o papel do PCP como oposição de esquerda à política e ao governo do PS e a afirmação na sociedade portuguesa da necessidade de construção de uma alternativa de esquerda à política de direita e do indispensável reforço do PCP como elemento decisivo para a realização desse crucial objectivo democrático.

2. O Comité Central sublinha que se impõe como tarefa de grande importância desenvolver e intensificar a luta social em torno de problemas e reivindicações concretas de diversas classes e camadas sociais, em particular dos trabalhadores, dos agricultores, dos estudantes, das mulheres, dos reformados e das populações envolvidas em lutas em defesa do ambiente, dinamizar a intervenção política do Partido e prosseguir o trabalho de reforço da sua capacidade organizativa.

Neste quadro, o Comité Central sublinha em particular como grandes tarefas imediatas do Partido:

- apoiar e dinamizar as lutas em curso e em perspectiva, nomeadamente a luta dos trabalhadores e do movimento sindical unitário contra a aprovação das peças mais gravosas do *pacote laboral*, designadamente a proposta sobre trabalho a tempo parcial;

- prosseguir uma campanha própria de esclarecimento sobre a natureza dos *pacotes laborais* para o sector privado e para a Administração Pública;

- valorizar e divulgar as propostas recentemente apresentadas pelo Partido, designadamente em matérias de impostos, justiça fiscal, segurança social, saúde, baixa das tarifas de electricidade;

- intensificar a intervenção política junto das populações e de diferentes áreas da vida nacional, em torno de problemas prementes e diversificados, contra as privatizações, por preços acessíveis dos serviços;

- prosseguir as iniciativas a realizar no âmbito do PORTUGAL 2000 - debates para uma política de esquerda - como importante campo de reflexão e de diálogo democrático sobre os problemas nacionais à entrada do novo século e sobre a alternativa;

- continuar, recuperando atrasos e dificuldades causados pelas exigências da acção política e eleitoral no último semestre, os esforços e linhas de trabalho visando dar um novo impulso no reforço orgânico e na intervenção e afirmação política do Partido, dando continuidade ao plano de realização de assembleias das organizações, fortalecimento da organização junto dos trabalhadores, envolvimento e responsabilização de um maior número de quadros nas tarefas partidárias e aproveitamento das largas possibilidades para novas adesões ao PCP.

3. O Comité Central recomenda a todas as organizações do Partido que, independentemente de considerações e decisões posteriores quanto às comemorações do 78.º aniversário do Partido, do Dia Internacional da Mulher e do 25.º aniversário da Revolução de Abril, comecem desde já a programar todo um conjunto de iniciativas, com o objectivo de assegurar uma intervenção activa e empenhada do Partido nestas comemorações, defendendo e afirmando os objectivos e ideais do Partido e os valores democráticos e transformadores da Revolução de Abril.

4. O Comité Central destaca a realização do VI Congresso da JCP, marcado para 27 e 28 de Março de 1999 e sublinha a necessidade do envolvimento e do apoio do Partido no êxito deste Congresso e no reforço da intervenção da JCP junto da juventude portuguesa.

O Comité Central decidiu fixar a data da realização da 23.ª edição da Festa do Avante para os dias 3, 4 e 5 de Setembro do próximo ano.

5. O Comité Central aprovou o lançamento de uma Campanha Nacional de Fundos, a partir de Janeiro do próximo ano, com o objectivo central de reunir os recursos financeiros adicionais indispensáveis ao suporte material das campanhas eleitorais para a Assembleia da República e o Parlamento Europeu.

6. O Comité Central saúda todos os seus militantes e organizações partidárias pelo seu empenhamento nas grandes batalhas políticas, pela afirmação confiante dos objectivos, princípios e valores do Partido, pela luta que desenvolvem com os trabalhadores, os jovens, as mulheres, os agricultores, com todos os que fazem frente à política de direita e preparam as condições para uma verdadeira alternativa, uma alternativa de esquerda.

O Comité Central agendou nova reunião para o próximo mês de Janeiro com o objectivo de fazer o balanço da concretização das decisões e orientações com vista ao reforço global da organização do Partido e definir aspectos essenciais da sua intervenção eleitoral.

O livro negro de Courtois & Cia.

■ JOSÉ CASANOVA

Membro da Comissão Política

COM O APARATO mediático adequado às circunstâncias, chegou de Paris a cegada do "Livro negro do comunismo". Encabeçada pelo seu coordenador-mor - um tal Stephane Courtois, obviamente "especialista na história do comunismo" - a carnavalesca função, cumprindo a tarefa de que estava incumbida, fartou-se de reinar: repetindo o espectáculo que já havia dado noutros países, correu quase tudo quanto se diz ser órgão de informação e o coordenador Courtois foi "entrevistado" à maneira, dando azo a que fossem produzidas mais algumas páginas negras dos negros tempos que vive a comunicação social actual. A cegada contou com uma claque local de se lhe tirar o chapéu e donde emergiam, aguerridos e belicosos, os consagrados Pacheco Pereira e Zita Seabra.

A Courtois e à sua *troupe* coube a tarefa de sentar o comunismo e os comunistas, globalmente, num banco de réus fabricado não sei se na França se nos EUA. Ao inevitável Pacheco foi distribuído o honroso e duplo encargo de repetir globalmente Courtois e de condenar, particularmente, os comunistas portugueses - encargo que ele, qual Dupont, na primeira parte da prestação e qual Silva Caldeira (no Plenário da Boa Hora), na segunda - cumpriu exemplarmente, como é seu timbre. Assim ascendeu Pacheco à altura historiográfica "do Stephane", como ele costuma chamar-lhe, colegas que são nas comuns andanças de falsificação da História como pode comprovar quem se der ao trabalho de ler as revistas gémeas que deram à luz: "Comunismo" e "Estudos sobre o comunismo".

Courtois e Pacheco fazem parte de uma leva de estoriadores especialistas na fusão da investigação histórica com as mais modernas técnicas de publicidade. Ao que tudo indica contando com poderosos apoios e, como é visível, dispo de fácil acesso à comunicação social dominante, se mais resultados não obtém é porque a História, essa ingrata, não os ajuda. Observando esta mancha de "especialistas na história do comunismo" que, nos últimos anos, tem alastrado pelo mundo, pergunto-me se, entre eles, há algum que não tenha sido, antes, comunista ou esquerdista, se há algum que não seja vira-casacas, arrependido, ex... "ex-pecadores" e "peritos", como lhes chama Chomsky - peritos cujo destaque se deve essencialmente à utilidade que têm para quem os quer, e por isso os nomeou, "peritos"...

Este "livro negro" parece ter origem na necessidade (sentida por quem, eventualmente, o encomendou a Courtois e a outros Pachecos) de criminalizar o comunismo, e os comunistas - objectivo que, se alcançado, teria ainda a suprema vantagem de passar uma esponja sobre os crimes passados, presentes e futuros do capitalismo. Para isso, há que reconhecer que Courtois & Cia. seguiram o melhor caminho, a saber: o de, sempre negando que o estão a fazer, procurar comparar e identificar comunismo e nazismo a partir da comparação entre o número de mortos resultante do nazismo e o que, segundo as "estimativas pessoais" de Courtois, é da responsabilidade do comunismo. Mas tantas e tão grandes são as dificuldades em bem cumprir a tarefa que se vêem em palpos de aranha para a levar a bom termo.

Assim, Courtois, sublinhando incisivamente que não é seu propósito fazer tal comparação, confessa que "os factos são teimosos" (...) "e mostram que os regimes comunistas cometeram crimes que "(segundo as suas "estimativas pessoais") "afectaram 100 milhões de pessoas" (ou, melhor dizendo: "cerca de 100 milhões"; ou, dizendo com mais rigor: entre 60 e 100 milhões; ou, mais precisamente...) "contra os cerca de 25 milhões do nazismo". Na deslizando

"estimativa pessoal" de Courtois cabe tudo o que a Courtois interessa que caiba: pode dizer-se que, para ele, o comunismo é responsável por praticamente todas as mortes ocorridas desde 1917 em todo o mundo - exceptuando, para poder ter um termo de comparação, os 25 milhões de vítimas do nazismo. O estoriador inclui nas "vítimas do comunismo", por exemplo, todas as mortes ocorridas em Angola e na Nicarágua (incluindo as vítimas do terrorismo da Unita e dos Contra); todos os mortos do Camboja (incluindo as vítimas de Pol Pot apoiado pelos EUA e as que resultaram do derrube de Pol Pot pelos vietnamitas...); os milhões de pessoas

que morreram de fome em resultado da agressão externa organizada contra a Revolução de Outubro; e estou em crer que a

"estimativa" de Courtois inclui igualmente todos os que, honrando a sua condição de comunistas, morreram lutando pela liberdade e pela democracia - quem é que os mandou ser comunistas, lutar por uma sociedade nova, combater a tirania e a opressão, não é verdade?...

Enquanto isso, Pacheco, este original Dupont português, interroga-se: "Há diferenças entre comunismo e nazismo?" e, sempre courtoismente original, responde-se: "sim", mas trata-se de diferenças "compará-

“Os autores globais e os divulgadores locais desta coisa abjecta que dá pelo nome de “Livro negro do comunismo” sabem que estão envolvidos num vergonhoso processo de falsificação da História que visa ilibar os crimes do capitalismo através da vergonhosa equivalência que estabelecem entre comunismo e nazismo.”



Special envoy

veis"... A verdade de Pacheco é que "o comunismo matou mais que o nazismo" pelo que "o Stephane" tem carradas de razão ao expressar o seu protesto pelo facto de não ter havido ainda um tribunal de Nuremberga para julgar os comunistas.

Definindo como "genocídio de raça" e "genocídio de classe" "os crimes cometidos pelo nazismo e pelo comunismo", respectivamente, Courtois estabelece a equivalência entre ambos considerando que os dois são filhos das malvadas "ideologias". E o impagável Pacheco complementa profundamente o profundo pensamento do Dupont francês: "De 1917 até hoje, a experiência das ideologias foi essencialmente a do comunismo e do nazismo." Ou seja: ideologia capitalista é coisa inexistente o que dá um jeitão aos consagrados estoriadores na medida em que ficam dispensados de, como a honestidade intelectual lhes impunha, culpabilizar o capitalismo pelos seus crimes, pelos milhões e milhões e milhões de mortos de que é responsável nos vários séculos da sua existência e nos quais devem ser incluídos os crimes do nazismo nas várias expressões que assumiu. E a história de cada país é, como sabemos, um livro negro do capitalismo.

Assim sendo, ficam igualmente com as mãos livres, embora sujas, para estabelecer a comparação que mais interessa aos seus desígnios e fugir à única comparação possível de considerar nestas circunstâncias: a comparação entre comunismo e capitalismo.

Divertida é a incontida irritação dos assanhados estoriadores pelas "incompreensões" de que são vítimas. Desgosta-os e enerva-os o facto de "os crimes hitlerianos" terem o eco que têm na opinião pública mundial enquanto que, e por mais voltas que dêem, "os crimes comunistas" não gozam de tal eco. Porquê?, perguntam-se os tristes. E, não encontrando resposta nova para a cruel pergunta, ei-los recorrendo, mais coisa menos coisa, vejam bem!, ao arsenal argumentativo dos hilariantes tenores salazaristas... Pacheco, talvez por efeito de menor traquejo em relação a Courtois, ainda tenta uma explicação: "Raras vezes foi a direita que historicamente denunciou a dimensão e o significado dos crimes do comunismo" - mas fica-se por aqui, talvez por lhe ter acudido a ideia de que, à direita, mais do que ser ela a cumprir esse papel lhe interessa que ele seja cumprido por ex-comunistas e ex-esquerdistas... (Afinal

para que é que servem os pachecos e os courtois senão para isso?...). No entanto, estrebuchando ainda um desesperado lamento, pergunta-se por que razão é que, por exemplo, a palavra "antifascista" é "entendida como uma medalha" e a palavra "anticomunista" é "entendida como um anátema". E indignado com tamanha incompreensão das gentes, saca outra ocorrência exemplar lembrando "a tempestade" que Reagan provocou quando chamou à URSS "o império do mal"... e é já no meio de gritos e soluços convulsivos, e arrancando mãos cheias de pêlos das suas brancas barbas que, sem perceber nada de nada, geme este gemido lúgubre: "Tivesse ele assim falado do nazismo haveria alguém que não o congratulasse?". Haveria - permito-me responder - haveria, pelo menos, o puro, o impoluto, o indefectível Pacheco.

Os autores globais e os divulgadores locais desta coisa abjecta que dá pelo nome de "Livro negro do comunismo" sabem que estão envolvidos num vergonhoso processo de falsificação da História que visa ilibar os crimes do capitalismo através da vergonhosa equivalência que estabelecem entre comunismo e nazismo.

Sem dúvida, em nome do comunismo foram cometidos crimes que os próprios comunistas não se eximem de condenar - crimes que representam, contudo, uma diferença substancial entre comunismo e capitalismo, seja qual for a expressão que este assuma: é que, enquanto no comunismo, os crimes resultaram de perversões e de afrontamentos dos valores e dos ideais que impulsionaram a luta generosa e abnegada de milhões de militantes comunistas, no capitalismo (seja qual for a expressão que assumo, repito), a opressão, a exploração, o crime constituem essência do próprio sistema.

Se a URSS e o seu Exército Vermelho tivessem sido derrotados na 2.ª Guerra Mundial, a Europa e possivelmente o Mundo viveriam hoje sob a pata nazi. E se assim fosse, nós, comunistas, estaríamos no lugar que nos compete: lutando pela democracia, pela liberdade, pelos direitos do homem - e certamente constituindo alvos preferenciais dos courtois, dos pachecos & cia.

A profissionalização militar

Muito brevemente, a Assembleia da República votará a nova lei do serviço militar, que, a prazo, porá fim ao actual sistema baseado no serviço militar obrigatório. A questão da profissionalização nas Forças Armadas, que desde 1990 vem sendo objecto de um debate contínuo, terá de ser finalmente decidida.



■ João Amaral

No programa do PCP, continua definido que as Forças Armadas deverão "ter a sua base organizativa no serviço militar obrigatório". E na Resolução Política do XV Congresso inscreve-se, como objectivo de política para a área da Defesa Nacional, a "dignificação e valorização da

prestação do Serviço Militar Obrigatório e manutenção do actual conceito na Constituição".

Mas, a revisão constitucional entretanto ocorrida decidiu em sentido diverso, abrindo caminho à consagração legal das Forças Armadas de base profissional, tal como agora estão propostas pelo Governo.

Esta alteração constitucional foi concretizada num momento em que a situação das Forças Armadas, quanto ao seu modelo de organização, já estava profundamente modificada. Desde a aprovação, em 1991, de um período de serviço efectivo normal de quatro meses, o papel do SMO nas Forças Armadas foi-se degradando. Depois de um período em que o recurso à possibilidade de prolongamento do S.E.N. até aos oito meses foi a regra, o voluntariado e o contrato foram preenchendo cada vez mais as necessidades operacionais das Forças Armadas. Ao mesmo tempo, os militares do SMO foram sendo relegados para funções

menores, de apoio geral e de mais baixa especialização.

O S.E.N. de quatro meses foi sempre considerado tecnicamente imprestável para as Forças Armadas. O seu destino natural era abrir a porta à profissionalização, já que o retorno a um período de SMO mais prolongado não se afigurava politicamente possível.

O S.E.N. de quatro meses foi uma invenção eleitoralista do Governo de Cavaco Silva, anunciada em 1990 pelo então Ministro da Defesa Fernando Nogueira. Apanhado de surpresa, o PS veio a propor um sistema ainda mais demagógico, que admitia um S.E.N. de três meses, e acabou a votar favoravelmente a proposta de Fernando Nogueira.

Apesar da sua intenção eleitoralista, a proposta de Fernando Nogueira correspondeu a uma necessidade objectiva, face à evolução do conceito da NATO sobre o emprego das Forças Armadas resultante das profundas alterações ocorridas no Mundo. De uma estrutura territorial e defensiva, as Forças Armadas passaram a um modelo de emprego que privilegia missões fora do território nacional, do tipo das que foram organizadas nos territórios da Bósnia. Nesse aspecto, a proposta que o Governo apresenta é clara, já que a primeira razão invocada para justificar o novo sistema é a alegação da necessidade de "disponibilidade de meios militares aptos a serem empregues em diversas áreas geográficas, em obediência a objectivos de política externa".

Um das Forças Armadas baseadas no SMO têm vocação principalmente para missões de defesa contra ameaças e agressões externas, mas farão naturalmente resistência a intervenções externas onde o interesse nacional não está reflectido. Para este tipo de missões, o militar apto é o que encare a sua função como uma profissão de risco. A visão do militar do SMO é a defesa da Pátria, e a do cumprimento de um inalienável dever de cidadania. Não é uma visão profissional.

É assim perante uma situação profundamente alterada que a decisão sobre o novo sistema de serviço militar vai ser tomada. Temos um novo enquadramento constitucional, uma grande modificação na realidade organizativa das Forças Armadas e uma grande mutação conceptual.

A posição do PCP não poderá deixar de reflectir uma discordância de fundo com os conceitos de emprego das Forças Armadas tal como estão a ser praticados, conceitos que são afinal a razão fundamental para a mudança de modelo de serviço militar. Não partilhamos a ideia de umas Forças Armadas vocacionadas principalmente para missões externas, para

uma espécie de policiamento militar do Mundo, sob a tutela e direcção dos Estados Unidos.

Esta discordância não pode no entanto meter todas essas missões no mesmo saco. Não pode comparar-se uma missão como a associada à guerra do Golfo ou ao ataque ao Kosovo, com as missões que Portugal assumiu em Angola e Moçambique.

Para além desta da discordância, e perante a alteração apresentada, o PCP deve ter uma especial preocupação com uma questão que ela suscita, e que é o divórcio entre as Forças Armadas e a população.

Esta preocupação não tem a ver com a garantia democrática. Um das Forças Armadas do tipo proposto pelo Governo não são menos fiéis aos valores democráticos. A experiência destes 24 anos de regime democrático é por si uma garantia. Mas a ela junta-se o peso que hoje têm os valores democráticos na prática quotidiana de umas Forças Armadas onde se afirmam crescentemente associações representativas. Aliás, na sociedade de informação, a segregação não é possível.

A questão do divórcio entre as Forças Armadas e a população é particularmente importante por significar o desconhecimento por parte da população da realidade das Forças Armadas. Pior ainda: para as novas gerações, a instituição militar vai deixando de representar a expressão de uma vontade nacional de defesa. A função militar passa a ser uma função de outros, um emprego, uma espécie de repartição do Estado.

Resolver este problema aponta para a necessidade de todos os jovens terem um contacto mínimo com as Forças Armadas, através de um processo que sinalize a compreensão pelas sucessivas gerações dos seus deveres para com a Pátria, e a sua disponibilidade para assumir esses deveres na sua expressão militar.

Ao contrário do que faz o Governo, esse contacto deve iniciar-se desde logo com o acto cívico de recenseamento.

Esse contacto deve manifestar-se depois de uma passagem pelas Forças Armadas. No modelo máximo, essa passagem incluiria uma fase de instrução mínima. Esse modelo implicaria aquartelamento, fardamento e algumas semanas de permanência.

Uma fórmula mais reduzida podia limitar essa permanência a um período de sensivelmente uma semana, sem fardamento, e com um conteúdo predominantemente cívico e informativo. À semelhança do "rendez-vous citoyen" praticado em França, essa permanência permitiria um contacto com a instituição militar e o conhecimento dos objectivos da defesa nacional, bem como da sua organização e estrutura. Seriam desejáveis igualmente actividades viradas para a compreensão dos valores de cidadania.

Durante esta "Semana do Compromisso Pátrio" os jovens teriam todas as garantias, incluindo faltas justificadas, salários pagos pelas respectivas entidades patronais, etc.

Não é a solução ideal. Mas, no quadro de uma Forças Armadas profissionalizadas, será o mínimo exigível.



Novo Quadro Financeiro Comunitário

Concertar esforços na defesa dos interesses nacionais

A definição do quadro financeiro comunitário até ao ano 2006 encontra-se numa fase crucial, com a chegada ao Parlamento Europeu de um debate que deverá estar concluído durante o primeiro semestre de 1999. Perante os contornos que as propostas da Comissão Europeia sobre a matéria apontam - contidas no documento conhecido como Agenda 2000 - os deputados do PCP no Parlamento Europeu convocaram uma conferência de imprensa para alertar para as dificuldades que aí vêm, caracterizando a situação como "complexa e gravosa" para Portugal.



A partir da análise detalhada de dois documentos centrais - a Agenda 2000, há alguns tempos apresentada pela Comissão e através da qual é por esta avançada uma proposta global de despesas e respectiva repartição pelas diferentes áreas de políticas comunitárias, para os sete anos posteriores a 1999 e, mais recente, o documento, igualmente da Comissão, sobre os Recursos Próprios da União Europeia, pelo qual, pretensamente, a mesma aponta as correspondentes possíveis opções no domínio das receitas comunitárias - os deputados do PCP avisam para as consequências que estas propostas terão para o nosso país, nomeadamente ao nível da redução dos fundos estruturais e dos apoios à agricultura. E avisam: é indispensável uma concertação de esforços que permita defender eficazmente os interesses nacionais.

Para os deputados do PCP, a discussão em causa está logo à partida condicionada por dois elementos fundamentais: o respeito draconiano pelas regras restritivas de concretização do euro, em especial o pacto de estabilidade, e a perspectiva de alargamento da U.E. a mais seis países.

«O alargamento que se visa alcançar comportará inevitáveis acréscimos de despesas, seguramente muito superiores às contribuições com que esses países poderão concorrer para o orçamento comunitário. O que coloca a União Europeia perante duas únicas opções: ou a este novo objectivo se fazem corresponder meios adicionais, ou se reduz o presente nível de despesas com as diversas políticas comunitárias, para assim fazer face ao alargamento. Pronunciamo-nos claramente pela primeira opção. Mas essa não é a posição da Comissão, como decorre de forma inequívoca dos documentos que apresentou, em especial no que respeita à Agenda 2000. A Comissão pretende manter as despesas ao nível de 1,27% do PNB comunitário, ou seja, pretende, de facto, baixar o tecto das despesas, para os quinze, para um patamar da ordem de 1,13% do PNB comunitário.»

Além disso, das propostas da Comissão resulta claro que seriam os "países da coesão" (Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal)

os principais sacrificados, uma vez que as Acções Estruturais seriam as únicas a ser afectadas, pois decresceriam de 37,7% do total de despesas que representarão em 1999, para 30,8% em 2006 (Quadro 1).

Para sustentar esta tese, os deputados do PCP divulgaram dados provenientes de estudos elaborados pelo próprio governo português, segundo os quais «as incidências de uma tal proposta em Portugal equivaleriam a uma diminuição de transferências da ordem dos 500 milhões de contos no período 1999 - 2006. Outros estudos, não menos credíveis, apontam para valores ainda mais elevados e sugerem um decréscimo médio anual de cerca de 200 milhões de contos».

**Um mal
nunca vem só**

Como se não bastasse já o que resulta da Agenda

Perspectivas Financeiras 2000-2006

Milhões de Euros, preços constantes de 1999. Despesas de Autorizações

| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2000-2006 | g | g*7 | 2006-1999 |
|------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-----------|--------|--------|-----------|
| 1. Agricultura * | 45205 | 46050 | 46920 | 47820 | 48730 | 49670 | 50630 | 51610 | 341430 | 1,6% | 11,5% | 14,2% |
| Pré-adesão | | 520 | 520 | 520 | 520 | 520 | 520 | 520 | 3640 | | | |
| 2. Acções Estruturais | 39025 | 36640 | 37470 | 36640 | 35600 | 34450 | 33410 | 32470 | 246680 | -1,7% | -12,0% | -16,8% |
| Fundos Estruturais | 32731 | 32690 | 33430 | 32600 | 31560 | 30410 | 29370 | 28430 | 218480 | -1,9% | -13,6% | -13,1% |
| Obj. I ** | 21821 | 21733 | 22287 | 21733 | 21040 | 20273 | 19580 | 18953 | 145680 | -1,9% | -13,6% | -13,1% |
| Iniciativas Comunitárias | 2946 | 1630 | 1672 | 1630 | 1578 | 1521 | 1469 | 1422 | 10920 | -1,9% | -13,6% | -51,7% |
| Fundo de Coesão | 3000 | 3000 | 3000 | 3000 | 3000 | 3000 | 3000 | 3000 | 21000 | | | |
| Pré-adesão | | 1040 | 1040 | 1040 | 1040 | 1040 | 1040 | 1040 | 7280 | | | |
| Adaptação *** | 3294 | | | | | | | | | | | |
| 3. Políticas Internas | 6836 | 6390 | 6710 | 6880 | 7050 | 7230 | 7410 | 7600 | 49270 | 2,5% | 17,6% | 11,2% |
| 4. Acções Externas | 6870 | 6870 | 7070 | 7250 | 7430 | 7610 | 7790 | 7900 | 51920 | 2,0% | 14,1% | 15,0% |
| Pré-adesão | | 1560 | 1560 | 1560 | 1560 | 1560 | 1560 | 1560 | 10920 | | | |
| 5. Despesas Administrativas | 4723 | 4730 | 4820 | 4910 | 5010 | 5100 | 5200 | 5300 | 35070 | 1,6% | 11,5% | 12,2% |
| 6. Reservas | 1192 | 850 | 850 | 600 | 350 | 350 | 350 | 350 | 3700 | -11,9% | -83,3% | -70,6% |
| Total Autorizações | 103401 | 101530 | 103840 | 104100 | 104170 | 104410 | 104790 | 105230 | 728070 | 0,5% | 3,6% | 1,8% |
| Total Pagamentos | 96380 | 98800 | 101650 | 102930 | 103520 | 103810 | 104170 | 104560 | 719440 | 0,8% | 5,7% | 8,5% |
| Plafond (%) | 1,23% | 1,24% | 1,24% | 1,22% | 1,20% | 1,18% | 1,15% | 1,13% | | | | |
| Margem imprevistos (%) | 0,04% | 0,03% | 0,03% | 0,03% | 0,03% | 0,03% | 0,03% | 0,03% | 0,21% | | | |
| Margem para adesão (%) | | | | 0,02% | 0,04% | 0,06% | 0,09% | 0,11% | 0,32% | | | |
| Límite dos Recursos Próprios | 1,27% | 1,27% | 1,27% | 1,27% | 1,27% | 1,27% | 1,27% | 1,27% | | | | |

* O tecto corresponde à linha directriz agrícola (LDA). ** Este valor baseia-se na proposta da Comissão de 2/1 dos Fundos Estruturais irem para o Obj. I

*** Este valor têm em conta o mecanismo EEA e os ajustamentos da Comissão para a implementação do orçamento de 1999.

FONTE: Relatório das Perspectivas Financeiras da Comissão

EM FOCO



Joaquim Miranda e Honório Novo comentam novo Quadro Financeiro Comunitário

2000, a Comissão apresentou mais recentemente um novo documento, desta feita sobre os recursos próprios comunitários. O documento foi qualificado pelos deputados do PCP como sendo «a todos os títulos inaceitável, quer pelo momento em que é apresentado quer, especialmente, pelo seu conteúdo, pois inquina a já difícil discussão sobre as despesas comunitárias».

No fundo, sob a capa de uma proposta sobre o sistema de receitas comunitárias, a Comissão nada de novo propõe de facto sobre esta matéria e mais não faz do que sugerir uma nova e efectiva redução das despesas. Desta vez, com a renacionalização dos custos da PAC e afectando novamente, e de forma inequívoca, os «países da coesão». O caso português é particularmente preocupante, pois trata-se de um país que tem uma das agriculturas mais débeis e que, apesar disso, tem sido não raras vezes contribuinte líquido neste domínio (Quadro 2).

Apesar de entenderem como «necessário e possível» um debate sério e profundo sobre os recursos próprios comunitários e sobre a comparticipação de cada Estado membro para o orçamento comunitário, os deputados do PCP consideram que tal debate exige a «clarificação prévia» de algumas questões:

«-A solidariedade comunitária deve cumprir-se quer no âmbito das receitas quer no contexto das despesas.

- Os recursos comunitários deverão ser fixados em função dos objectivos a atingir, não podendo admitir-se que, ao invés, os últimos sejam condicionados por uma prévia e restrita definição dos meios financeiros.

- E, fundamentalmente, os aspectos financeiros - que não são o cerne do processo de integração - não podem desligar-se da respectiva contextualização económica e de uma perspectiva de justiça redistributiva e de solidariedade comunitárias.

São, aliás, os próprios Tratados que fixam a coesão económica e social como objectivo prioritário da União Europeia.»

Além disso, frisaram, «uma análise correcta dos custos e benefícios do processo de integração para cada Estado membro não pode resumir-se a uma simples verificação dos respectivos saldos líquidos financeiros. Em nossa opinião, um sistema de recursos próprios progressivo, fundamentalmente baseado na riqueza relativa de cada Estado membro - e, portanto no respec-

to da Comissão e que se afigura subestimado), alguns outros efeitos perniciosos que decorreriam de uma orientação pela qual seria transferido para o âmbito nacional o ónus da co-financiamento das despesas agrícolas (apontando a Comissão para um co-financiamento nacional de 25%, mas havendo já propostas, no PE, que elevam essa comparticipação para os 50%). Dela decorreria, antes de mais, que os Parlamentos nacionais seriam confrontados com a inscrição orçamental obrigatória destas despesas e perderiam, conseqüentemente, competências decisivas que hoje detêm neste contexto, isto apesar de não participarem na definição das políticas correspondentes.

«Por outro lado, e não menos importante, de uma tal renacionalização de custos adviria um inevitável acréscimo das disparidades actuais, em prejuízo das agriculturas mais débeis, já que, em geral, elas correspondem aos Estados membros também com maiores debilidades orçamentais e, portanto, com maiores dificuldades no apoio interno aos respectivos agricultores.»

PAC, Fundo de Coesão e Fundos Estruturais

Posteriormente, os deputados comunistas procederam à análise separada de cada uma das áreas em causa na discussão sobre a Agenda 2000.

No que concerne ao futuro da Política Agrícola Comum foi sublinhado que «as orientações fundamentais não são alteradas em relação ao passado recente, pretendendo-se levar a cabo uma reforma baseada no aprofundamento da de 1992».

Ou seja, uma reforma de que resultará o «aprofundamento de desequilíbrios entre produções, produtores e países, para mais feita num contexto que tem por pano de fundo o alargamento e as futuras negociações da Organização Mundial do Comércio (1999) tendentes a proceder a novas liberalizações do comércio de produtos agrícolas».

Relativamente ao **Fundo de Coesão**, o relatório em discus-

são na sessão plenária do PE «aprova a proposta da Comissão apresentada no quadro da Agenda 2000 relativa à manutenção do Fundo para os países cujo PNB permaneça inferior a 90% da média comunitária, independentemente de pertencerem ou não à UEM. Trata-se de um princípio que sempre defendemos como inquestionável e não passível de qualquer tipo de negociação independentemente da instância comunitária onde esta questão se coloque».

Assim, reforçou-se a ideia de que «a manutenção do Fundo de Coesão para Portugal se limitará a dar seguimento a uma proposta que é juridicamente conforme com as disposições do Tratado da UE» e que, por isso mesmo, «não poderá, em caso algum, constituir contrapartida admissível para cedências noutras áreas - caso dos Fundos Estruturais - ou noutras políticas - caso da política agrícola - e, por maioria de razão, não poderá ser elegida em vitória negociadora do país para, eventualmente, dar cobertura ou esconder reais perdas nessas áreas ou políticas».

Por seu lado, os **Fundos Estruturais** são aqueles que, no fundamental, são atingidos por esta diminuição tão drástica e profunda preconizada pela Comissão.

Neste quadro, «a referência fundamental que deve fazer-se diz respeito ao facto do relatório que o PE discute sustentar de forma directa a proposta da Comissão, e de forma indirecta, a proposta financeira global da CE relativa ao *plafond* de 1,27% do PNB para o período de 2000 a 2006. Esta posição é, pelas razões já apontadas, inaceitável para Portugal já que ela poderá representar uma diminuição de fluxos financeiros no III QCA que poderá atingir muitas centenas de milhões de contos».

Uma luta nacional

Perante este quadro, em que se depara um processo negocial difícil, os deputados do PCP apelaram ao conjunto dos que intervêm em nome do país que o façam com «um redobrado empenhamento». «No que nos respeita, deputados do PCP no Parlamento Europeu, temos procurado seguir atentamente e de forma interveniente todo este processo; e é nossa intenção continuar por este mesmo caminho. Cooperando com todos os que entendam igualmente segui-lo.»

No entanto, a ocasião foi também aproveitada para referir que «nem todos aqueles que poderiam e deveriam agir em defesa dos interesses nacionais o fazem de forma empenhada, continuada e conseqüente».

«Não insistimos já na falta de acompanhamento destas questões por parte de deputados de outras forças políticas e, conseqüentemente, da ausência de cooperação que infelizmente distancia os deputados portugueses de outros da generalidade dos outros países, particularmente numa fase em que, naturalmente, a dinâmica nacional se sobrepõe à dinâmica de famílias políticas.

Mas já não podemos deixar de sublinhar e lamentar a completa inacção do Comissário Deus Pinheiro nesta matéria, cuja actividade global é, de resto e a todos os níveis, uma verdadeira incógnita.

A relevância e acuidade do que presentemente se discute concede, porém, uma particular gravidade política a esse seu comportamento.

Como, especialmente, não podemos deixar de criticar com veemência a ausência de uma estratégia negocial por parte do governo e a sua completa passividade relativamente a estas questões.

Desconhecemos qual o Ministério que efectivamente lidera este processo.

Os contactos com os deputados são reduzidos ao mínimo, apesar de não se desconhecer a influência que o Parlamento Europeu exerce e as competências de que hoje já dispõe.

Não se entende qual ou quais os aliados que escolheu para esta batalha negocial.

Não se lhe conhece uma única proposta ou sequer uma só reacção relativamente aos documentos em apreço ou a alguma das suas partes.

Pior, tememos que se predisponha a aceitar passivamente o tecto de 1,27% das despesas e o co-financiamento da PAC, a limitar as suas tímidas reclamações a um estatuto de transição para a Região de Lisboa e Vale do Tejo e a aguardar o anúncio previsível da manutenção do Fundo de Coesão para vir então, para mero consumo interno, cantar vitória.

O governo do eng.º António Guterres, à semelhança dos que o antecederam, parece assim conformar-se com as poucas migalhas que possam vir a sobrar, sendo certo que mesmo essas estão a ser contabilizadas no presente processo.

Tudo indica, assim e uma vez mais, estarmos em presença de um governo «bem comportado», quando o País bem necessitaria de um governo firme, exigente e com propostas claras.»

Consequências de um Reembolso Parcial (75%) das Ajudas Directas da PAC

Ano 1999, in milhões de Euros e em percentagem do PNB, a preços correntes, antes da correcção para o Reino Unido

| | Financiamento Nacional Quota nos pagamentos directos da PAC * | | | Financiamento do Orçamento da UE, quota no recurso PNB ** | | | Diferença | | |
|-------------|---|---------|---------|---|---------|---------|-----------|---------|---------|
| | MEURO | (%) PNB | Mcontos | MEURO | (%) PNB | Mcontos | MEURO | (%) PNB | Mcontos |
| Bélgica | 77,8 | 0,03 | 15,6 | 208,6 | 0,09 | 41,7 | 130,9 | 0,06 | 26,2 |
| Dinamarca | 201,3 | 0,13 | 40,3 | 138,5 | 0,09 | 27,7 | -62,8 | -0,04 | -12,6 |
| Alemanha | 1057,8 | 0,05 | 211,6 | 1762,0 | 0,09 | 352,4 | 704,43 | 0,04 | 140,9 |
| Grécia | 551,5 | 0,50 | 110,3 | 99,2 | 0,09 | 19,8 | -452,3 | -0,41 | -90,5 |
| Espanha | 993,5 | 0,19 | 198,7 | 463,7 | 0,09 | 92,7 | -529,8 | -0,10 | -106,0 |
| França | 1663,0 | 0,13 | 332,6 | 1184,5 | 0,09 | 236,9 | -478,5 | -0,04 | -95,7 |
| Irlanda | 163,0 | 0,26 | 32,6 | 56,4 | 0,09 | 11,3 | -106,6 | -0,17 | -21,3 |
| Itália | 877,3 | 0,08 | 175,5 | 972,7 | 0,09 | 194,5 | 95,4 | 0,01 | 19,1 |
| Luxemburgo | 3,8 | 0,02 | 0,8 | 14,8 | 0,09 | 3,0 | 11,1 | 0,07 | 2,2 |
| Holanda | 90,3 | 0,03 | 18,1 | 315,9 | 0,09 | 63,2 | 255,6 | 0,06 | 45,1 |
| Áustria | 120,5 | 0,06 | 24,1 | 175,6 | 0,09 | 35,1 | 55,1 | 0,03 | 11,0 |
| Portugal | 106,5 | 0,11 | 21,3 | 87,8 | 0,09 | 17,6 | -18,7 | -0,02 | -3,7 |
| Finlândia | 72,0 | 0,06 | 14,4 | 100,5 | 0,09 | 20,1 | 28,5 | 0,03 | 5,7 |
| Suécia | 134,8 | 0,06 | 27,0 | 191,7 | 0,09 | 38,3 | 56,9 | 0,03 | 11,4 |
| Reino Unido | 854,0 | 0,06 | 170,8 | 1194,8 | 0,09 | 239,0 | 340,8 | 0,03 | 68,2 |
| Total | 6966,8 | 0,09 | 1393,4 | 6966,8 | 0,09 | 1393,4 | 0,0 | 0,00 | 0,0 |

* Determinado de acordo com as projecções de reembolso da PAC por Estado-membro

** Determinado de acordo com a quota da cada Estado-membro no PNB da UE (APO 1999)

A situação na área da saúde

Um desafio do PCP ao Governo

O PCP tem repetidamente alertado para a gravidade da situação existente na área da saúde. Volta agora a apresentar fundamentadas propostas - no domínio das políticas do medicamento, do acesso aos cuidados de saúde, da gestão democrática e do financiamento suficiente do SNS - e anuncia a próxima apresentação na Assembleia da República de um projecto de uma nova Lei de Bases da Saúde, concretizadoras da reforma democrática do SNS que activamente sustenta, cuja realização representará um importante passo em frente na construção de um futuro com mais saúde para todos os portugueses.

1 A situação na área da saúde continua a ser motivo de profunda intranquilidade e insatisfação para a generalidade da população portuguesa.

Persistem dificuldades de acesso em muitos centros de saúde e unidades hospitalares, atrasos no atendimento de utentes, inadmissíveis listas de espera, reflexo de múltiplos problemas entre os quais se destaca a falta de médicos de família, de enfermeiros e de outros técnicos.

Há questões que se prendem com a qualidade e com a humanização da prestação de cuidados de saúde, que não se encontram ainda satisfatoriamente resolvidos em muitas unidades e serviços.

A carestia dos medicamentos, o crescente recurso a meios complementares de diagnóstico e a prestação de cuidados de saúde privados são cada vez mais incomportáveis para muitos portugueses - em 1995 os portugueses já pagavam directamente do seu bolso (para além do que desembolsavam através dos impostos) mais de 40% das despesas de saúde, quando a média da União Europeia era da ordem dos 25%.

2 A interrupção das orientações neoliberais que durante mais de uma década foram concretizadas na área da saúde não deu lugar, na prática do actual Governo, a uma intervenção clara e inequivocamente empenhada com a defesa e a melhoria do Serviço Nacional de Saúde.

Sem dúvida foram apresentadas publicamente orientações e objectivos para concretizar ganhos em saúde para os portugueses e foi confirmado o "papel estratégico essencial do sector prestador do Serviço Nacional de Saúde na configuração do sistema de saúde", aspectos que a Comissão Nacional para as questões da Saúde do PCP avalia de forma positiva.

Mas a situação no terreno, em muitos hospitais e centros de saúde, tarda em registar progressos.

A equipa responsável pelo Ministério da Saúde evidencia claras dificuldades em levar à prática as orientações que definiu, em separar o público e o privado, e em afrontar a voracidade dos grandes interesses que disputam e absorvem o grosso dos recursos públicos disponibilizados para o sector - desde as multinacionais dos medicamentos e dos equipamentos, à área das convenções, aos grupos económicos empenhados na privatização de saúde, aos grandes construtores civis.

3 Nos últimos meses tem-se assistido a uma acrescida movimentação por parte desses grandes interesses.

Essa dinâmica, que radica em fortes grupos de pressão de orientação neoliberal existentes dentro do próprio PS e nos partidos da direita, procura explorar as dificuldades e os compromissos contraditórios assumidos pelo Ministério da Saúde, por forma a serem mantidas intocadas práticas de parasitagem do sector público por interesses privados, e a serem retomados os planos de destruição do SNS e da sua transformação num sistema mínimo e assistencialista para a população pobre.

Constitui por tudo isso uma incontornável exigência a clarificação por parte do Governo e dos órgãos dirigentes do PS de qual é a sua verdadeira posição política: se apoiam a destruição do SNS e a entrega da prestação de cuidados de saúde aos interesses privados, ou se sustentam a regeneração do Serviço Nacional de Saúde como instrumento fundamental da concretização do direito à saúde dos portugueses.

Esta exigência sustenta o desafio que o PCP dirige ao Governo para a urgente concretização de importantes orientações e medidas, na área da saúde, designadamente na área do medicamento, do acesso aos cuidados de saúde, da gestão democrática e do financiamento suficiente do Serviço Nacional de Saúde, cuja adopção permitiria uma rápida e efectiva melhoria da prestação de cuidados de saúde, num quadro de redução de custos e de muito melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Política do medicamento

Portugal é um país que se encontra particularmente vulnerável face aos interesses das multinacionais produtoras de medicamentos, as quais determinam em larga medida o perfil de receituário dos serviços, verificando-se um largo consumo de medicamentos desnecessários, ineficazes e dispendiosos.

É conhecido como o sistema actual de comparticipação de medicamentos e a forma como são prescritos favorecem os medicamentos mais caros.

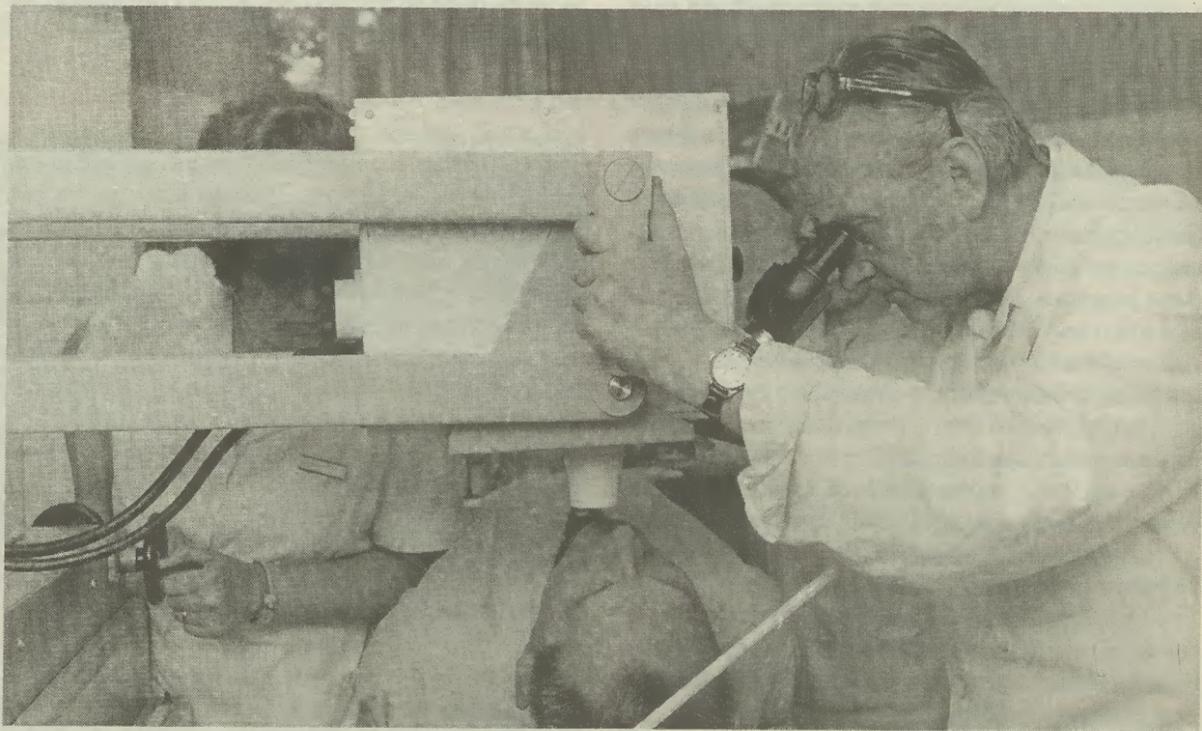
Os utentes e o orçamento do SNS são assim penalizados à custa do favorecimento ilegítimo dos interesses económicos do sector dos medicamentos.

As vantagens que advirão para o orça-

condições para aumentar o valor da comparticipação do Estado nos medicamentos essenciais.

Política de acesso aos cuidados de saúde

Os atrasos no atendimento dos utentes do SNS e a existência de situações em que foram excedidos os tempos clinicamente aceitáveis



mento público da saúde e para os utentes, da prescrição médica em todo o SNS passar a fazer-se por substância activa, nome genérico ou denominação comum internacional, e dela ser acompanhada pelo desenvolvimento do mercado de genéricos e pelo desenvolvimento de funções de farmácia no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, são da ordem das dezenas de milhões de contos por ano.

Observe-se que o preço dos medicamentos genéricos é normalmente 20 a 30% mais baixo que os correspondentes de marca e que nos próximos três anos grande parte dos medicamentos com cotas significativas do mercado terão as patentes caducadas, o que aumenta a qualidade de genéricos que poderão ser utilizados.

O interesse nacional e os interesses dos próprios utentes impõem irrecusavelmente, e por isso o PCP reclama, entre outras medidas, que:

1. Passem a ser dispensados gratuitamente aos utentes do SNS os medicamentos que lhes sejam prescritos nos hospitais e centros de saúde que pertençam ao conjunto de medicamentos cuja comparticipação financeira sai mais cara ao Estado do que a sua distribuição gratuita.

2. A prescrição de medicamentos comparticipáveis pelo SNS passe a ser efectuada com indicação da substância activa, nome genérico ou denominação comum internacional, seguida de dosagem e forma farmacêutica.

3. Seja implantado um formulário nacional de medicamentos que tenha em conta o balanço entre o custo e o benefício terapêutico dos fármacos nele incluídos.

4. Enquanto o formulário nacional de medicamentos não entrar em vigor, sejam adoptados os seguintes procedimentos:

- caso o médico deseje optar pela marca comercial de um determinado laboratório, isso deve ser expresso depois da indicação da substância activa, dosagem e forma farmacêutica;

- se essa marca comercial não for a de preço mais baixo o farmacêutico terá de informar o utente qual o medicamento comparticipável com igual composição quantitativa e qualitativa e com preço mais baixo, de modo a que o utente possa fazer a sua opção de compra de forma esclarecida.

5. Seja promovida activamente a utilização dos medicamentos genéricos, devidamente certificados, de acordo com as normas de patentes vigentes internacionalmente.

6. Sejam desenvolvidas estruturas a nível das farmácias dos hospitais de modo a permitir o fornecimento de medicamentos aos utentes que acedem às urgências e consultas externas.

7. Seja alterado o sistema de comparticipação de medicamentos com a eliminação dos medicamentos que tenham uma eficácia terapêutica discutível e preços relativamente excessivos, criando assim

(listas de espera) constitui uma realidade absolutamente inadmissível que sucessivos governos não enfrentaram nem quiseram resolver.

Assumir que este problema é solucionável e mobilizar todos os recursos necessários - e em primeiro lugar os existentes no próprio SNS - para a eliminação permanente das listas de espera, constitui uma verdadeira prioridade na área da saúde.

O interesse nacional e os interesses dos próprios utentes impõem irrecusavelmente e por isso o PCP reclama a adopção de um Programa Especial de Acesso aos Cuidados de Saúde que assegure que a prestação de cuidados de saúde pelo SNS seja feita em tempo útil.

Este programa deve comportar medidas tais como:

1. Realização regular de um recenseamento rigoroso dos utentes em listas de espera.

2. Avaliação e mobilização da capacidade instalada do SNS em recursos humanos, infra-estruturas e equipamentos e sua mobilização para a resolução sustentada do problema das listas de espera, mediante acordos entre as Agências das Administrações Regionais de Saúde e as instituições do SNS que estabeleçam as medidas organizativas e de apoio indispensáveis. O recurso a meios externos ao SNS só deverá ter lugar em situações de insuficiência ou esgotamento da capacidade instalada.

3. Atribuição ao Programa Especial de Acesso aos Cuidados de Saúde de uma dotação orçamental adicional e própria.

4. Apresentação pública anual, pelo Governo, do ponto da situação e de um balanço dos progressos realizados neste domínio.

Política de gestão democrática e de financiamento suficiente

O decreto-lei de Cavaco Silva que impôs a governamentalização da gestão hospitalar bem como a perspectiva neoliberal que inspirou a Lei de Bases e o Estatuto do SNS, configuram um enquadramento legislativo oposto a uma política que assegure o direito à protecção da saúde tal como está constitucionalmente consagrado.

A desgovernamentalização do SNS e a substituição progressiva dos mecanismos de comando burocrático administrativo por processos de autonomia e de auto-regulação democrática - naturalmente subordinados aos objectivos da política nacional de saúde - em que se articulem os poderes da tutela, das comunidades de base territorial servidas pelos serviços, e dos profissionais de saúde, constituem eixos estratégicos da reforma democrática do SNS que o PCP há muito sustenta.

O mito da segurança

■ Zillah Branco

Graças ao interesse da imprensa vamos conhecendo as fragilidades do sistema de segurança no Brasil e no mundo para além do simples assalto que vemos todos os dias atingindo familiares, amigos e vizinhos. Altamente sensacionalista, o crime alimenta os meios de comunicação que enriquecem as suas empresas mas, por outro lado, cumprem a função de informar as habituais vítimas que não contam com os poderes públicos para conhecerem a realidade nacional.

A população acompanha o noticiário dia a dia como se fosse um romance policial onde o detective particular sempre sabe (e revela o que convém) mais do que a instituição oficial de segurança. Assim, começaram as punições de policiais militares responsáveis por chacinas que antes eram perdoados, foram apontados criminosos pertencentes à elite que não consegue mais resolver os problemas com dinheiro ou prestígio, descobriram as ossadas de vítimas da ditadura, conhecemos as caras e as histórias de meninos ricos que se divertem queimando mendigos ou colegas de escola e, também, a de juízes que tudo perdoam aos seus companheiros de classe social. Não quer dizer que a justiça se cumpra até o fim. Se a notícia sair do ar, pode ficar arquivada (como ficaram mais de mil ossadas de vítimas da ditadura no Brasil).

Com algum atraso ficamos sabendo que até o Presidente do Brasil teve o seu telefone vigiado durante a preparação da privatização da TELERJ (empresa telefónica do Rio de Janeiro). Não se sabe se a divulgação foi feita com intuítos políticos ou de mera venda de informação, produto altamente remunerado. O facto é que não existe segurança de espécie nenhuma, nem mesmo para o mais alto poder nacional constituído. Então chamam os responsáveis pela segurança do Presidente para fazer a investigação. Mas, se antes não foram capazes de cumprir a função, serão agora?

O ministro das telecomunicações diz tratar-se de uma quadrilha de espíões da área industrial que agiu a partir da própria TELERJ. Deduz-se que a segurança (que é militar) do Presidente da República ainda não atingiu a moderna tecnologia e só vê bandido que entra mascarado pela porta dando tiro. Será?...

O que bandido não grava das conversas oficiais são as propostas de aumento salarial (de 8 mil reais para 12.700), que serão feitos em sintonia com os cortes de orçamento em 1999, para que até o Presidente da República receba tanto como foi estabelecido para o tecto da função pública (não esquecer que entre o tecto e o chão, onde está a maioria dos trabalhadores, há uma diferença de 98 vezes).

Fechados com os bandidos

Com as modernas tecnologias a vida foi sendo de tal maneira complicada, inventaram tantas formas de protecção passíveis de arrombamento, que a maior segurança hoje só tem aquele que não atrai a cobiça alheia, ou seja, quem nada tem e nada pode. Basta ver as notícias de assaltos e crimes cometidos dentro de condomínios habitacionais cercados por muros e policia privada.

Bairros de luxo tornaram-se favelas de ricos onde mandam as gangues infiltradas nos vários serviços contratados (um séquito de empregadas domésticas e de manutenção de jardins e infra-estruturas urbanas) e ligadas pelo consumo da droga aos próprios filhos dos proprietários. E os donos das casas ricas estão mais desprotegidos que os das favelas pobres pois, com a vida ocupada em funções sociais e com o hábito de delegarem as suas funções a pessoal contratado (de empregada doméstica a psicólogos), não conhecem ninguém nem os próprios filhos quanto mais os vizinhos e os empregados.

Defendem as grandes mansões com muros altos, portões de ferro que abrem e fecham com controle remoto (que nem sempre funciona), cães ferozes de raças proibidas nos países desenvolvidos (que na semana passada mataram uma empregada em São Paulo), mandam os filhos às escolas de carro com o motorista que depois os leva ao psicólogo para resolver os problemas de falta de diálogo familiar, compram todos os mecanismos de comunicação para que os de casa não precisem frequentar a sociedade cheia de pobres (e

recebem via televisão ou *Internet* o maior lixo mental já produzido) e, como não podia de ser, contratam os bandidos sem se aperceberem.

O único sector que cria postos de trabalho em São Paulo, quando o desemprego cresce rapidamente, é o policial tanto militar como privado. O Governo constrói mais e mais penitenciárias, a policia prende mais e mais criminosos, o desemprego produz mais e mais marginais, a elite ganha mais e mais dinheiro e inventa milhentas formas de protecção inúteis.

A Internet é transparente

Quem utiliza a Internet sabe que não há protecção que valha. Os programas de segurança são imediatamente invadidos pelos *racker* e, quem estava sossegado enviando informações secretas, de um momento para outro fica nu diante do espião. Numa entrevista da TV Globo com três *racker* norte-americanos que hoje dão assessoria *anti-racker* aos clientes que ainda acreditam ser possível haver segurança, ficou claro que qualquer sistema falha. Eles, mestres em programas electrónicos, nem usam cartões de crédito com medo de serem roubados por um "colega".

Um meu amigo estava tranquilo porque o cartão de crédito dele tem a fotografia, o que *teoricamente* impossibilita a fraude. Qual não foi a sua surpresa ao receber uma conta de 6 mil dólares feita nos Estados Unidos quando ele estava com o seu cartão em São Paulo. Outro caso: eu mesma verifiquei que não chegavam as mensagens que me eram enviadas da Europa e reclamei ao meu contacto da Internet. Constataram que havia um problema e as informações para mim estavam *engasgadas* na central. Recebi-as todas depois, com o nome do técnico intermediário. Será que ele

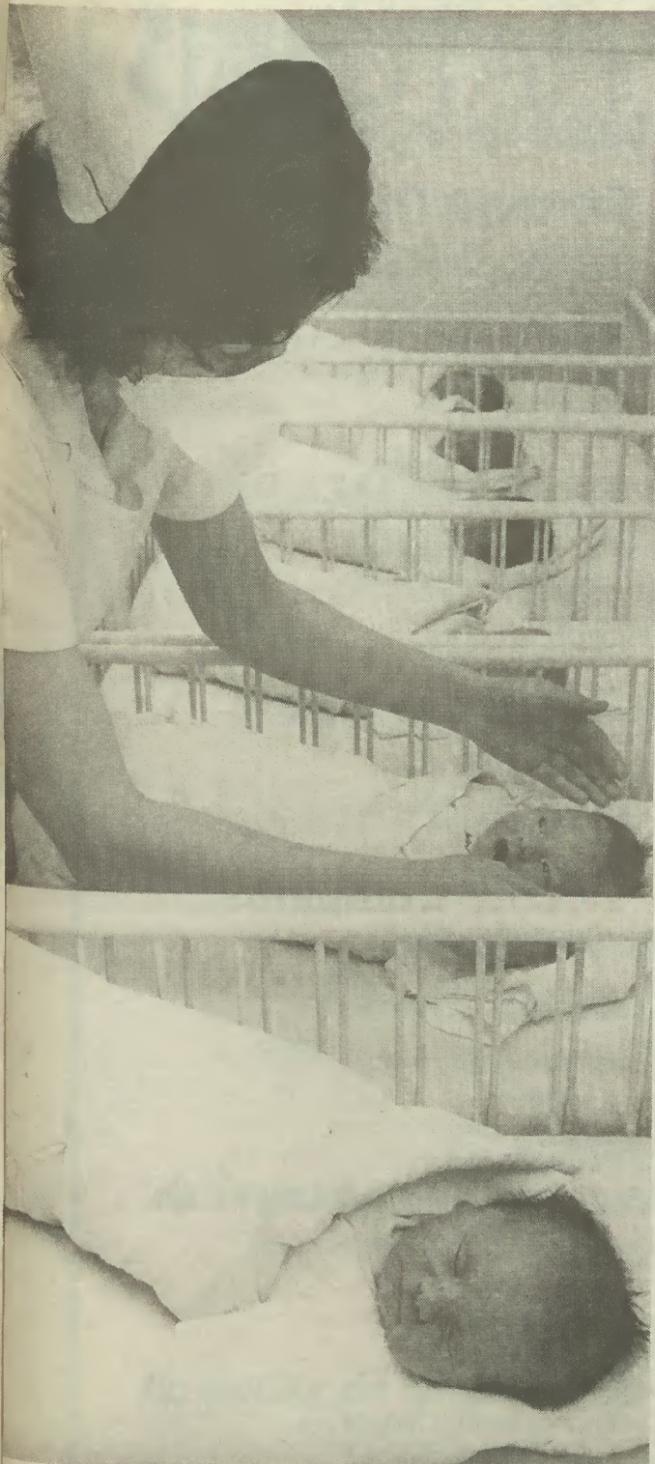


só tem acesso quando o cliente reclama do problema? O Pai Natal existe? Não tenho qualquer dúvida, o correio electrónico é uma carta aberta, por mais chaves que apareçam.

Conhecemos o quê?

Quando sabemos que o poder, tanto económico como de mando e desmando, está enfiado nas mãos de uns poucos, que as três maiores fortunas do mundo têm mais que a soma dos produtos internos brutos de 48 países pobres, que um dos grandes ricos monopoliza a estrutura da Internet, que a informação é hoje o mais importante mecanismo de poder, que qualquer menino que saiba usar o computador é capaz de invadir até os programas de defesa do Pentágono (como ocorreu com um dos *racker*) ou comandar o circuito interno de um prédio *inteligente* (como também aconteceu no Brasil), que já há empresas de assessoria *racker* que tanto podem prestar serviços a universidades, bancos, comércio e indústrias, como a formadores de redes criminosas, quando vemos que a investigação científica vai sendo cada vez mais condicionada ao domínio de uma elite imperialista e a um comércio perverso, e que estamos sujeitos a comprar remédios falsificados e produtos alimentares contaminados, e que doentes pobres morrem em hospitais que não avisam a família e mandam os corpos para as universidades (como ocorreu no Rio de Janeiro em mais de 40 casos registados), constatamos que nada sabemos do que nos cerca.

Quem não quiser preocupar-se com a segurança deve evitar tudo o que possa atrair o interesse alheio, apenas cobrir a nudez por causa do perigo das *relações impróprias* que acontecem até na Casa Branca. Clandestino mesmo só o mais miserável homem do povo, o esquecido da sorte e das instituições.



De acordo com esta perspectiva geral o PCP sustenta a necessidade da urgente adopção de princípios de administração e gestão democrática do SNS, designadamente ao nível dos centros de saúde, dos hospitais e dos sistemas locais de saúde. E sustenta a necessidade de uma política de financiamento suficiente baseado em princípios de equidade.

Entre as orientações e medidas concretizadoras que são defendidas referem-se, nomeadamente:

1. A adopção do concurso como método de selecção dos membros dos conselhos de administração dos hospitais e das direcções dos centros de saúde. A base do concurso é o caderno de encargos elaborado pela Administração Regional de Saúde. E o júri de avaliação das candidaturas deverá possuir uma composição idónea e diversificada.

2. A constituição em cada hospital e em cada centro de saúde de um Conselho consultivo, constituído por representantes de associações de utentes e de organizações sindicais, bem como por representantes, respectivamente, das assembleias municipais e das assembleias de freguesia das suas áreas de influência, e dotado de amplas atribuições.

3. A definição da qualidade dos serviços de saúde como um objectivo de desenvolvimento contínuo, a ser avaliada sistematicamente pela respectiva Comissão de Avaliação, e devendo incidir sobre as funções e objectivos definidos para cada instituição, serviço ou centro de responsabilidade.

4. O desenvolvimento de uma política de estímulos aos serviços e aos profissionais do SNS, tendo como objectivo a prestação de cuidados de saúde com melhor qualidade e com maior eficácia.

5. A consagração legal de princípios e critérios do financiamento público do SNS. Nomeadamente: que o SNS é financiado pelo Orçamento do Estado, de acordo com o crescimento da riqueza nacional, e de forma a garantir a prestação de cuidados de saúde de qualidade; que a atribuição anual a cada Administração Regional de Saúde das verbas necessárias à prestação de cuidados de saúde à população residente em cada região, deve ter como base critérios socioeconómicos, demográficos e sanitários, as necessidades e os recursos existentes, e visar objectivos de equidade social; que a atribuição de financiamento às entidades prestadoras de cuidados de saúde deve ter como base orçamentos-programa contratualizados pelas Agências de cada Administração Regional de Saúde.

6. A definição de que a prestação de cuidados de saúde no SNS assenta no pressuposto do aproveitamento integral da capacidade instalada da sua rede de serviços e de que o recurso a meios externos só pode ter lugar em situações de insuficiência ou esgotamento da capacidade instalada e com custos que não sejam superiores aos constantes das tabelas do SNS.

UNITA: o banditismo à solta

A pretexto de estar a fazer «reparações» na pista do aeródromo de Andulo, uma das suas «praças-fortes» no Planalto Central angolano, a UNITA suspendeu a retirada do pessoal e material das Nações Unidas que se encontram na localidade. Os voos que estavam a ser realizados para retirar os representantes da ONU foram interrompidos pela proibição da UNITA a partir de sexta-feira passada. O mesmo se passa com os representantes da ONU estacionados no Bailundo, a outra «praça-forte» do grupo de Jonas Savimbi, que estão igualmente impedidos de se retirar sob o mesmo pretexto de «reparações» no aeródromo local. A justificação chega a ser insolente, de tão primária, pois ninguém pode aceitar que duas pistas que estavam em pleno funcionamento tivessem «adoecido» subitamente e em simultâneo. O que a UNITA executou, desta vez, foi nem mais nem menos que o sequestro de todo o pessoal da ONU presente nas localidades onde tem as suas bases militares, usando-os como reféns e escudos humanos para uma eventual ofensiva das Forças Armadas angolanas.

PONTOS CARDEAIS

O banditismo à solta que o bando de Jonas Savimbi nunca deixou de implementar em Angola já entrou no desvario completo. Aguarda-se a reacção da comunidade internacional a mais esta intolerável agressão da UNITA.

A Indonésia, o futebol e o escândalo

Exactamente quando vieram a público notícias de mais atrocidades cometidas pelo regime indonésio contra Timor-Leste, nomeadamente o de ter enterrado vivos centenas de jovens timorenses na sequência do massacre de Santa Cruz, o Instituto Nacional de Estatística revela que Portugal comprou à Indonésia, só entre Janeiro e Junho deste ano, produtos de valor superior a 4,3 milhões de contos, tendo vendido em igual período 99,2 mil contos de produtos portugueses ao país de Suharto e Habibi. A gente lê isto e não percebe. Afinal, isto é mesmo uma república das bananas? Decreta-se um embargo comercial, pondo nisso o peso e a razão do Estado, e no meio disto entram

alegremente no país mais de quatro milhões de contos de produtos indonésios? O que é feito da vigilância de fronteiras, da fiscalização das importações, do Estado de direito? Como é possível um escândalo destes? Mas o escândalo não se fica por aqui. Concluiu-se, também, que a própria selecção nacional de futebol andou já este ano a vestir roupas desportivas fornecidas pela Nike e feitas na Indonésia, chegando-se ao cúmulo de, internamente, nos serviços da Federação Portuguesa de Futebol, se ter procedido ao arranque clandestino das etiquetas denunciadoras da proveniência do produto, acabando tudo numa manhosa responsabilização duma «funcionária» - logo diligentemente despedida - e um soberano encolher de ombros do próprio presidente da Federação, senhor Gilberto Madaíl, alijando responsabilidades, esquivando-se atrás de um pedido de desculpas da Nike pelo «engano» no fornecimento de produtos de origem indonésia a que está contratualmente obrigada a não fornecer a Portugal e afirmando, até, que «os jogadores podem usar as botas que quiserem, mesmo

quando estão ao serviço da selecção nacional». Esquece o senhor Madaíl que a questão não está no que os jogadores gostam, ou não, de vestir, mas no que os responsáveis pela Federação Portuguesa de Futebol lhes dá a vestir. O problema não reside numa questão de gosto mas de responsabilidade e, essa, é toda da Federação Portuguesa de Futebol. Acresce que os jogadores portugueses, como expressamente o afirmaram, recusam indignadamente utilizar tais produtos. Uma indignação que não parece contagiar o senhor Gilberto Madaíl...

As dívidas da JAE...

As dívidas da Junta Autónoma de Estradas (JAE) às empresas de construção civil já totalizam 30 milhões de contos, a que há a somar mais oito milhões de contos em dívida no âmbito das obras executadas na EXPO. Estas estimativas são da Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas, enquanto as obras públicas contratadas pela JAE estão paralisadas, devido ao inquerito em curso. Não há dúvida que a Junta Autónoma de Estradas se está a transformar num desastre pegado...

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Do meu Diário

Espártaco

Frequentei as aulas de Espártaco.

Aí tive as primeiras noções de liberdade. Com Espártaco cheguei ao princípio de mim.

Hoje, milhões de camiões cobrem em vão de areia teu nome, professor. Resistes à reforma antecipada tu sabes bem como há ainda um longo caminho a percorrer.

Quantos de nós ainda estão por amanhecer?

Vicente Campinas

Morreu.

Soube-o só pelo Avante.

Silenciadas as televisões como se nada tivesse acontecido.

Para elas com efeito não aconteceu absolutamente nada.

Nada.

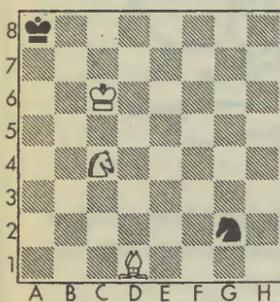
Que mor nobreza hoje há do que morrer anónimo?

XADREZ

DCLXXXIII - 19 DE NOVEMBRO DE 1998
PROPOSIÇÃO N.º 1998X46

Por: R. Bianchetti
- 1925

Pr.: [2]: Cg2 - Ra8
Br.: [3]: Cc4 - Bd1 - Rc6



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1998X46 [R. B.]
1. Cb6+, Rb8; 2. Cd5, Cé1; 3. Bc2, Cc2; 4. Rc5, Ca3; 5. Bd3, -, 6. Rb4 e g. 3. ... Cg2; 4. Bf3, Ch4; 5. Bc4, -, 6. Rd6 e g.

A. de M. M.

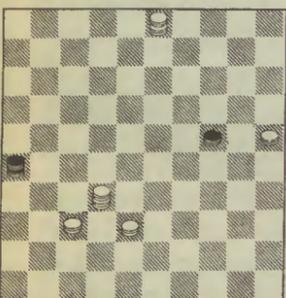
DAMAS

DCLXXXIII - 19 DE NOVEMBRO DE 1998
PROPOSIÇÃO N.º 1998D46

Por: H. Dentrout

In "Strategie der Honderd Velden" [NL]

Pr.: [2]: 6-(21)
Br.: [5]: 16-22-27-28-(35)



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1998D46 [H.D.]

1. 3-20; 2. (26x29)*; 3. 32x19; 4. 25x14 + 3. 19-24; 5. 22x29; 6. 25x14 + 3. 19-24; 7. 22x29; 8. 25x14 + 3. 19-24; 9. 22x29; 10. 25x14 + 3. 19-24; 11. 22x29; 12. 25x14 + 3. 19-24; 13. 22x29; 14. 25x14 + 3. 19-24; 15. 22x29; 16. 25x14 + 3. 19-24; 17. 22x29; 18. 25x14 + 3. 19-24; 19. 22x29; 20. 25x14 + 3. 19-24; 21. 22x29; 22. 25x14 + 3. 19-24; 23. 22x29; 24. 25x14 + 3. 19-24; 25. 22x29; 26. 25x14 + 3. 19-24; 27. 22x29; 28. 25x14 + 3. 19-24; 29. 22x29; 30. 25x14 + 3. 19-24; 31. 22x29; 32. 25x14 + 3. 19-24; 33. 22x29; 34. 25x14 + 3. 19-24; 35. 22x29; 36. 25x14 + 3. 19-24; 37. 22x29; 38. 25x14 + 3. 19-24; 39. 22x29; 40. 25x14 + 3. 19-24; 41. 22x29; 42. 25x14 + 3. 19-24; 43. 22x29; 44. 25x14 + 3. 19-24; 45. 22x29; 46. 25x14 + 3. 19-24; 47. 22x29; 48. 25x14 + 3. 19-24; 49. 22x29; 50. 25x14 + 3. 19-24; 51. 22x29; 52. 25x14 + 3. 19-24; 53. 22x29; 54. 25x14 + 3. 19-24; 55. 22x29; 56. 25x14 + 3. 19-24; 57. 22x29; 58. 25x14 + 3. 19-24; 59. 22x29; 60. 25x14 + 3. 19-24; 61. 22x29; 62. 25x14 + 3. 19-24; 63. 22x29; 64. 25x14 + 3. 19-24; 65. 22x29; 66. 25x14 + 3. 19-24; 67. 22x29; 68. 25x14 + 3. 19-24; 69. 22x29; 70. 25x14 + 3. 19-24; 71. 22x29; 72. 25x14 + 3. 19-24; 73. 22x29; 74. 25x14 + 3. 19-24; 75. 22x29; 76. 25x14 + 3. 19-24; 77. 22x29; 78. 25x14 + 3. 19-24; 79. 22x29; 80. 25x14 + 3. 19-24; 81. 22x29; 82. 25x14 + 3. 19-24; 83. 22x29; 84. 25x14 + 3. 19-24; 85. 22x29; 86. 25x14 + 3. 19-24; 87. 22x29; 88. 25x14 + 3. 19-24; 89. 22x29; 90. 25x14 + 3. 19-24; 91. 22x29; 92. 25x14 + 3. 19-24; 93. 22x29; 94. 25x14 + 3. 19-24; 95. 22x29; 96. 25x14 + 3. 19-24; 97. 22x29; 98. 25x14 + 3. 19-24; 99. 22x29; 100. 25x14 + 3. 19-24; 101. 22x29; 102. 25x14 + 3. 19-24; 103. 22x29; 104. 25x14 + 3. 19-24; 105. 22x29; 106. 25x14 + 3. 19-24; 107. 22x29; 108. 25x14 + 3. 19-24; 109. 22x29; 110. 25x14 + 3. 19-24; 111. 22x29; 112. 25x14 + 3. 19-24; 113. 22x29; 114. 25x14 + 3. 19-24; 115. 22x29; 116. 25x14 + 3. 19-24; 117. 22x29; 118. 25x14 + 3. 19-24; 119. 22x29; 120. 25x14 + 3. 19-24; 121. 22x29; 122. 25x14 + 3. 19-24; 123. 22x29; 124. 25x14 + 3. 19-24; 125. 22x29; 126. 25x14 + 3. 19-24; 127. 22x29; 128. 25x14 + 3. 19-24; 129. 22x29; 130. 25x14 + 3. 19-24; 131. 22x29; 132. 25x14 + 3. 19-24; 133. 22x29; 134. 25x14 + 3. 19-24; 135. 22x29; 136. 25x14 + 3. 19-24; 137. 22x29; 138. 25x14 + 3. 19-24; 139. 22x29; 140. 25x14 + 3. 19-24; 141. 22x29; 142. 25x14 + 3. 19-24; 143. 22x29; 144. 25x14 + 3. 19-24; 145. 22x29; 146. 25x14 + 3. 19-24; 147. 22x29; 148. 25x14 + 3. 19-24; 149. 22x29; 150. 25x14 + 3. 19-24; 151. 22x29; 152. 25x14 + 3. 19-24; 153. 22x29; 154. 25x14 + 3. 19-24; 155. 22x29; 156. 25x14 + 3. 19-24; 157. 22x29; 158. 25x14 + 3. 19-24; 159. 22x29; 160. 25x14 + 3. 19-24; 161. 22x29; 162. 25x14 + 3. 19-24; 163. 22x29; 164. 25x14 + 3. 19-24; 165. 22x29; 166. 25x14 + 3. 19-24; 167. 22x29; 168. 25x14 + 3. 19-24; 169. 22x29; 170. 25x14 + 3. 19-24; 171. 22x29; 172. 25x14 + 3. 19-24; 173. 22x29; 174. 25x14 + 3. 19-24; 175. 22x29; 176. 25x14 + 3. 19-24; 177. 22x29; 178. 25x14 + 3. 19-24; 179. 22x29; 180. 25x14 + 3. 19-24; 181. 22x29; 182. 25x14 + 3. 19-24; 183. 22x29; 184. 25x14 + 3. 19-24; 185. 22x29; 186. 25x14 + 3. 19-24; 187. 22x29; 188. 25x14 + 3. 19-24; 189. 22x29; 190. 25x14 + 3. 19-24; 191. 22x29; 192. 25x14 + 3. 19-24; 193. 22x29; 194. 25x14 + 3. 19-24; 195. 22x29; 196. 25x14 + 3. 19-24; 197. 22x29; 198. 25x14 + 3. 19-24; 199. 22x29; 200. 25x14 + 3. 19-24; 201. 22x29; 202. 25x14 + 3. 19-24; 203. 22x29; 204. 25x14 + 3. 19-24; 205. 22x29; 206. 25x14 + 3. 19-24; 207. 22x29; 208. 25x14 + 3. 19-24; 209. 22x29; 210. 25x14 + 3. 19-24; 211. 22x29; 212. 25x14 + 3. 19-24; 213. 22x29; 214. 25x14 + 3. 19-24; 215. 22x29; 216. 25x14 + 3. 19-24; 217. 22x29; 218. 25x14 + 3. 19-24; 219. 22x29; 220. 25x14 + 3. 19-24; 221. 22x29; 222. 25x14 + 3. 19-24; 223. 22x29; 224. 25x14 + 3. 19-24; 225. 22x29; 226. 25x14 + 3. 19-24; 227. 22x29; 228. 25x14 + 3. 19-24; 229. 22x29; 230. 25x14 + 3. 19-24; 231. 22x29; 232. 25x14 + 3. 19-24; 233. 22x29; 234. 25x14 + 3. 19-24; 235. 22x29; 236. 25x14 + 3. 19-24; 237. 22x29; 238. 25x14 + 3. 19-24; 239. 22x29; 240. 25x14 + 3. 19-24; 241. 22x29; 242. 25x14 + 3. 19-24; 243. 22x29; 244. 25x14 + 3. 19-24; 245. 22x29; 246. 25x14 + 3. 19-24; 247. 22x29; 248. 25x14 + 3. 19-24; 249. 22x29; 250. 25x14 + 3. 19-24; 251. 22x29; 252. 25x14 + 3. 19-24; 253. 22x29; 254. 25x14 + 3. 19-24; 255. 22x29; 256. 25x14 + 3. 19-24; 257. 22x29; 258. 25x14 + 3. 19-24; 259. 22x29; 260. 25x14 + 3. 19-24; 261. 22x29; 262. 25x14 + 3. 19-24; 263. 22x29; 264. 25x14 + 3. 19-24; 265. 22x29; 266. 25x14 + 3. 19-24; 267. 22x29; 268. 25x14 + 3. 19-24; 269. 22x29; 270. 25x14 + 3. 19-24; 271. 22x29; 272. 25x14 + 3. 19-24; 273. 22x29; 274. 25x14 + 3. 19-24; 275. 22x29; 276. 25x14 + 3. 19-24; 277. 22x29; 278. 25x14 + 3. 19-24; 279. 22x29; 280. 25x14 + 3. 19-24; 281. 22x29; 282. 25x14 + 3. 19-24; 283. 22x29; 284. 25x14 + 3. 19-24; 285. 22x29; 286. 25x14 + 3. 19-24; 287. 22x29; 288. 25x14 + 3. 19-24; 289. 22x29; 290. 25x14 + 3. 19-24; 291. 22x29; 292. 25x14 + 3. 19-24; 293. 22x29; 294. 25x14 + 3. 19-24; 295. 22x29; 296. 25x14 + 3. 19-24; 297. 22x29; 298. 25x14 + 3. 19-24; 299. 22x29; 300. 25x14 + 3. 19-24; 301. 22x29; 302. 25x14 + 3. 19-24; 303. 22x29; 304. 25x14 + 3. 19-24; 305. 22x29; 306. 25x14 + 3. 19-24; 307. 22x29; 308. 25x14 + 3. 19-24; 309. 22x29; 310. 25x14 + 3. 19-24; 311. 22x29; 312. 25x14 + 3. 19-24; 313. 22x29; 314. 25x14 + 3. 19-24; 315. 22x29; 316. 25x14 + 3. 19-24; 317. 22x29; 318. 25x14 + 3. 19-24; 319. 22x29; 320. 25x14 + 3. 19-24; 321. 22x29; 322. 25x14 + 3. 19-24; 323. 22x29; 324. 25x14 + 3. 19-24; 325. 22x29; 326. 25x14 + 3. 19-24; 327. 22x29; 328. 25x14 + 3. 19-24; 329. 22x29; 330. 25x14 + 3. 19-24; 331. 22x29; 332. 25x14 + 3. 19-24; 333. 22x29; 334. 25x14 + 3. 19-24; 335. 22x29; 336. 25x14 + 3. 19-24; 337. 22x29; 338. 25x14 + 3. 19-24; 339. 22x29; 340. 25x14 + 3. 19-24; 341. 22x29; 342. 25x14 + 3. 19-24; 343. 22x29; 344. 25x14 + 3. 19-24; 345. 22x29; 346. 25x14 + 3. 19-24; 347. 22x29; 348. 25x14 + 3. 19-24; 349. 22x29; 350. 25x14 + 3. 19-24; 351. 22x29; 352. 25x14 + 3. 19-24; 353. 22x29; 354. 25x14 + 3. 19-24; 355. 22x29; 356. 25x14 + 3. 19-24; 357. 22x29; 358. 25x14 + 3. 19-24; 359. 22x29; 360. 25x14 + 3. 19-24; 361. 22x29; 362. 25x14 + 3. 19-24; 363. 22x29; 364. 25x14 + 3. 19-24; 365. 22x29; 366. 25x14 + 3. 19-24; 367. 22x29; 368. 25x14 + 3. 19-24; 369. 22x29; 370. 25x14 + 3. 19-24; 371. 22x29; 372. 25x14 + 3. 19-24; 373. 22x29; 374. 25x14 + 3. 19-24; 375. 22x29; 376. 25x14 + 3. 19-24; 377. 22x29; 378. 25x14 + 3. 19-24; 379. 22x29; 380. 25x14 + 3. 19-24; 381. 22x29; 382. 25x14 + 3. 19-24; 383. 22x29; 384. 25x14 + 3. 19-24; 385. 22x29; 386. 25x14 + 3. 19-24; 387. 22x29; 388. 25x14 + 3. 19-24; 389. 22x29; 390. 25x14 + 3. 19-24; 391. 22x29; 392. 25x14 + 3. 19-24; 393. 22x29; 394. 25x14 + 3. 19-24; 395. 22x29; 396. 25x14 + 3. 19-24; 397. 22x29; 398. 25x14 + 3. 19-24; 399. 22x29; 400. 25x14 + 3. 19-24; 401. 22x29; 402. 25x14 + 3. 19-24; 403. 22x29; 404. 25x14 + 3. 19-24; 405. 22x29; 406. 25x14 + 3. 19-24; 407. 22x29; 408. 25x14 + 3. 19-24; 409. 22x29; 410. 25x14 + 3. 19-24; 411. 22x29; 412. 25x14 + 3. 19-24; 413. 22x29; 414. 25x14 + 3. 19-24; 415. 22x29; 416. 25x14 + 3. 19-24; 417. 22x29; 418. 25x14 + 3. 19-24; 419. 22x29; 420. 25x14 + 3. 19-24; 421. 22x29; 422. 25x14 + 3. 19-24; 423. 22x29; 424. 25x14 + 3. 19-24; 425. 22x29; 426. 25x14 + 3. 19-24; 427. 22x29; 428. 25x14 + 3. 19-24; 429. 22x29; 430. 25x14 + 3. 19-24; 431. 22x29; 432. 25x14 + 3. 19-24; 433. 22x29; 434. 25x14 + 3. 19-24; 435. 22x29; 436. 25x14 + 3. 19-24; 437. 22x29; 438. 25x14 + 3. 19-24; 439. 22x29; 440. 25x14 + 3. 19-24; 441. 22x29; 442. 25x14 + 3. 19-24; 443. 22x29; 444. 25x14 + 3. 19-24; 445. 22x29; 446. 25x14 + 3. 19-24; 447. 22x29; 448. 25x14 + 3. 19-24; 449. 22x29; 450. 25x14 + 3. 19-24; 451. 22x29; 452. 25x14 + 3. 19-24; 453. 22x29; 454. 25x14 + 3. 19-24; 455. 22x29; 456. 25x14 + 3. 19-24; 457. 22x29; 458. 25x14 + 3. 19-24; 459. 22x29; 460. 25x14 + 3. 19-24; 461. 22x29; 462. 25x14 + 3. 19-24; 463. 22x29; 464. 25x14 + 3. 19-24; 465. 22x29; 466. 25x14 + 3. 19-24; 467. 22x29; 468. 25x14 + 3. 19-24; 469. 22x29; 470. 25x14 + 3. 19-24; 471. 22x29; 472. 25x14 + 3. 19-24; 473. 22x29; 474. 25x14 + 3. 19-24; 475. 22x29; 476. 25x14 + 3. 19-24; 477. 22x29; 478. 25x14 + 3. 19-24; 479. 22x29; 480. 25x14 + 3. 19-24; 481. 22x29; 482. 25x14 + 3. 19-24; 483. 22x29; 484. 25x14 + 3. 19-24; 485. 22x29; 486. 25x14 + 3. 19-24; 487. 22x29; 488. 25x14 + 3. 19-24; 489. 22x29; 490. 25x14 + 3. 19-24; 491. 22x29; 492. 25x14 + 3. 19-24; 493. 22x29; 494. 25x14 + 3. 19-24; 495. 22x29; 496. 25x14 + 3. 19-24; 497. 22x29; 498. 25x14 + 3. 19-24; 499. 22x29; 500. 25x14 + 3. 19-24; 501. 22x29; 502. 25x14 + 3. 19-24; 503. 22x29; 504. 25x14 + 3. 19-24; 505. 22x29; 506. 25x14 + 3. 19-24; 507. 22x29; 508. 25x14 + 3. 19-24; 509. 22x29; 510. 25x14 + 3. 19-24; 511. 22x29; 512. 25x14 + 3. 19-24; 513. 22x29; 514. 25x14 + 3. 19-24; 515. 22x29; 516. 25x14 + 3. 19-24; 517. 22x29; 518. 25x14 + 3. 19-24; 519. 22x29; 520. 25x14 + 3. 19-24; 521. 22x29; 522. 25x14 + 3. 19-24; 523. 22x29; 524. 25x14 + 3. 19-24; 525. 22x29; 526. 25x14 + 3. 19-24; 527. 22x29; 528. 25x14 + 3. 19-24; 529. 22x29; 530. 25x14 + 3. 19-24; 531. 22x29; 532. 25x14 + 3. 19-24; 533. 22x29; 534. 25x14 + 3. 19-24; 535. 22x29; 536. 25x14 + 3. 19-24; 537. 22x29; 538. 25x14 + 3. 19-24; 539. 22x29; 540. 25x14 + 3. 19-24; 541. 22x29; 542. 25x14 + 3. 19-24; 543. 22x29; 544. 25x14 + 3. 19-24; 545. 22x29; 546. 25x14 + 3. 19-24; 547. 22x29

AGENDA

Assembleias da Organização, plenários e outras reuniões

VII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA DO SEIXAL

Domingo, 22, às 10h, na S.F. União Seixalense
Com a participação de Jorge Pires

VI ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA DE PALMELA

Sábado, 21, às 14h30, nos Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo
Com a participação de Jorge Pires

V ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DE SACAVÉM

Sábado, 21, às 14h30, na Academia Recreativa e Musical de Sacavém
Com a participação de Rosa Rabiais

V ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA FREGUESIA DA MOITA

Sábado, 21, às 15h, no Clube Recreativo do Penteado

1.ª Assembleia da Organização da Freguesia do Gaio-Rosário

Sexta-feira, 20, às 21h, na Associação de Reformados

1.ª Assembleia do Sector de Empresas do Concelho de Sintra

Sábado, 21, às 15h30, no CT de Rio de Mouro

Com a participação de José Casanova

Almoço-convívio a partir das 12h30

Assembleia da Célula dos Comunistas da Petrogal-Porto

Sábado, 21, a partir das 10h, no CT da Boavista

LISBOA - Reunião de Quadros de todos os Sectores de Empresas de Lisboa: quinta-feira, 26, às 19h30, no Centro de Trabalho da Avenida Duque de Loulé, com a participação do camarada António Andrez (Reunião preparatória da próxima IV Assembleia da ORL).

- **Plenário do Sector de Serviços** sobre as conclusões da reunião do Comité Central: hoje, quinta-feira, às 19h30, no Centro de Trabalho da Avenida Duque de Loulé.

- **Plenário de militantes da Freguesia do Beato**:

sábado, 21, às 15h30, no Salão da Junta de Freguesia.

- **Reunião de militantes e amigos**, com magusto, promovida pela organização da Penha de França:

sábado, 21, a partir das 15h30, no Centro de Trabalho da Graça.

PORTO SALVO - Plenário de militantes e simpatizantes: sábado, 21, às 15h, no Centro de Trabalho de Porto Salvo, com a participação do camarada João Dias Coelho.

FARO - Plenário da Direcção da ORA sobre os resultados do Referendo, a situação política e social no Algarve e as próximas tarefas da Direcção Regional: sábado, 21, às 15h, no Centro de Trabalho de Faro.

SINTRA - Reunião da Comissão Concelhia, com a participação do camarada Domingos Abrantes: hoje, dia 19, às 21h, no Centro de Trabalho do Cacém.

- **Plenário de militantes de Montelavar**: sábado, 21, às 21h, no Centro de Trabalho.

Reunião das Organizações do PCP na Europa

França, 28 de Novembro

com a participação de Henrique de Sousa



JCP Porto

Plenário da Organização do Ensino Secundário do Porto

Sábado, 21, às 15h, no CT da Boavista

Droga

- branqueamento de capitais em questão

Realiza-se hoje, dia 19, às 17 horas, no Centro de Trabalho Vitória, a sessão de lançamento da brochura com as comunicações e intervenções proferidas no Fórum «Droga: branqueamento de capitais em questão», recentemente promovido pelo PCP. Intervenção de Francisco Lopes.



Bento de Jesus Caraça

O Sector Intelectual de Évora do PCP promove no próximo sábado, às 16h, no Palácio da Inquisição, uma homenagem a Bento de Jesus Caraça, sobre o qual falarão João Caraça, Helena Neves, Dias Lourenço e o Prof. José Morgado. No final, actuará o Grupo Coral de Montoito.

Pacote Laboral e Reforma da Segurança Social do Governo PS

Debate em Oeiras

com a participação de Maria do Carmo Tavares
Quarta-feira, 25, às 17h, no Valejas Atlético Clube

PORTUGAL > 2000

Património cultural e identidade

Debate com a participação de

Cláudio Torres, Dagoberto Markl, José Casanova, José Pessoa, José Vargas, Maria Calado, Maria Louro, Paulo Varela Gomes,

Vitor Oliveira Jorge, Vitor Serrão

Sábado, 21, das 10 às 19h

no Auditório da Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa
(Largo do Chafariz de Dentro, em Alfama)

JANTAR COMEMORATIVO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

promovido pelo Sector Transportes da ORL no Centro de Trabalho Vitória com a participação de

ÁLVARO CUNHAL

Sexta-feira, 20 de Novembro - 19h30

Outros convívios:

• **Lisboa** - Almoço de solidariedade com Cuba promovido pela Direcção da Zona Ocidental de Lisboa: no Chiquinho Cruzeirense (Casalinho da Ajuda, 8), Sábado às 13h, com a participação da Embaixadora de Cuba e do camarada António Abreu (Inscrições nos CTs de Alcântara - Tel. 3638512 - e Ajuda).

• **Viseu** - Magusto em casa do camarada Melo, promovido pela DORV, com a presença de Francisco Lopes: Domingo, dia 22 (Inscrições pelo tel. 425550).

• **Rio Tinto** - Magusto na Escola do Monte da Burra, Sábado, 22 a partir das 15h. Na ocasião será apresentado o boletim informativo «Rio Tinto Alerta», iniciativa da Comissão de Freguesia do PCP - oportunidade para um debate sobre questões ligadas à Informação.

• **Queluz** - Plenário-convívio das Freguesias da Cidade de Queluz, com a participação do camarada Agostinho Lopes: Sábado, 21, a partir das 16h, na Escola Primária de Monte Abraão. - Magusto dos reformados de Queluz: no Centro de Trabalho de Queluz, hoje, 19, a partir das 15h.

• **Casal de Cambra** - Almoço-convívio no restaurante "O Celeiro", na Serra da Helena, com a participação de Licínio de Carvalho: Domingo, 22, às 13h (Inscrições pelo tel. 9142336).

• **Algueirão-Mem Martins** - Magusto no Centro de Trabalho, Domingo, a partir das 16h.

CDU

PAREDES

Jornada de trabalho e contacto com as populações da freguesia da Gandra, com início às 9h30 junto à Igreja da Gandra, visita aos moradores da Rua de S. Miguel e zona da Ponte dos Carreiros (de manhã) e das ruas de Vilarinho de Cima, Voltadão e Sapatas (a partir das 14h30). Participam Cristiano Ribeiro e Juvilte Madureira.

AMADORA

Reunião concelhia de eleitos da CDU para balanço da situação no Concelho e do trabalho dos eleitos da CDU: dia 19, às 20h30, no Recreios da Amadora.

ALCOCHETE

Encontro concelhio da CDU: Domingo, 22, das 10h30 às 18h, no Salão da Junta de Freguesia do Samouco, com a participação de Daniel Branco.

MERCADOS DE NATAL

Na Casa da Paz

Rua Rodrigo da Fonseca, 56, 2.º, Lisboa
promovido pelo CPPC

De 27 de Novembro a 22 de Dezembro
de Segunda a Sexta das 12 às 20h, Sábado das 15 às 20h
Vasto leque de objectos provenientes de vários países

No CT do Barreiro do PCP

promovida pela Com. de Freg. da Verderena do PCP
De 27 de Novembro a 31 de Dezembro

Das 10 às 22h

Livros, Barros, peles, vidros, vinhos, doçaria

ESCAPARATE



JAZZ

Festival em Guimarães

Prossegue até ao próximo sábado a segunda parte do festival Guimarães Jazz'98, numa realização da Associação Cultural «Convívio» com o apoio da Câmara Municipal de Guimarães. A edição deste ano do festival - que se conta entre os mais representativos que nesta área musical se realizam no nosso país - optou por convidar os vários grupos em função de projectos particulares próprios, em geral ligados a gravações recentemente realizadas. Assim, depois de um concerto intitulado «Nem Guerra Nem Paz» pelo quinteto do pianista português Mário Laginha, segue-se hoje à noite o grupo francês «Tous Dehors» liderado pelo saxofonista Laurent Dehors e que apresentará um concerto subordinado ao título «Comment Prendre L'Air Sans Attraper Froid»; amanhã será a vez do conjunto do trompetista norte-americano Ken Shaphorst, um decateto cujo concerto se intitulará «When The Moon Jumps»; finalmente, no sábado, uma outra grande orquestra norte-americana, a «Either / Orchestra» apresentará o seu recente álbum «Across The Omniverse». Todos os concertos se realizarão às 22 horas no excelente Auditório da Universidade do Minho.

MÚSICA

Pedro Caldeira Cabral no Seixal

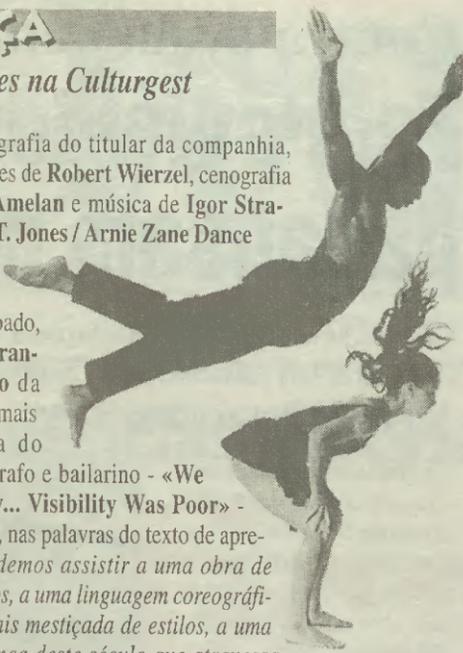
É já no próximo sábado, pelas 21.30, no Auditório Municipal do Seixal que se realizará o chamado «Concerto Atlântico», título homónimo de um grupo instrumental dirigido por Pedro Caldeira Cabral, preenchido com «A Música nas Viagens Portuguesas de Quinhentos». De acordo com um excerto do programa, o próprio músico antecipa que este grupo «é formado por especialistas na interpretação de música dos séculos XV e XVI, utilizando instrumentos históricos (cópias de instrumentos da época) com critérios interpretativos que valorizam aspectos da expressividade do repertório a que se tem dedicado».



DANÇA

Bill T. Jones na Culturgest

Com coreografia do titular da companhia, desenho de luzes de Robert Wierzel, cenografia de Björn G. Amelan e música de Igor Stravinsky, a Bill T. Jones / Arnie Zane Dance Company vai apresentar de hoje até sábado, às 21.30, no Grande Auditório da Culturgest, a mais recente obra do grande coreógrafo e bailarino - «We Set Out Early... Visibility Was Poor» - através da qual, nas palavras do texto de apresentação, «podemos assistir a uma obra de múltiplos duetos, a uma linguagem coreográfica cada vez mais mestiçada de estilos, a uma história da dança deste século que atravessa toda a peça, a uma banda sonora de invulgar musicalidade e sempre, sempre, a uma obra de arte tão única quanto exaltante».



Quinzena de Dança de Almada

Realiza-se a partir de amanhã até 5 de Dezembro a 6.ª edição da Quinzena de Dança de Almada, agora reformulada em novo formato: Festival Nacional de Dança Contemporânea. Com espectáculos no Fórum Municipal daquela cidade, participarão o Grupo de Dança de Almada, o Balletteatro do Porto e, em outros programas do festival, trabalhos de coreógrafos independentes, como Amélia Bentes, Cláudia Dias, Maria Reis Lima e José Seabra. A encerrar o Festival, este certame contará com a presença do Ballet Gulbenkian.

TEATRO

Lorca no Teatro S. João do Porto

Numa co-produção do Teatro da Cornucópia e do Festival dos Cem Dias-Expo'98, aquela companhia apresentará no Teatro Nacional S. João (Porto), entre 21 e 28 deste mês, um espectáculo estreado em 14 de Maio passado no Teatro do Bairro Alto. Trata-se «Quando Passarem Cinco Anos - Lenda do Tempo», um original de Federico Garcia Lorca, com encenação de Luís Miguel Cintra, figurinos e cenários de Cristina Reis e desenho de luzes de Daniel Worm d'Assumpção. Segundo as palavras do encenador,



«entendo-me com este teatro que transforma em escândalo o seu narcisismo e faz da fragilidade a única arma contra a desumanização. E que transforma em alegria de estar vivo a invenção da morte. É sobretudo uma maneira de estar com os outros. Talvez seja pouco mas é o que se pode arranjar».

CINEMA

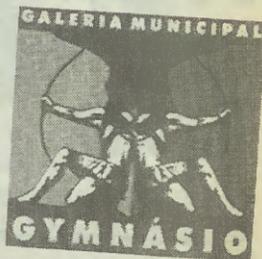


Oficina de Bertolt Brecht

Organizado pelo Goethe Intitut, o Rivoli Teatro Municipal apresentará entre 23 e 26 do corrente um ciclo no qual é reunido pela primeira vez «todo o material filmico existente sobre o trabalho de Bertolt Brecht como encenador» na perspectiva de «lançar luz sobre uma das facetas do dramaturgo, mostrando-a com a maior veracidade possível». Este ciclo será acompanhado por uma exposição documental, no foyer do mesmo teatro, intitulada «Viver e Sobreviver no Séc. XX - Brecht e a sua época».

Exposições de Artes Plásticas

É inaugurada na próxima terça-feira 24 e prolongar-se-á até 21 de Dezembro, na Galeria Municipal do Centro Comercial Espaço Chiado (R. da Misericórdia, 14, em Lisboa), uma exposição colectiva de pintura e escultura com obras dos pintores António Justino, Ezequiel, João Silvestre, Luís Silveirinha e Rui Zilhão e dos escultores Marco Bráz e Ricardo Gigante. O horário desta exposição será de segunda a sexta das 13 às 20 horas e aos sábados das 14 às 19 horas, encerrando a mesma aos domingos e feriados.



Entretanto, continua patente ao público até 15 do corrente, na Galeria de Colares, uma exposição de António Palolo intitulada «Palolo, obras sobre papel, nos anos 60, 70, 80». Segundo o programa da exposição, trata-se de três séries de trabalhos diferentes: uma de desenhos a tinta da China e guache sobre papel - anos 60; outra - anos 70 - de guache sobre papel, que inclui desde a série das «riscas» (os trabalhos mais conhecidos deste período de Palolo) a outros trabalhos muito menos «comuns» da sua obra; e a última série - anos 80 - também de guache sobre papel.

Numa organização da Câmara Municipal de Loures, permanece também em exposição até 6 de Dezembro, na Galeria Municipal do CAO - Centro de Artes e Ofícios de Odivelas, um conjunto de trabalhos de Fernanda Mourão subordinados ao título «Pintura Primitiva Moderna». Influenciada pela arte naïf paraguaia e brasileira, as obras da pintora apresentam um completo domínio das técnicas do óleo e do acrílico numa pintura que aborda o quotidiano rural e urbano.

Finalmente, o Instituto Português de Museus, o Museu dos Biscainhos e a Associação Divulgadora da Casa-Museu Abel Salazar procederam à inauguração na passada sexta-feira de uma exposição intitulada «Abel Salazar na Pintura», a qual continuará patente ao público nas instalações do Museu dos Biscainhos.



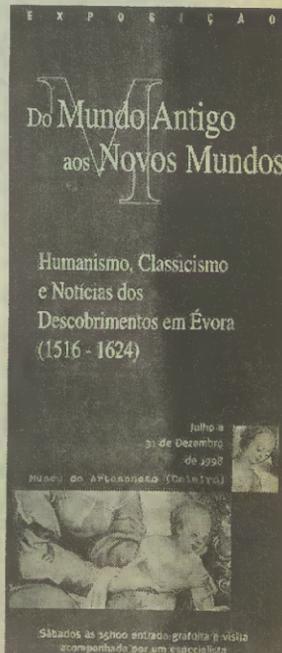
EXPOSIÇÕES

Outras exposições em Évora

Numa organização da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos e da Câmara Municipal de Évora, a exposição «Do Mundo Antigo aos Novos Mundos» permanece em actividade até 31 de Dezembro no Museu do Artesanato (Celeiro) na cidade de Évora, com o subtítulo «Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora (1516-1624)».

Organizada pela Associação dos Amigos da Ludoteca (Évora) e percorrendo Jardins de Infância e Escolas do Ensino Básico do 1.º Ciclo, continua também «O Brinquedo Popular Português», uma exposição itinerante de brinquedos tradicionais e oficinas de construção.

A mesma associação promove também, aos sábados, das 10 às 12 horas, na Ludoteca de Évora, um «Atelier» de Técnicas de Animação para a formação de adultos nas áreas de construção e experimentação de fantoches e máscaras.



ÚLTIMAS

A TALHE DE FOICE

A gaffe

A garrafa está meio cheia ou meio vazia? Depende da sede, ou do ponto de vista. E o comunismo? É uma ideologia «simpática» ou uma «ideologia do Diabo»? Depende da página do jornal. Se for a página 25 do Público de domingo passado, ganha a primeira versão; se for a página 27 da mesma edição do mesmo jornal, ganha a segunda.

Nem mais.

Em rigor, as duas peças, que levam a assinatura do mesmo autor, não são muito diferentes no seu conteúdo. São antes duas versões do mesmo tema, que nem sequer se contradizem. O que difere é a forma de abordagem, a começar logo pelo título. Ambas se reportam a D. Manuel Falcão, bispo de Beja, e às opiniões do prelado sobre o comunismo, entre outros aspectos. O primeiro caso titula: «Bispo diz que comunismo é ideologia "simpática"», identificando o agente da afirmação no antetítulo; o segundo, fica-se por «O bispo e a "ideologia do Diabo"», remetendo para o antetítulo a «simpatia» de D. Manuel Falcão face ao comunismo.

O mesmo sucede com o «corpo» da notícia. Enquanto na página 25 a questão da «simpatia» aparece logo no primeiro parágrafo, repetindo-se depois no quarto parágrafo, explicitando a ideia, na página 27 essa referência só surge no final do quarto parágrafo, por sinal longo, no meio de outras considerações.

Na segunda versão desaparece ainda a referência, contemplada na primeira, a uma anterior entrevista de D. Manuel Falcão ao jornal, recordando que o bispo «reconhecia que o Partido Comunista "deu voz" às aspirações do povo alentejano».

Sendo óbvio de que a publicação das duas versões é uma gaffe editorial, fica-nos esta oportunidade rara de poder apreciar como se procede à «limpeza» de um texto que, embora assinado, pode muito bem ter sido «trabalhado» na Redacção, como sucede frequentemente aos trabalhos dos correspondentes. E se é verdade que o produto final publicado na página 27 não desvirtua, na sua essência, o produto apresentado na página 25, não é menos verdade que a comparação dos dois textos permite concluir que a «limpeza» é tudo menos inocente.

Qualquer jornalista sabe que seleccionar o que se publica e o que se destaca resulta numa tomada de posição sobre a matéria publicada. Por mais objectivo que se pretenda ser, escolher é sempre um acto subjectivo. Faz parte dos manuais de jornalismo o exemplo da manifestação de massas que termina em distúrbios levados a cabo por um pequeno grupo de radicais. O que é a notícia? A manifestação ou os distúrbios? Tudo depende do que se chama para primeiro plano. Como facilmente se percebe, não é a mesma coisa dizer que se registaram distúrbios no final de uma manifestação, ou que uma dada manifestação terminou com distúrbios levados a cabo por um pequeno grupo. No primeiro caso, valorizam-se os distúrbios; no segundo, a manifestação.

Sucedo o mesmo com a notícia do Público.

Apontar o comunismo como uma ideologia «simpática» ou uma «ideologia do Diabo», ainda por cima no título, não é um acto inocente. É uma escolha, reveladora do pensamento e/ou das opções de quem as faz e/ou de quem determina a linha editorial do jornal.

Tudo isto é conhecido e daqui não viria nenhum mal ao mundo, não fora um pequeno pormenor: é que poucos são os que assumem esta realidade. A maioria prefere arvorar como bandeira coisas tão inexistentes como a objectividade absoluta, a imparcialidade total, a independência sem mácula. O que dá muito jeito para iludir o público, mas não passa de rematada falsidade. Valham-nos as gaffes editoriais para lançar luz sobre a verdade nua e crua. Desta vez, o Público não «errou», desnudou-se.

■ Anabela Fino

Contra desmembramento e privatização Ferroviários europeus paralisam na segunda-feira

A Federação dos Ferroviários Portugueses vai aderir à jornada de luta convocada para a próxima segunda-feira pelos sindicatos europeus do sector.

A greve europeia constitui um «aviso» e uma «ajuda» à reflexão dos ministros dos Transportes da União Europeia, que reúnem no próximo dia 30 de Novembro em Viena, para discutir a política futura dos caminhos-de-ferro na Comunidade.

Para a Federação Portuguesa, esta jornada é dirigida contra as políticas ultraliberais, seguidas quer em Portugal como na União Europeia, que apontam para «o desmembramento e posterior privatização de partes das redes de caminho-de-ferro, para a subversão do serviço público do transporte ferroviário e para o esvaziamento sistemático da sua componente social».

Fazendo um balanço negativo das medidas comunitárias nos últimos 13 anos, a Federação sublinha entretanto que «não podemos estar condenar a União Europeia sem condenar aqueles que, em Portugal, já implementaram os seus programas, com medidas que se traduziram na extinção de cerca de 10 mil postos de trabalho, no encerramento de um terço da rede ferroviária nacional, na decuplicação dos prejuízos e na degradação dos serviços públicos às populações e ao País e na redução dos direitos dos ferroviários».



Nos últimos anos foram extintos 10 mil postos de trabalho e encerrado um terço da rede ferroviária

Concretamente, a Federação condena a reabertura do «quadro de excedentários» na CP, as propostas de introdução da polivalência de funções e as propostas que visam a continuação da redução de postos de trabalho no sector.

Criticada é igualmente a decisão da abertura da exploração ferroviária a uma empresa privada e «as condições inqualificáveis» em que essa entrega foi feita. Segundo denuncia a Federação, os utentes vão pagar «duas vezes e meia mais do que pagam em serviços similares na CP», e os trabalhadores que ingressam

nesta empresa estão a ser confrontados com contratos a prazo injustificáveis já que a concessão é por um período de 30 anos.

Receando a desregulamentação laboral, a Federação exige que o Governo dê garantias formais de combate à pre-

Apontada é ainda a falta de medidas concretas para o desenvolvimento e modernização das empresas afiliadas, nomeadamente a EMEF e a SOFLUSA.

Alertar o público

Para além da paralisação marcada, os ferroviários tencionam promover outras acções de sensibilização da opinião pública, alertando para o agravamento dos custos e para os problemas de segurança que resultarão da liberalização do sector.

carização do trabalho e assegurar o cumprimento das normas contratuais em vigor CP, bem como o respeito pelo direito à negociação colectiva das condições de trabalho em todas as empresas do sector. Para debater estes e outros problemas, a Federação decidiu solicitar uma reunião ao ministro do Equipamento.

A paralisação efectua-se entre as 16 e as 18 horas de segunda-feira, dia 23, e abrange as empresas CP, REFER, EMEF, FERNAVE, FERBRITAS, FERGRÁFICA, ECOSAÚDE e TEX.

Ponte 25 de Abril Comissão de Utentes disposta a lutar

Em comunicado divulgado na passada terça-feira, a Comissão de Utentes da Ponte 25 de Abril reafirma que tudo fará para «impedir qualquer aumento na portagem» e reclama maior qualidade dos transportes públicos bem como uma tarifação em igualdade com os demais utilizadores independentemente da zona do País.

Citando declarações de membros do Governo durante o passeio ferroviários pela ponte, a Comissão alerta que para além de estar previsto um aumento em mais de 100 por cento da portagem, com início da circulação do comboio, os cidadãos da margem sul terão ainda as tarifas

mais caras do País para trajectos idênticos.

Mantendo a sua oposição às portagens na ponte, que «está paga e mais que paga», a Comissão considera que os utentes «contribuem para o erário público como qualquer outro cidadão e com tal participam no pagamento de outras obras, utilizem-nas ou não, seja em Trás-os-Montes, Algarve ou mesmo aqui bem perto, na CRIL e CREL, onde não há portagem».

Por outro lado, acrescenta, «os utentes da Ponte 25 de Abril há muito que são penalizados só por que não têm outra alternativa rodoviária», recordando que «noutras localidades

foram, justamente, criadas alternativas rodoviárias a portagens existentes, ou estas foram suspensas até que existam alternativas».

A Comissão sublinha que os utentes que representa são

«cidadãos de corpo inteiro, independentemente do tipo de transporte que utilizem» que «recorrerão ao seu inalienável direito à indignação caso o Governo mantenha uma atitude autista e prepotente».

Empresas do calçado ignoram legislação

Cerca de 120 empresas do sector do Calçado não estão a cumprir a legislação relativa à contagem das pausas como tempo de trabalho, denunciou na terça-feira o Sindicato do Calçado dos

Distritos de Aveiro e Coimbra.

Em comunicado, o Sindicato refere que a lei em causa (73/98, de 10 de Novembro), veio fazer justiça aos trabalhadores do calçado, ao clarificar o diploma anterior (lei 21/96) e definir que as interrupções de dez minutos em cada um dos períodos de trabalho contam como tempo de trabalho.

Todavia, apesar de ter entrado em vigor na passada segunda-feira, a nova legislação não está a ser aplicada em muitas empresas.

JCP realiza encontro do Ensino Superior

No quadro da fase preparatória do 6.º Congresso da JCP, realiza-se no próximo dia 21 de Novembro, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, um Encontro Nacional do Ensino Superior.

O encontro tem como objectivos centrais, a discussão e análi-

se em torno das questões de política educativa no ensino superior e das suas evoluções no último ano, o reforço da intervenção dos jovens comunistas no desenvolvimento da luta dos estudantes do ensino superior e o aprofundamento das análises e propostas da JCP para uma nova

política neste sector da educação.

Num momento em que a contestação estudantil à política educativa do Governo volta à ordem do dia, o encontro deverá ainda contribuir para a discussão em torno da luta dos estudantes e para o reforço desta luta.



3 2 3 9 8

TELEVISÃO

Quinta, 19

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.30 O Amigo Público
18.15 País, País
19.15 País Regiões
19.00 Os Lobos
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
20.55 As Lições do Tonca
21.35 Grande Entrevista
23.25 Anúncios de Graça
24.00 24 Horas
00.50 A Ronda da Noite
(de David S. Jackson, EUA/1995, com Pierce Brosnan, Alexandra Paul, Lim Kay Sui. Telefilme / Aventuras)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 O Tesouro de Sierra Madre
(de John Huston, EUA/1948, com Humphrey Bogart, Walter Huston, Tim Holt, Bruce Bennett. Ver Destaque)



Carlos Cruz de regresso à entrevista, um género em que desde o Zip-Zip se fez notado, agora à 4ª feira na RTP2

17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 O Planeta da Vida
19.30 Um, Dó, Li, Tá
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 A Palavra
(de Carl Dreyer, Din./1954, com Henrik Malberg, Emil H. Christensen, Preben Lerdorff-Rye, Cay Kristiansen, Ejner Federspiel. Ver Destaque)
00.50 Os 50 Anos do Estado de Israel (II)

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buéréré
17.40 Corpo Dourado
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Cantigas de Mal Dizer
22.15 Torre de Babel
23.15 Grande Reportagem
00.20 Último Jornal
00.55 Sentiela
02.20 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Quase Modelo, Quase Detective
10.45 Animação
12.40 Serras Azuis
13.30 TVI Jornal
14.20 Fascinação
15.10 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Primeira Vaga
23.00 Polícias e Ladrões
24.00 A Demolidora
(de Albert Puy, EUA/1994, com Lance Henriksen, Sarah Douglas, Kristie Phillips, Tim Thomerson. Artes Marciais)
02.00 Ai Que Vida!
02.10 Desporto
02.50 Encontro com a Vida
(de Arthur Duarte, Port./1960, com Maria Dulce, Rogério Paulo, Luz Veloso, Maria Olgüim. Melodrama)

Sexta, 20

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.45 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Jet Set
21.30 Uma Casa em Fancos
22.45 Serviço de Urgência
23.40 Radar
01.20 24 Horas
02.10 Máquinas
02.45 Cyborg II
(de Michael Schroeder, EUA/1992, com Elias Violas, Angelina Jolie, Jack Palance, Billy Drago, Karen Sheperd, Allen Garfield. Ficção Científica)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 A Terra
16.35 Os Invasores

17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 O Corpo Humano
19.35 Um, Dó, Li, Tá
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Noites Brancas
(Underground - Era uma Vez um País, filme de Emir Kusturica, Al./Fr./Hungria/1995, com Miki Manojlovic, Lazar Ristovski, Mirjana Jokovic. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buéréré
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buéréré
17.40 Corpo Dourado
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Bom Baíão
21.30 Ponto de Encontro
22.30 Torre de Babel
23.30 Afrodísia
24.00 Donos da Bola
03.00 Último Jornal
04.00 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Quase Modelo, Quase Detective
10.45 Animação
12.40 Serras Azuis
13.30 TVI Jornal
14.20 Fascinação
15.10 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Primeira Vaga
23.00 Polícias e Ladrões
24.00 A Demolidora
(de Albert Puy, EUA/1994, com Lance Henriksen, Sarah Douglas, Kristie Phillips, Tim Thomerson. Artes Marciais)
02.00 Ai Que Vida!
02.30 Ponto Final
02.55 Raça
(de Augusto Fraga, Port./1961, com Paulo Renato, Carmen Mendes, Rui de Carvalho, Teresa Mota. Drama)

Sábado, 21

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
12.15 Made in Africa
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
14.55 Espelho Meu
15.30 Saber & Fazer
16.10 O Rapaz e o Mundo
16.40 Primeira Vez
18.10 Estrada Viva
18.45 Santa Casa
20.00 Telejornal
20.55 Futebol; F.C. Porto-Benfica
23.30 Miguel Ângelo ao Vivo
00.55 86-60-86
01.15 24 Horas
02.15 Posse - A Vingança de Jesse Lee
(de Mario Van Peebles, EUA/1992, com Mario Van Peebles, Stephen Baldwin, Charles Lane. «Western»)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Shaka Zulu
13.00 A Nave Vermelha
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.45 Caminho das Estrelas
19.35 2001

O Planeta da Vida

20.05 Tenchi Muyo
20.30 Os Simpsons
21.00 Fantástico Futuro
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.35 Allô, Allô!
00.35 O Riso ao Poder
01.05 Nuvens Passageiras
(de Aki Kaurismäki, Finl./1996, com Kati Ouninen, Kari Väänänen, Elna Salo. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buéréré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Aonde É que Para a Polícia?
(de David Zucker, EUA/1988, com Leslie Nielsen, Priscilla Presley, George Kennedy. Comédia)
16.10 Walker
17.50 O Rebelde do Kansas
(de Clint Eastwood, EUA/1976, com Clint Eastwood, Chief Dan George, Sondra Locke. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Big Show Sic
01.00 Raven
02.00 Último Jornal
02.35 Perry Mason - Cinco Mulheres em Fúria
(de Christian I. Nyby II, EUA/1994, com Paul Sorvino, Barbara Hale, William Moses. Policial)

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Animação
13.35 Contra-Ataque
14.40 Feedback
15.35 Sétimo Céu
16.30 Doido por Ti
17.00 Um Índio em Paris
(de Hervé Palud, Fr./1994, com Thierry Lhermitte, Ludwig Briand, Patrick Timsit, Miou Miou. Drama)
19.00 Ação em Acapulco
20.00 Roar
21.00 Directo XXI
22.00 Promessa
(de Susan Rohrer, EUA/1998, com Kellie Martin, Mary Steenburgen, Diane Baker, Marion Ross. Drama)
24.00 Raiva
(de Joseph Merhi, EUA/1995, com Kenneth Tigar, Fiona Hutchinson, Jillian McWhirter, Peter Jason, Mark Metcalf. Drama)
02.00 O Rei das Berlengas
(de Artur Smedo, Port./1975, com Mário Viegas, Joaquim Letria, Maria Albergaria, Zita Duarte, Paula Guedes. Ver Destaque)

Domingo, 22

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
12.20 Mais Saúde
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Que Vida Esta!
16.05 Sub 26
17.35 Em Nome da Justiça
18.45 GLX
19.30 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
20.55 Casa Cheia
21.30 Diário de Maria
22.45 Docas
24.00 Domingo Desportivo
01.35 24 Horas
02.15 Millennium

RTP 2

09.30 Novos Horizontes
10.30 Missa
11.20 A Grandes Viagens de Comboio
13.40 Viúvas
14.30 Sarilhos com Elas
15.00 Desporto 2
18.20 Jornal de África
18.35 A História de Nikita
19.30 Bom Bordo
20.00 Os Simpsons
20.15 Onda Curta (Curtas

Metragens)
21.25 Artes e Letras - «João Cutileiro»
22.00 Jornal 2
22.30 Horizontes da Memória
23.00 Olhos nos Olhos

SIC

08.00 Buéréré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Tudo em Família
(de Bob Clark, EUA/1994, com Charles Grodin, Kieran Culkin, Mary Steenburgen, Christian Culkin. Comédia)
15.45 A Ilha Misteriosa
16.45 Os Imortais
18.00 Miss Mundo Portugal
20.00 Jornal da Noite
21.00 Polícias à Solta
21.30 Chuva de Estrelas
22.30 Ficheiros Clínicos
23.30 Barreira de Fogo
(de Clint Eastwood, EUA/1977, com Clint Eastwood, Sondra Locke, Pat Hingle, William Prince. Policial)
00.20 Último Jornal
01.55 Dra. Quinn
02.55 Portugal Radical

TVI

10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.15 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Aventuras Selvagens
15.00 Adultos à Força
16.00 D.A.R.Y.L.
(de Simon Winger, EUA/1985, com Mary Beth Hurt, Michael McKean, Kathryn Walker, Colleen Camp, Josef Sommer. Ver Destaque)
18.25 A Patrulha do Tempo
19.30 Futebol (Campeonato Italiano)
21.30 Directo XXI
22.30 O Rosto da Lei
23.30 Pesadelo em Wilburg
(de Julian Glantz, EUA/1997, com Danny Aiello, Sally Kirkland, Sheree Edwards, Maureen Stapleton. Drama)
01.45 O Barão de Altamira
(de Artur Smedo, Port./1985, com Artur Smedo, Rosa Lobato de Faria, Nicolau Breyner, Sílvia Rato, Zita Duarte. Ver Destaque)

Segunda, 23

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.45 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
21.00 Nós, os Ricos
21.35 Canções da Nossa Vida
23.00 Vidas Proibidas (Ballet Russo)
00.15 24 Horas
00.50 Poltergeist

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Rumo ao Sul
16.35 O Nosso Charly
17.25 Madeira
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
20.30 A Ponte de Brooklyn
21.00 Portugalmente
21.35 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Jornal Falado
23.45 Dançando no Tempo
00.35 A Noite com Jools Holland

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buéréré
17.40 Corpo Dourado
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Torre de Babel
22.00 Roda de Milhões
24.00 Toda a Verdade
01.00 Último Jornal
02.35 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Quase Modelo, Quase



Millenium

Detective
10.45 Animação
12.40 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.20 Serras Azuis
15.10 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Soldados da Justiça
23.00 Tashunga
(de Nils Gaup, Fr./Gr.Br./It./1995, com Christopher Lambert, James Caan, Catherine McCormack, Burt Young. Drama)
00.50 Ai Que Vida!

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Terça, 24

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.45 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.10 Amigos
21.45 Herman 98
23.45 Liga dos Campeões (Antevésio)
00.15 Reportagem: «Admirável Mundo Novo»
01.20 24 Horas
02.10 Rotações

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 A Costureirinha da Sé
(de Manuel Guimarães, Port./1958, com Maria de Fátima Bravo, Alina Vaz, Jacinto Ramos, Cosinha. Comédia)
17.30 Euronews



João Cutileiro e as suas aventuras com o mammore - este é o monumento ao 25 de Abril no alto do Parque Eduardo VII - em «Artes e Letras» deste domingo

18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Basquetebol: Portugal-Roménia
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2

21.35 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Zoom
23.45 Carlos Cruz
00.45 Dharma e Greg



Serviço de Urgência

22.35 Acontece
22.50 Solares Portugueses
23.20 Ler para Crer
00.20 Nash Bridges

SIC

08.00 Buéréré
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buéréré
17.40 Corpo Dourado
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Um Sarilho Chamado Marina
21.30 Torre de Babel
22.30 Casos de Polícia
23.45 A Verdade Absoluta
00.45 Último Jornal
01.10 Conversas Secretas
02.40 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Quase Modelo, Quase Detective
10.45 Animação
12.40 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.20 Serras Azuis
15.10 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Robocop
21.00 Directo XXI
22.00 Os Varredores
(de Joseph Mehri, EUA/1995, com C. Thomas Howell, Ed Lauter, Kristen Dalton, Janet Gunn, Felton Perry. Drama)
00.20 Golo
01.25 Ai Que Vida!
02.10 Feedback

Quarta, 25

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.45 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.35 Telegospel: Benfca-Kaiserlautern
22.45 Diário de Maria
23.35 Liga dos Campeões (Resumo)
00.25 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Derrick
16.35 Páginas Negras de Patricia Highsmith
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Os Aventureiros
19.30 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Hugo
21.00 Portugalmente

SIC

08.00 Buéréré
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buéréré
17.40 Corpo Dourado
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Um Sarilho Chamado Marina
21.30 Torre de Babel
22.30 Casos de Polícia
23.45 A Verdade Absoluta
00.45 Último Jornal
01.10 Conversas Secretas
02.40 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Quase Modelo, Quase Detective
10.45 Animação
12.40 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.20 Serras Azuis
15.10 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Robocop
21.00 Directo XXI
22.00 Ally McBeal
23.00 Zona de Impacto
(de Rowdy Harrington, EUA/1993, com Bruce Willis, Sarah Jessica Parker, Dennis Farina. «Thriller»)
01.15 Ai Que Vida!
01.45 Lanterna Mágica
02.20 Ponto Final

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...



Um fotograma de «O Tesouro de Sierra Madre», uma obra-prima de John Huston

O Tesouro de Sierra Madre (Quinta, 15.40, RTP2)

Dobbs e Curtis, dois aventureiros americanos, juntam-se a um terceiro, mais velho, e partem para a Sierra Madre, no México, para pesquisar ouro. Descoberta uma verdadeira fortuna, depois de a exploração que fizeram, um desconhecido imiscui-se no grupo forçando a sua aceitação como sócio. Mas todos acabam por ter de defender-se dos bandidos locais. Tendo como pano de fundo o mundo, feito de ambição, rivalidade e violência, das aventuras de um punhado de pesquisadores de ouro terminadas em fracasso, o filme conta com brilhantíssimas interpretações de **Humphrey Bogart, Tim Holt e Walter Huston**, pai do realizador e contemplado com um Oscar para o Melhor Actor Secundário, tal como o foi **John Huston**, pela realização e pelo argumento.

A Palavra (Quinta, 22.50, RTP2)

Na Jutelândia, na década de 30, duas famílias de origem rural vivem em conflito por causa das suas divergências de carácter religioso – eis um resumo «impossível» para o argumento de um filme que constitui uma intensa reflexão sobre a Fé e encenado numa atmosfera em alto grau teatral. A crítica considera esta obra intensamente mística do grande cineasta dinamarquês **Carl Dreyer** como uma das suas obras-primas, a par do seu filme mais conhecido, *Joana d'Arc*. Trata-se, na realidade, de um filme extremamente lento e reflectido, com uma planificação espaçada no tempo e em que se desta-

este filme de Emir Kusturica, poderosamente realizado, é, ao mesmo tempo, uma amarga reflexão sobre a situação de contradições e confrontos naquela conturbada região da Europa.

O Rebelde do Kansas

(Sábado, 17.20, SIC)

Com este segundo western, **Clint Eastwood** refina a sua arte de recuperação do género, dando-nos a ver o percurso iniciático de um fazendeiro do Missouri que, procurando vingar-se dos nortistas que massacraram a sua mulher e filhos, se alista no exército sulista prosseguindo no combate, mesmo após o cessar-fogo. Recheado de cenas de acção à boa maneira deste actor e cineasta (secas, concisas, brutais) e independentemente do pendur ideológico que se desprende da história, este filme é um dos três ou quatro melhores westerns dos anos 70.

Nuvens Passageiras

(Sábado, 01.05, RTP2)

A gerente de um conhecido restaurante, o *Dubrovnik*, está casada com um condutor de carros eléctricos. Subitamente, um após o outro, encontram-se no desemprego e sofrem as privações de uma vida miserável e recheada de dificuldades. Mas um dia ela encontra um antigo colega de emprego e resolvem tentar montar... um restaurante. Realizado por **Aki Kaurismäki**, um dos mais importantes cineastas finlandeses da última década e meia, o filme foi seleccionado para o Festival de Cinema de Cannes em 1996 e caracteriza-se por



Clint Eastwood, numa sequência do seu filme «O Rebelde do Kansas»

Com **Mário Viegas, Zita Duarte e Paula Guedes**, entre outros.

D.A.R.Y.L. (Domingo, 16.30, TVI)

A hora de transmissão deste filme até está adequada à assistência que mais gostará de o ver - a gente mais jovem. Trata-se de uma história de ficção-científica sem grandes pretensões e cujo enquadramento cinematográfico não resulta por aí além, debruçando-se sobre um caso de um casal sem filhos que adopta uma criança encontrada à beira de uma estrada, a qual é, nada mais nada menos, um *robot* - melhor, um protótipo de um plano secreto do governo para fazer combinar o «cérebro» de um computador com um *clone* genético - e que, investido de uma invulgar inteligência,

sente imensas dificuldades em conviver com o seu corpo de rapazinho. O que é deveras intrigante, mas não mais do que isso. Nos principais papéis, **Mary Beth Hurt, Michael McKean e Kathryn Walker**.

O Barão de Altamira

(Domingo, 01.15, TVI)

História contada cinematograficamente no habitual tom sarcástico do seu realizador - **Artur Semedo** - *O Barão de Altamira* conta-nos as aventuras de um marialva que organiza duas forças para reconquistar *Oliveira* para a soberania portuguesa e cujos projectos falham completamente porque o golpe foi preparado para o dia em que o filho do barão vai casar com a filha do alcaide de Oliveira...

CABO & SATÉLITE



«Panic in the Streets», em versão original, realizado (1950) por **Ella Kazan**, um policial no qual é descoberto no porto de Nova Orleães o cadáver de um emigrante clandestino portador de um vírus da peste pulmonar. Com **Richard Widmark e Paul Newman**. (Arte, Quinta, entre as 19.40 e as 23.05)

O regresso dos vírus

É sob este título que vai decorrer mais uma das habituais noites temáticas do canal franco-alemão **Arte**. É já hoje à noite, pelas 19.40, e vai estar em foco um tema actual: o regresso dos vírus. Logo à abrir, «**Le Virus Fantôme**», um documentário de 1998 realizado por **Anne Georget**, debruça-se sobre a descoberta do vírus da «gripe espanhola» que atacou, em 1918, entre 20 a 40 milhões de pessoas em todo o mundo; depois, «**Chasseurs de Virus**», um outro documentário de **Denis Chegaray** (1996), investiga o vírus «Ebola», pela primeira vez identificado no Sudão em 1976; finalmente, será transmitido o filme

A grande revelação do ano

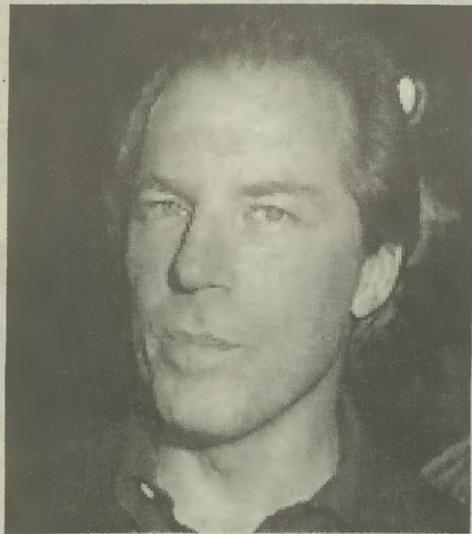
O canal musical **Sol Música** vai apresentar no próximo Sábado, pelas 18 horas, um programa no qual estará sob observação um grupo que este ano deu que falar no mundo da música *rock-pop* - os **Silence 4**. Originária de Leiria, esta banda constituiu um êxito imediato com o seu primeiro álbum gravado - «**Borrow**» - e vão dizer-nos da sua carreira que, estando ainda no início, já dá que contar. (Sol Música, Sábado, das 12 às 13 e das 18 às 19 horas)

A ocupação da França pelos nazis

O documentário intitulado «**A Denúncia sob a Ocupação**», que vai ser transmitido no próximo Domingo pelo canal francófono **La Cinquième**, tem como objecto de investigação um dos maiores dramas que marcaram a História da França: mais de três milhões de franceses foram levados pelas orientações imanas do Governo colaboracionista de Vichy à denúncia de milhares de seus concidadãos, comunistas, judeus, resistentes de todas as orientações políticas. No estúdio estarão presentes, como convidados, **Jean-Marc Berlière e François Bedarida**. (La Cinquième, Domingo, das 15.00 às 16.35)



Mary Beth Hurt e Michael McKean, intérpretes principais de «D.A.R.Y.L.»



ca a extraordinária maestria do realizador no campo da *mise-en-scène*.

Underground - Era Uma Vez Um País (Sexta, 22.50, RTP2)

Em 1941, durante a II Guerra Mundial, a capital jugoslava sofre um terrível bombardeamento e um punhado de membros da resistência resolve acolher-se sob a protecção de uma grande cave, começando imediatamente a fabricar armas para se defenderem. Um dos membros do grupo é o elemento de ligação com o exterior e acontece que, vinte anos mais tarde, sob a influência deste emissário (que, entretanto, adquire uma fortuna na venda de armas no mercado negro), os refugiados mantêm-se na mesma situação, convencidos que a Guerra ainda não acabara. O certo é que em 92, quando 50 anos depois os resistentes abandonam a cave, a guerra cá fora continua, mas é já a guerra civil na Bósnia... Verdadeira fábula tragicómica,

um humor tipicamente nórdico na abordagem de problemas graves da realidade finlandesa, nomeadamente o desemprego que atinge perto de 20% da população activa.

O Rei das Berlengas

(Sábado, 01.45, TVI)

Em 1975, um filme português ousava voltar a fazer rir. Claro que algumas das interpretações de *O Rei das Berlengas* entram em «roda livre» na ausência de um realizador que as saiba controlar e que o filme (visto hoje) enferma de alguns sublinhados a «traço grosso» ou de insuficiências técnicas indistigáveis. Mas a ideia de **Artur Semedo** era arrasadora, pela sátira, a grandiloquência bacoica e nacionalista com que a historiografia oficial do regime acabado de derrubar enquadrava a História de Portugal. E o riso era, também, componente essencial de um tempo que dava um pontapé essencial e definitivo nessa mesma História.



Eram não sei quantos mil

O regresso de Maria João Seixas à programação da TV2 foi decerto um motivo de festa para quantos sonham com uma televisão asseada, inteligente, enriquecedora de quem a olhe. E fascinante, não apenas mas também pela presença da própria Maria João Seixas, sem dúvida a gaga mais carismática e interessante do minimundo da TV portuguesa e seus arredores. Terá sido motivo de festa até para os que Maria João já algum dia feriu com decepções, como que a confirmar que nem tudo são rosas mesmo no território da aliás empalidecida rosa. Restam a esperança de que tais momentos amargos não se repitam muito e a convicção de que a vinda de Maria João Seixas corresponderá sempre a um saldo muito positivo.

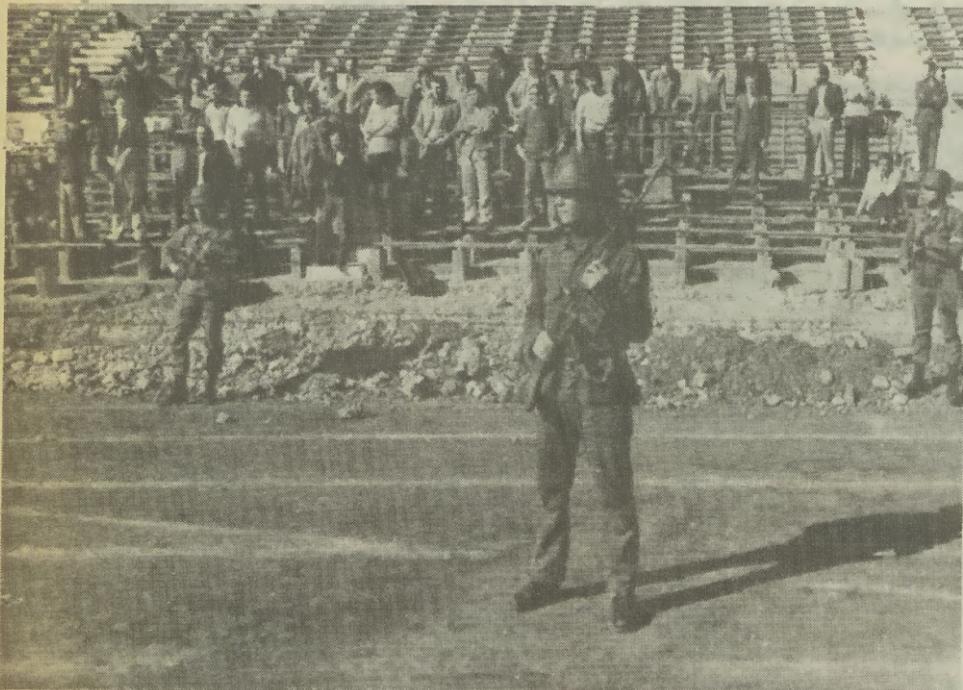
A actual rubrica de Maria João intitula-se «Olhos nos Olhos» e veio desta vez falar-nos do crime ocorrido em Santiago do Chile no dia 11 de Setembro de 73. Só por acaso a emissão coincidiu com a detenção em Londres de Augusto Pinochet: a própria Maria João Seixas no-lo explicou, referindo que a escolha do tema teve a ver, isso sim, com o vigésimo aniversário do golpe, não com o então imprevisível pedido de extradição do juiz Garzon. De qualquer modo, ainda bem que a coincidência ocorreu:

importantes: o metódico assassinio da memória perpetrado por Pinochet e pelo pinochetismo, a sobrevivência de um espírito de resistência que nem décadas de terror repressivo nem a tão propalada melhoria económica (conseguida à força de injeções de dólares vindas dos States, que assim financiaram o pós-massacre tal como antes tinham apoiado o golpe) conseguiram erradicar, o reverdecer da esperança sensível nas palavras reflectidas de alguns jovens. Algumas sequências são particularmente impressionantes, e não necessariamente as de teor mais trágico: por exemplo, o momento em que assistimos a que, 23 anos depois, o «Venceremos» voltasse a soar nas ruas de Santiago executado por uma improvisada banda juvenil.

Quando à conversa com Mário Dujisin, talvez tenha sido demasiado longa: percebeu-se que a Maria João Seixas custava terminá-la, como se ao fazê-lo fosse abandonar de novo ao semiesquecimento, ou pelo menos à resignação impotente, o Chile democrático que ainda não ressuscitou inteiramente e o Chile socialista cujo retorno ainda nem se pressente no horizonte. De qualquer modo, algumas informações/confirmações prestadas por Dujisin foram preciosas, sobretudo

TVISTO

■ Correia da Fonseca



assim a RTP contribuiu, ainda que só no seu segundo canal e em horário de acesso difícil, para equilibrar a ofensiva mediática que um pouco por todo o lado se desencadeou em defesa do militar que desonrou milhares de vezes a farda suja de sangue (uma vez por cada torturado, por cada assassinado, segundo as minhas contas) e agora se entrincheira, cobarde, por detrás de uma alegada imunidade diplomática conseguida pela forma mais abjecta.

O sangue e a esperança

Esta emissão de «Olhos nos Olhos» teve como que duas fases: uma delas preenchida com a transmissão do breve filme «Chile, Memória Obstínada», de Patricio Guzmán, e outra por uma conversa com Mário Dujisin, que em Setembro de 73 era colaborador do governo de Unidade Popular do Salvador Allende e desde há vários anos se acolheu em Portugal, terra onde se sente tão perfeitamente que lhe suscitou não um projecto de vida mas sim, como ele próprio disse, um «projecto de morte», isto é, onde tenciona ficar até ao (seu) fim. «Chile, Memória Obstínada» é um testemunho impressionante e muito bem construído sobre diversos pontos

do para os telespectadores jovens que, também por cá, têm sido cuidadosamente mantidos em ignorâncias várias e mergulhados em densos nevoeiros de confusão. Assim, Mário Dujisin disse que, ao contrário do que muito se sugere, Allende não estava próximo de ser um comunista pleno, estando mesmo «não muito à esquerda de Mário Soares» (oxalá o espírito do presidente assassinado não tenha passado mal, caso tenha ouvido esta). Disse que é falso não ter havido completa liberdade de expressão sob o governo Allende. Disse que o actual regime chileno é uma «democracia protegida» pelo exército, eufemismo que Maria João ouviu com um brilho de entendimento irónico nos olhos e que significa que o fascismo alimentado a dólares ainda é, afinal, decisivo.

No final, Maria João Seixas teve uma espécie de coragem específica, porque já não cai muito bem citar, com evidentes admiração, momentos com sabor a epopeia nestes tempos de acomodação e miopia. Lembrou a frase de Allende, pouco tempo antes de morrer no La Moneda bombardeado: «Vale a pena morrer por tudo aquilo sem o qual não vale a pena viver.» Por mim, gostei de ouvir este sinal de que Maria João Seixas continua a querer situar-se no lado da vida em que vale a pena estar acompanhado.

Papiniano

A primeira vez que encontrei Papiniano Carlos foi através da leitura de um poema, a que deu o título «Coreia».

Era um tempo em que a poesia andava pelas ruas, passava de mão em mão, segredava, gritava, em lugares repletos de gente, que se reunia para ouvir palavras que transbordavam das páginas dos livros.

João Villaret dizia, num programa televisivo, com uma máscara de chumbo e um olhar que não esquece, numa nota imperceptivelmente subversiva pois se vivia a guerra colonial, o «Menino de sua Mãe», de Fernando Pessoa: «No plaino abandonado que a morna brisa aquece, de balas trespassado... jaz morto e arrefece...»

Mas o poema de Papiniano tocou-me de maneira diferente: «Longe, lá nas montanhas geladas... lado a lado dois inimigos mortos jazem // e quem os veja como poderá saber // se estão abraçados // ou o que fazem?»

Sem perder a dimensão ontológica, o que no poema de Pessoa se exprimia essencialmente como drama íntimo, oferece-nos Papiniano como tragédia universal, com a impressionante imagem de dois jovens, «um loiro, outro escuro», mortos em campos opostos, mas que se diriam abraçados, neles cabendo todo o absurdo da guerra.

Este e muitos mais poemas de Papiniano Carlos venceram o tempo.

Têm asas que os levantam do chão das páginas e agora voam livres e são acolhidos por antigos e novos leitores, num mundo completamente outro daquele que os viu nascer.

Na passada sexta-feira, num encontro realizado no Centro de Trabalho da Boavista, para celebrar os 80 anos de vida de Papiniano Carlos, com a presença de mais de uma centena de amigos e admiradores da sua obra literária, voltou a acontecer este encontro com a poesia que não tem idade.

Os textos ditos pela actriz Paula Marques e por Arriscado Magalhães, acompanhados pela música de Paulo Vaz de Carvalho, trouxeram-nos de novo a insubmissão de mãos dadas com o deslumbramento da vida, a opressão como reverso da solidariedade humana, a violência como anulação do amor, ou essa verdade primordial de que é possível, e há-de chegar, um tempo livre e justo para todos. Con-

quistado pela luta, e também com poemas que ainda refulgem com cristais nestes dias baços e torpemente vulgares.

O escritor Papiniano Carlos é inseparável do lutador antifascista.

César Príncipe e Arnaldo Mesquita deram, nas suas intervenções, num mesmo retrato de duas faces, o homem encantado com as árvores que vê crescer e florir junto de sua casa, e o apoio discreto da acção clandestina, do Partido, sempre certo, confiante, sereno, corajoso.

Os torcionários da PIDE bem sabiam da existência de um tal «Garcia» mas não chegavam ao nome verdadeiro. Uma secreta alegria para o preso Arnaldo Mesquita, quando os interrogatórios insistiam em saber quem era Garcia sem desvendarem o companheiro. Papiniano explicou o pseudónimo por si escolhido em anos tão afastados: era um admirador de Federico Garcia Lorca.

O escritor Francisco Mangas escreveu na saudação que enviou:

«Os seus livros, Papiniano Carlos, disso não tenho dúvidas, ajudaram a desmascarar o fascismo. A que maior glória pode

aspirar um escritor?»

E Óscar Lopes, numa mensagem que é também uma apaixonada e lucidíssima síntese sobre a história colectiva e sobre um percurso comum, diz:

«... há muitos anos que sei de cor aquele poema da *Ave sobre a cidade*, que ainda hoje é actual, e que para mim próprio repito, cada vez mais convicto, através de todas as mudanças: **Esta ave não morre! Esta ave não morre!...** Obrigado pelo teu companheirismo, que me ajuda a ter uma confiança cada vez maior nas luzes e meios disponíveis neste tempo que nos resta, como seres individuais: se sou, e cada vez mais, materialista, é porque acredito no futuro que já aqui está a ferver nas minhas palavras, mas que é mais irreprimível do que tudo o mais: o meu discurso, a minha razão são mais invencíveis do que tudo o que se lhes oponha, são dialécticos e nascem da evidência.»

Foi assim na sexta-feira: um reencontro com Papiniano Carlos, e Olívia, simples, generosos, atentos aos outros, voltados para a vida e para a luta.

Como sempre.

MOTES & VOLTAS

■ Jorge Sarabando

